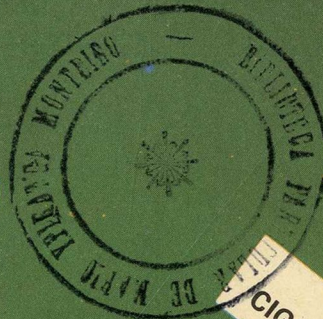
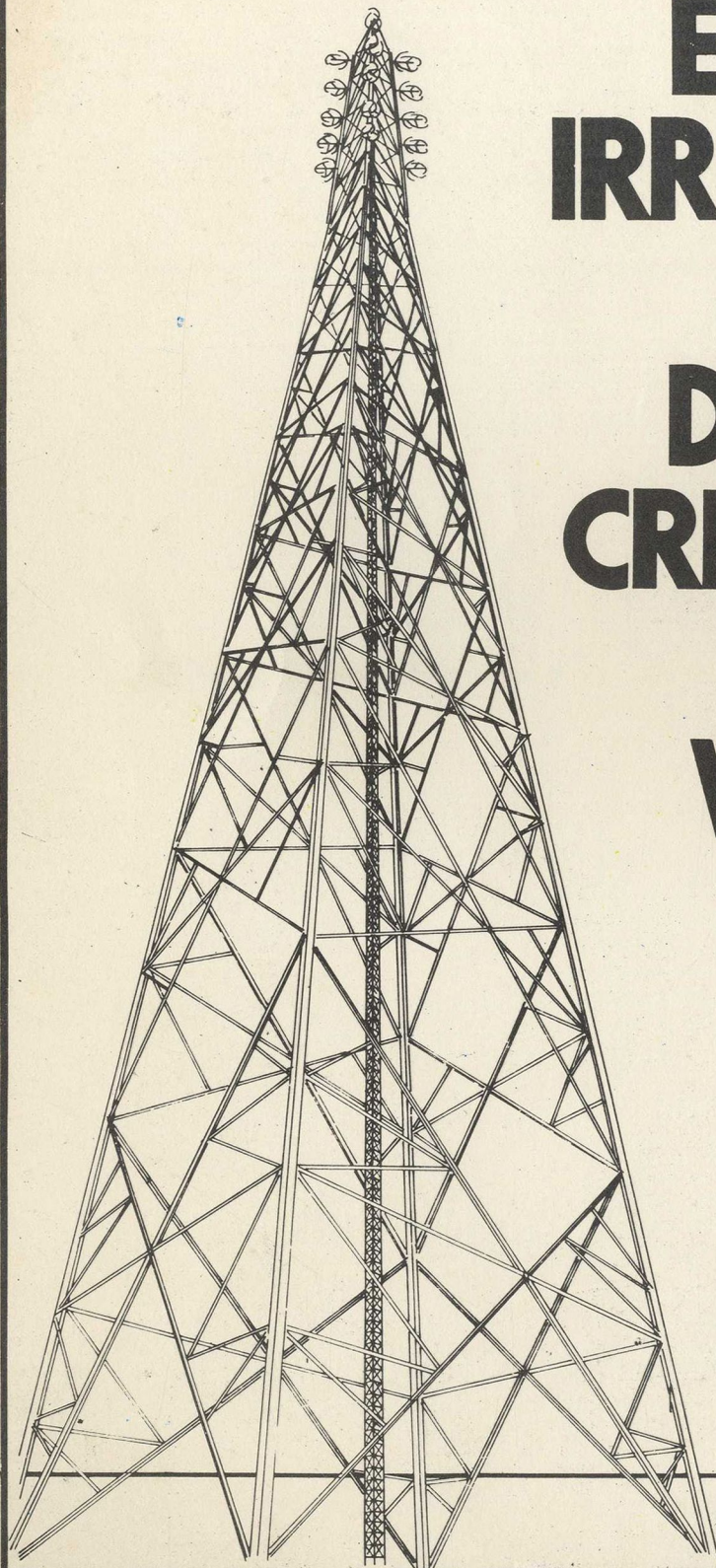
OBSERVADOR AMAZÔNICO

O "AI-5" DAS TERRAS

A Revista da Amazônia — Circulação Internacional — Ano 3 — Abril/80 — Cr$50,00

Paramaribo, Cayena e Georgetown (Via aérea) US$2,00

"A BRIGA" DOS CORONÉIS

sistema difusora
de comunicação

são luis · maranhão

ROTEIRO

Sujeira e promiscuidade

O drama real do garimpo

A ilusão de adquirir fortuna, rápido, leva contingentes de homens ao garimpo — campo de guerra — de onde muitos não voltam e outros, quando saem, ou são mais pobres ou pra morrer, de doença ou de tiro. Nosso repórter Luiz Sadeck fez uma incursão pelo submundo do ouro onde, quase sempre, não brilha tanto ou apenas o faz fugazmente. A violência, a capangada, o arbítrio, o contrabando, a miséria, a doença e a morte, são os elementos desse enredo dramático tecido, na maioria das vezes, em atos patéticos de esperanças desfeitas, e de ambições consagradas pela ilusão pertinaz da riqueza que sustenta a necessidade cotidiana de sobreviver heróica e tragicamente, até. Págs. 23 a 28

A anti-reforma agrária

O advogado e escritor benedicto Monteiro que está lançando o livro "DIREITO AGRÁRIO E PROCESSO FUNDIÁRIO" (único no gênero no País), faz especialmente para "Observador Amazônico" um minucioso comentário a respeito dos dois grupos executivos recém-criados pelo Governo: GETAT e GEBAM. Ambos com jurisdição na área Amazônica. O primeiro, abrangendo as conflitantes e efervescentes terras do Tocantins/Araguaia e a GEBAM disciplinando a área onde Ludwig implantou seu império: o Jari. Segundo a visão do advogado", GETAT e GEBAM são dois grupos executivos que além de estarem diretamente subordinados ao Presidente da República — em questão se terras e na área de sua jurisdição — terão a mesma força do Ato Institucional no. 5, uma vez que toda a sua atividade envolve problemas já declarados de interesse de Segurança Nacional". Na matéria, Benedicto Monteiro faz ver a exclusão do Pará na representação do GEBAM e divulga o parecer jurídico do ITERPA que reduz para menos de um terço as terras do Projeto Jari, não compreendendo, portanto, o afastamento deste órgão do centro das decisões sobre o assunto. Benedicto Monteiro comparece nas páginas 6 e 7.

OBSERVADOR AMAZÔNICO

SUPERINTENDENTE: Jotta Nunes
DIRETOR COMERCIAL: José Ximenes de Lima
EDITOR: J. Nunes Filho
CHEFE DE REDAÇÃO: Sérgio Noronha
COLABORADORES: Agostinho Linhares, Luiz Paulo de Freitas, Gal Fernandes, Assis Filho, Jefferson Dantas.
REPORTAGENS: Iran Silva, David Fernandes Jr., Clodoaldo Neto, Iaporan Maranhão, Orgenaldo Fernandes, Altevir Trindade, Apolonildo Brito, Fernando Sadek, J. Mendonça, Zaira Cardoso, J. Padilha.
CIRCULAÇÃO: Kleber Nunes
DEP. ASSINANTES: Sheila Fernandes
DEP. DE ARTE: Jorge Granhen
DIAGRAMAÇÃO: Alcino Cavalcante

OBSERVADOR AMAZÔNICO é uma publicação da GETAM — Grupo Editorial da Amazônia Ltda. ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO, PUBLICIDADE e CORRESPONDÊNCIA: Rua 28 de Setembro, 82 — 1o. andar. Tel. 224-4397 — Telex (091) 1309 — BELÉM PARÁ-BRASIL / RIO BRANCO: Trav. Benjamin Constant, 400 — Conj. 301 — Tel. 3248/ PORTO VELHO: Av. das Américas, 2230/ MANAUS: Rua Boulevard Amazonas, 259/ BOA VISTA: Pres. Vargas, 139 / MACAPÁ: Rua Prof. Cora de Carvalho, 1398 — Tel. 621-3688/ SANTARÉM: Trav. dos Mártires, 151 — Tel. 522-1400 / SÃO LUIZ: Rua Osvaldo Cruz, 240 — Tel. (098) 222-0520 — Telex (098) 2394 / BRASÍLIA: Edf. Bernardo Sayão — 3o. and. / GOIÂNIA: Rua três, 652/CUIABÁ: Av. Pres. Vargas, 337 / TEREZINA: Rua Pres. Dutra, 831/ FORTALEZA: Major Facundo, 59 / NATAL: Rua Bahia das Canárias, 2305/JOÃO PESSOA: Rua Caetano Filgueiras, 229 — Tel. 224-5902/ RECIFE: Av. Guararapes, 308 / MACEIÓ: Av. Mal. Floriano, 453/ ARACAJÚ: Rua Bento Silva, 33/ SALVADOR: Rua Araújo Pinho, 82 — Tel. 247-9117/ BELO HORIZONTE: Av. Bandeirantes, 789/VITÓRIA: Pres. Dutra, 31/ RIO DE JANEIRO: Av. Rio Branco, 25 — 11o. and. / SÃO PAULO: Rua Pedro Pacheco, 11 / CURITIBA: Av. das Nações, 81 / FLORIANÓPOLIS: Pe. Eleotério, 31 / PORTO ALEGRE: Pres. Vargas, 93/CAMPO GRANDE: Av. Pedro Ludovico, 941/Correspondentes em Paramaribo, Cayena, Georgetown, Lima e Caracas.
Tiragem desta Edição: 50.000 exemplares.

EDITORIAL

Assepsia na Amazônia

*Estamos tentando dar a esta
Revista o conteúdo que
justifica a sua existência:
a defesa dos interesses
da Amazônia.
É dentro deste
comportamento que
procuramos cingir
nossos propósitos — uma
estratégia simples para
a qual se montam
todos os esquemas da pauta
de nossos trabalhos
e que afugenta quaisquer
veleidades pessoais menos
discretas, mal recomendadas
por sentimentos egoísticos
e promocionais.
Isso não quer dizer que
o OBSERVADOR AMAZÔNICO
não questione na área
política, uma vez
que é da sua própria
essência o ser político,
enquanto social,
determinante da sua
participação nos temas
econômicos em debate
relativos à Região.*

*Essa é uma determinação
inquestionável do seu
destino gizado nos
limites geo-políticos
das nossas fronteiras
não só até onde elas
se circunscrevem
fisicamente, em termos
de soberania nacional,
mas ainda, além desse
espaço físico traçado
pelo mapa brasileiro,
cobrindo a vizinhança
dos países que compõem
o Pacto Amazônico — catalizador
dos interesses das partes
envolvidas internacionalmente
na complexa problemática regional.*

*Por inclinação natural,
agimos dentro desse contexto.
Vindicamos nele com
a potência do nosso esforço,
a fim de atender
aos reclamos da Região
que não só estava a
necessitar de um órgão
de integração cultural,
como ainda precisa
da ação conjugada
de todos os seus homens
públicos no sentido
de se incorporarem,
sem preconceitos de subnutrição,
paroquiais, na conquista
dos ideais amazônicos
dentro de uma visão global,
sem ambições
particularistas e
meramente eleitorais
em que as conveniências
de cada indivíduo são colocadas
acima do interesse
permanentemente social,
porque da coletividade,
porque do povo.
Não somos, nem teremos
nunca a vaidade
de proclamar isso,
o único veículo desse teor.
Mas, isto sim, somos
aquele que o fez
apenas por um motivo:
o ideal de servir,
sem preocupações particulares,
à Região no seu todo,
no desejo de integrá-la
num só contexto social,
cultural, político e econômico,
pulverizando as impurezas
que lhe ameaçam a
integridade física, eco-biológica,
psicológica e até moral,
antes que ela seja transformada do
"celeiro do mundo" numa
cloca de ambições
insopitáveis dos mercadores
e agentes de grupos
exploradores de seus
recursos e de suas
riquezas naturais,
sobrando-lhe apenas os
espasmos residuais da miséria
que os conquistadores
venais deixam por onde
se agacham à procura
de tesouros fáceis.*

Reforma agrária ou anti-agrária?

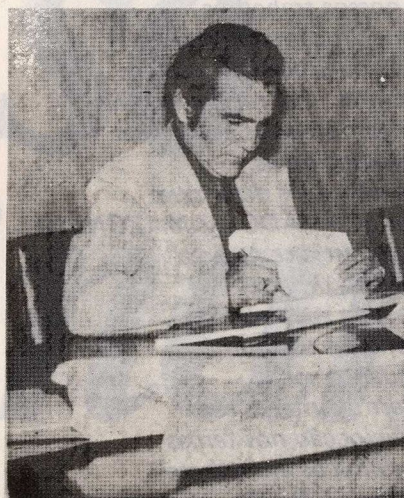
● Benedicto Monteiro

Enquanto a situação do povo brasileiro é desviada para o debate da reformulação partidária e o povo do Pará é obrigado a assistir à briga de comadres entre Alacid e Jarbas, o Governo Federal, usando o próprio Estatuto da Terra, cria dois grupos executivos que podem se converter em verdadeiros instrumentos de uma anti-Reforma Agrária: o GETAT è o GEBAM, já em plena fase de implantação e operacionalidade.

Porém este fato não teria maior importância se fosse apenas o aparecimento de mais uma sigla entre as milhares de siglas instituídas a partir de 1964. Embora tenham o mesmo objetivo de escamotear a realidade e apenas contornar os graves problemas que afligem o povo brasileiro, o GETAT e o GEBAM, não são apenas mais duas siglas como IBRA, INDA, INCRA, ITERPA e todas as suas derivadas que foram criadas para evitar os conflitos sociais sem resolver as questões agrárias das quais os conflitos são meras decorrências.

"GETAT" e "GEBAM" não são apenas mais duas siglas como IBRA, INCRA, ITERPA"

GETAT e GEBAM são dois grupos executivos que além de estarem diretamente subordinados ao Presidente da Repúblic - er. questões de terras e na área ue sua jurisdição — terão a mesma força do Ato Institucional no. 5, uma vez que toda a sua atividade envolve problemas já declarados de interesse da Segurança Nacional. A gravidade da situação está justamente no fato de que pela primeira vez na história do Brasil, a legalização fundiária de mais da metade do território de Estado da Federação (Pará) e de parte de outros Estados, deixa de ser atribuição do Congresso Nacional, das Assebléias Legislativas e de órgãos competentes do Poder Judiciário e do Direito Agrário, para se tornar atribuição exclusiva do Conselho de Segurança Nacional.

Feita esta ressalva e dado o alerta, é necessário analisar o Decreto que criou o GETAT e o GEBAM nos seus dispositivos principais.

De acordo com o Decreto-lei 1.767 o GETAT assume todos os poderes do INCRA numa área que envolve terras de todo o Sul do Pará, Norte de Goiás e Estado do Maranhão justamente a área que estava sob jurisdição da CEAT — Coordenadoria Especial do Araguaia - Tocantins, que fica apenas com a vinculação administrativa com o INCRA embora subordinado a esse novo órgão, na forma do que dispõe o Decreto 1523 de 03/02/1977. Porém, é no artigo 4o. desse Decreto-Lei 1.767, que estão escondidos atrás da simples citação dos artigos do Estatuto da Terra e da Lei 4947, os verdadeiros objetivos de um grupo executivo que por ser tão importante, merece até o sigilo e o tratamento privilegiado somente conferido aos assuntos afetos à Segurança Nacional.

Terão força do AI-5 uma vez que toda a sua atividade envolve problemas já declaros de interesse de Segurança Nacional

Diz artigo 4o. — "Para o cumprimento de sua finalidade e com apoio dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, fica o GETAT investido nas competências congeridas ao INCRA em decorrência do disposto nos artigos 11 e 97 da Lei 4.504, de 30/11/1964, e no artigo 1o. da Lei no. 4.947, de abril de 1966".

Quais são os artigos 11 e 97 da Lei 4.604 e o artigo 1o. da Lei 4.947?

Artigo 11 — O INCRA fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação de terras devolutas federais restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto no. 9.760, de 5.9.1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontram desocupadas.

§ 1o. — Através de convênios celebrados com os Estados e Municípios, iguais poderes poderão ser atribuídos ao INCRA, quanto às terras devolutas estaduais e municipais, respeitada a legislação local, o regime jurídico próprio das terras situadas na faixa de fronteira nacional bem como as atividades dos órgãos de valorização regional.

§ 2o. — Tanto quanto possível, o INCRA imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do latifúndio e do minifúndio.

Artigo 1o. da Lei 4.947 de 6 de abril de 1966.

Artigo 1o. — Esta Lei estabelece normas de Direito Agrário e de ordenamento, fiscalização, disciplinação e controle dos atos e fatos administrativos relativos ao planejamento e à implantação da Reforma Agrária, na forma do que dispõe a Lei 4.504 de 30.11.1964.

Artigo 19 — Utilizar, como pro-

va de propriedade ou de direitos a ela relativos, documentos expedidos pelo INCRA para fins cadastrais ou tributários em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

Pena: Reclusão de 2 a 6 anos.

Artigo 20 – Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios, destinados à Reforma Agrária.

Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Parágrafo Único: Na mesma pena incorre quem, com idêntico propósito, invadir terras de órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, destinadas à Reforma Agrária.

Além dessa abrangência do próprio Decreto 1.767, que já caracteriza uma invervenção da União Federal no processo fundiário dos Estados Membros, o parágrafo 1o. do artigo 11, já trancrito, ainda torna expresso que "através de convênios...... respeitado, entretanto, o regime ..... bem como a atividade dos órgãos de valorização regional. Isto é, a SUDAM e SUDENE que controlam todos os projetos agro-industriais e agro-pecuários financiados e executados na área do GETET e do GETAT.

O parágrafo segundo desse mesmo artigo é muito claro a respeito desses objetivos pois ele diz: "tanto quanto possível, o INCRA imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio.

O simples exame deste Decreto mostra que a única coisa a ser respeitada nessa vastíssima área, é a atividade dos órgãos de valorização regional. E se considerarmos que a maioria dos grandes projetos agroindustriais e agro-pecuários dessa área são de empresas estrangeiras ou de grupos econômicos do centro-sul, vinculados à SUDAM, compreende-se que os males a serem erradicados, serão apenas os males remanescentes do extrativismo ou de grandes propriedades que permaneçam inexploradas nas mãos de latifundiários locais. Como os posseiros e pequenos lavradores não têm projetos nos órgãos de valorização regional, o tratamento a esses pessoas será feito por conta da erradicação dos minifúndios ou através do dispositivo penal repressivo que, como um corpo estranho, figura na Lei 4749, através dos seus artigos 18 e 19 já transcritos. E que como uma verdadeira espada de Dâmocles, permanece suspensa sobre as cabeças dos posseiros, pequenos lavradores e trabalhadores rurais.

Mas, se o GETAT não conseguiu esconder seus objetivos atrás dos artigos das Leis 4.504 e 4947, o GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas, já foi criado com mais cautela pois suas finalidades estão resumidas numa única frase do artigo 1o. do Decreto que o criou e que grifamos para alertar a opinião pública do Brasil e principalmente do Estado do Pará.

Artigo 1o. – É criado o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM) com a finalidade de coordenar as ações de fortalecimento da presença do Governo federal na margem esquerda do Baixo-Amazonas, acompanhar os projetos de desenvolvimento e colonização naquela região, bem como propor medidas para a solução de seus problemas fundiários.

Parágrafo único: A área de atuação do GEBAM compreende os Municípios de Almeirim, no Estado do Pará, e Mazagão, no Território Federal do Amapá.

> **"GETAT e GEBAM serão presididos pelo próprio Ministro Chefe do do Gabinete Militar Presidente da República"**

O parágrafo único desse artigo, no entanto, deixa o gato escondido com rabo de fora, pois fixa a área de atuação do GEBAM nos dois Municípios onde o único projeto de desenvolvimento e colonização é o projeto Jary e onde os problemas fundiários não foram criados ou são consequências desse famoso projeto cujo centro de planejamento e decisão infelizmente está fora do País.

Da mesma forma que o GETAT, o GEBAM será presidido por um representante do próprio Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que é o próprio Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. E demonstrando ainda a impotância que esse projeto tem para a política econômica do Governo, o Decreto diz que o GEBAM terá apoio administrativo e financeiro da Secretaria de Planejamento.

> **ITERPA já tem parecer jurídico para que reduz menos de um terço as terras do Projeto Jari"**

Porém, apesar do GEBAM jurisdicionar uma área que envolve um dos maiores municípios do Estado do Pará, onde as terras devolutas na sua maioria ainda pertencem ao patrimônio estadual, sintomaticamente, o Estado do Pará não está nela representado, conforme estabelece o artigo 2o.

Diz o parágrafo único do artigo 2o.: O Ministro de Estado Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional poderá solicitar a colaboração do governo do Estado do Pará, bem assim de outros órgãos e entidades federais, para execução dos trabalhos do GEBAM.

Veja bem, só o Ministro de Estado Secretário do Conselho de Segurança Nacional poderá, se convier, solicitar informações ao governo do Estado do Pará....

Qual a razão de tal exclusão e discriminação?

Sabendo-se que o Estado do Pará, através do ITERPA, já tem parecer jurídico firmado que reduz para menos de um terço as terras do Projeto Jary e que dessa posição estão dependendo milhares de requerimentos de legitimação e legalização de posses protocolados no ITERPA, compreende-se então a razão da exclusão do Estado do Pará do Grupo Executivo e a extrema precaução adotada para evitar manifestação dos interesses desse Estado, nos estudos que serão feitos e nos ante-projetos, pareceres, exposições de motivos, sugestões ou mesmo programas e projetos específicos que serão apresentados à Presidência da República.

POLÍTICA

A disputa do cocar

Muito se tem falado sobre o Senador Jarbas Passarinho, Alacid Nunes, Governador do Estado do Pará e das querelas existentes entre ambos, na disputa pelo Poder. milhares de palavras tem sido generosamente esbanjadas pela imprensa paraense, numa autêntica verborréia da especulação da briga entre os dois grandes caciques da política paraense, pela hegemonia do PDS e pelo comendo da classe econômica. Entretanto, acomodar o jogo dos interesses de Jarbas e Alacid, não tem sido tarefa fácil, nem pela imprensa, nem pelo empresariado, tampouco pelos políticos paraenses já que suas forças se equilibram tanto política, como eleitoralmente. A imprensa em sí fica isenta entre eles e nem sequer risca uma sílaba em favor de um ou de outro, pois na aldeia política em que se transformou o Estado, só há lugar para um só murubichara, e ambos possuem possibilidades iguais de conquistar o cocar tribal. Esta disputa ganhou a rua a medida que se agravava a irreconsiliavibilidade entre o alacidismo e o jarbismo, já que a política é a expressão dos interesses vitais de classes ou grupos e suas relações recíprocas — enfim; "é a expressão concentrada da economia. "É claro que nem Jarbas nem Alacid assumem pessoalmente estes confrontos tão bem estimulados pela oposição que joga confetes e serpentinas, ora em um, ora em outro, já que dispõem do numeroso séquito para desempenhar esta tarefa insípida. A pobreza de valores nos quadros governistas deixa poucas alternativas tanto para o alacidismo, quanto para o jarbismo, no chamado trabalho do "toque com vara curta", destacando-se as figuras do Deputado Osvaldo Melo, Ronaldo Passarinho, Manoel Ribeiro, Célio Sampaio que têm desatado uma intensa polêmica e ensejado a idéia que houve realmemte um "racha" definitivo na ala governista.

Tudo que for dito sobre o assunto, será inóquio, se avaliarmos apenas aos enfoques periféricos e não nos aprofundarmos nas nuanças da conjuntura política do Pará; pois, nenhum Estado da República Federativa do Brasil sofreu, nestes dezesseis anos, maior violentação econômica, social e política do que o Estado do Pará.

Neste período, os Estados da Amazônia perderam 65 por cento de suas terras devolutas (só o Pará perdeu 85 por cento), federalizadas através de um decreto-lei baixado em 1971, num dos períodos mais negros da história brasileira. A região foi surpreendida com a abertura de quatro grandes troncos rodoviários, desorganizando o seu espaço físico, violentando a população, conturbando a estrutura econômica e abrindo um caminho para uma exploração desenfreada. Quatro séculos à beira dos rios, os amazônidas não tiveram nem tempo para reagir ou para tentar beneficiar-se dos investimentos: o nativo está completamente à margem desse processo de ocupação, todo ele voltado para grupos econômicos de fora. As cidades vêm se inchando com migrantes rurais, expulsos de suas terras pelos verdadeiros invasores, empresas e capitalistas. Sem produzir, o lavrador torna-se um marginal urbano. E as cidades têm que importar cada vez mais alimentos e tudo os meios necessitam para sobrevivência. Nesse processo. empobrecem-se cada vez mais, perdem sua identidade com a região, assumem a condição de párias da Nação, sem voz, sem vez, e sem destino. A SUDAM, o BASA, entre outros órgãos criados para promover a defesa e o desenvolvimento da Amazônia, manipulando recursos que por lei seriam em benefício da terra e do povo, tornaram-se instrumento de colonialismo interno e externo, servindo apenas aos grupos econômicos e financeiros que aplicam a quase totalidade dos financiamentos fora da Região Amazônica. Neste período, a violentação política foi tamanha, a ponto de o quadro político, paraense estar resumido em quatro correntes, sendo que a corrente jarbista, corrente alacidista, corrente "alarbista" são governistas e o resto é a grande massa de marginalizados incluida na reserva anônima do povão.

Não é preciso esclarecer que a corrente "alarbista" é formada por empresários e políticos que tiram o maior proveito tanto da União, como de luta entre Jarbas e Alacid; e que a corrente de marginalizados é a grande massa de estudantes, operá-

rios, peões, lavradores, assalariados, subempregados, pequenos e médios proprietários, intelectuais e políticos, que não participam dos frutos de produção da terra, nem deste alardeado progresso econômico e muito menos das decisões políticas do Estado. Tanto a ex-Arena como o ex-MDB no Pará, nunca existiram como partidos, mas sim como arregimentações eleitorais em torno ou contra os líderes que detinham eventualmente o poder federal, estadual ou municipal. O próprio ex-MDB situava-se na corrente "alarbista", pois a secção estadual do partido nunca teve a mínima atuação como instituição partidária ou até mesmo como frente de oposições ao Governo, como ocorreu frequentemente em outros Estados.

É preciso ainda verificar que contrariamente ao que ocorreu nos outros Estados da Federação, o antigo PTB paraense, pela maioria de seus representantes e dirigentes, aliou-se ao nascente "alarbismo" e ficou sendo a sua primeira massa de manobra entre os políticos remanescentes de outros partidos extintos pelo regime.

Como ideário dos homens que fizeram, continuaram e desejam perpetuar o movimento de 64, se resumiu no combate à subversão e a corrupção, esgotadas e ultrapassadas estes dois únicos idealógicos e programáticos, restam os nomes dos dois líderes deste movimento: Jarbas e Alacid que polarizam as forças políticas e econômicas, somente acionados nos pleitos econômicos e eleitorais.

Diante deste quadro conlui-se que a "briga" entre Jarbas e Alacid não tem sentido prático, já que o poder político e econômico do Estado, está perfeitamente repartido entre ambos, que nem sequer têm à frente uma oposição que se faça respeitar, tal a semelhança, do ponto de vista idealógico ou de qualquer concepção programática entre dirigentes da ex-Arena e do ex-MDB do Pará, a não ser para a satisfação de seus próprios egocentrismos, e contracena do mau gosto entre os srs. Jarbas Passarinho e Alacid Nunes.

Como se a política fosse um enorme picadeiro em que eles se deleitam com suas chacorrices, esses dois homens públicos vêm prejudicando sensivelmente suas ima-

gens ante o povo que sofre as agruras de dezesseis anos de inconsequências e cenas medíocres de saltimbancos, sem talento para espetáculos de alto estilo. À custa do sacrifício de uma população a qual foram impingidos esses dois flibusteiros de 64, eles se alçaram às posições mais destacadas do Pará que os evidenciaram nacionalmente; menos como efetivos representantes do povo paraense ou deste Estado, do que como disputantes da herança político-eleitoral de Maraglhães Barata, cujo caudilhismo tiveram outros a querer imitar (Aloysio Chaves, por exemplo), sem o carisma, nem a garra, a postura vertical, o porto político, a sinceridade dos próprios erros do velho chefe baratista. Essa parece ter sido a preocupação de todos, ou quase todos, excepto Fernando Guilhon que era de sí mesmo o ser simples e despretencioso.

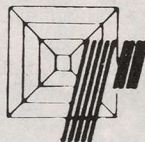
À sombra da briga de comadres que charfundam Jarbas e Alacid, estão as divisões paroquiais, os interesses subalternos de raquíticas parcelas da comunidade eleitoral que determinam e comandam gestãos

esquisitas que contrariam muitas vezes o senso comum nas vindicações contraditórias dos chefes políticos. E os líderes, ou pretensos líderes, submetem-se aos caprichos dos conchavos, alinhavando essa colcha de retalhos miúdos em que se transformou a política paraense. Não se vê no mandato popular, pelo desempenho que hoje dele se faz, senão um instrumento eventual de manipulação de interesses pessoais, muitos deles até evidentemente escusos. Em vista disso, o Estado é prejudicado, vivendo momentos de anarquia política porque seus grandes caciques não conseguem superar o limiar de suas ambições personalíssimas e caudilesca que sabotam os interesses do Pará, imergindo em querelas estéries que desviam a luta patriótica pelo desenvolvimento do Estado e da defesa de nossa soberania. Daí a barganha estabelecida entre políticos e José Sarney que resultou na perda do escoamento do minério dos Carajás e o latente desprestígio de Passarinho e de Alacid ao se submeterem aos caprichos dos mentores da GEBAM que relegaram o Estado do Pará a um segundo plano, fazendo com que o município de Mazagão mude seus polos de atividades, negando este direito pela sua extensão e importância ao município de Almeirim, no Pará.

Uma aventura de carnaval

Abortada em pleno carnaval, a candidatura do sr. Jorge Arbage ao Governo do Estado do Pará, estaria fadada a esvaziar-se entre os confetes e serpentinas dos salões de bailes sem que chegasse à rua ao rufar dos tambores e roncos das cuícas com que os carnavalescos enchem as avenidas nos dias gloriosos do reinado de Momo. Os primeiros dias de entusiasmo que envolveu o próprio candidato e seu principal articulador Mousinho não resistiu às investidas graciosas do senador Jarbas Passarinho que, à força de extravasar seu mal contido tom jocoso, terminou por milindrar os brios candidatícios de Arbage, chamando-o de "advogado improvisionado" e levando-o a responder com poucas entrelinhas, como que cobrando velhas contas partidárias, de quando o fogoso representante de Capanema absorvia toda a jurisprudência eleitoral para enfrentar as arremetidas da oposição nas lides judiciárias. Ali o advogado "ad oc" da ex-Arena excomungava os Códigos e fazia arrepiar aos conspícuos juízes com sua verborosidade inacadêmica mas não dessentida de empírico mérito jurídico que os arroubos estrábicos acentuavam em confusa mas sempre proveitosa linguagem, senão escorreita, pelo menos desinibida e pitorescamente pontuada por vastos devaneios líricos.

A candidatura não prosperou, por razões tão evidentes que tomariam o comentário supérfluo e para aperreio dos seus aficcionados do interior onde a sabedoria de Arbage se tornou proverbial desde os mais longínquos tempos em que, funcionário do DER promovia procissões e saudava, em frente à Matriz de Castanhal a imagem de Nossa Senhora das Graças em compungidas orações capazes de fazer a santa chorara de verdade para satisfação da viúva Zenaide e de quem mais lhe assistia os milagres.
E depois, como Promotor de Capanema, onde sua figura seria capaz de encher um compêndio de manchetes demagógicas, até ser jogado em um xadrez pelo delegado local, por desavença com Barata, à custa de cuja intolerância ungiu-se na opinião pública como vítima mais tarde consagrada pelas urnas na sua eleição de Prefeito pelo PTB.
Com toda essa bagagem, fora alguns saltos menos ousados, o Sr. Jorge Arbage há muito, zeloso do seu credo na Providência, não poderia deixar de achar-se predestinado à satisfação de maiores ambições sobretudo diante da pobreza de variedades do nosso quadro político. Para isso, se já não bastasse a própria inquietação profética do seu aura, não lhe faltaria o estímulo de alguns bons amigos íntimos e fiéis depositários de muitas admirações para o retoque final de vôos mais amplos, Apenas os erros, tanto estratégicos como táticos, frustratriam um dos elementos da jogada — o estratégico: levar a sério o que poderia ser apenas uma possibilidade publicitária, confundindo o objeto pela imagem; o tático: lançar o balão em pleno carnaval. Aí, logo depois, na quarta-feira, ninguém se lembrava mais de nada, tudo virou cinzas. Ora, nesse ponto, o deputado Arbage não pôde segurar o tombo, o repuxo dos fios da corda com o balão no ar.

E o que poderia haver transformado em proveitosa promoção pessoal e render-lhe alguns brindes com uma área de manobra bem confortável, derivou num solidário esquecimento, com o reboque do ridículo que pareceu a muita gente. A hora não era aquela. Estava na cara que ela não resistiria à pressão dos extremos, isto é. ao cabo de guerra dos grupos políticos e econômicos divididos entre as duas reinantes forças que hoje dominam o Pará — Alacid e Jarbas.
Quando nada, nem tudo se perdeu nessa aventura carnavalesca em que o sofisma seria mais valioso do que as intenções verdadeiras do candidato. É que, no pequeno impacto que causou, não tanto pela sua improvisação quanto pelo desembaraço com que se contava a sua probabilidade, e pelo naditismo, emmeio aos riscos da contenda e ao desaforo impertinente da proposta descuidada dos contornos gerais da encomenda, ficou nítida a necessidade de se refletir sobre uma opção alémdos que atualmente se impingemdonatários exclusivos do eleitorado do Pará. Isso é inquestionável e onde reside o mérito de Arbage, abstraídas as intenções mais canhestras que se lhe possa irrogar. Ainda que não tenha ganho o foro necessário para sua viabilidade, nem haja persuadido da sua sinceridade a ponto de arreliar o séquito que dá "quorum" às palpitações mais extravagantes desde que conciliados aos grupos de apoio, a candidatura de Arbage apresenta a possibilidade de que, tendo fôlego para manter-se, pode alguém pleitear dissentir dos nomes impostos sem sofrer constrangimentos morais ou pessoais de grande monta, o que há pouco não ocorria e ainda hoje só é difícil devido à subserviência dos apeningados, da Cáfila, dos sequases, dos que só dizem sim.

Prédio da Diretoria Municipal de Educação e Cultura.

Auditório municipal de Capitão Poço

Prefeito Antônio Félix Pereira: "tudo pela cidade".

CAPITÃO POÇO

Quatro milhões de pés de pimenta sustentam economia do município

Capitão Poço, uma próspera cidade, com população de cerca de 50 mil habitantes, 15 mil na zona urbana e 35 mil na rural, em uma área de 2.759 km2, fundada no dia 29.12.79, representa um polo desenvolvimentista muito importante para o Estado, visto ser grande produtor de pimentado-reino: cerca de quatro milhões de pés, sendo considerado um dos maiores produtores desse produto. Também a pecuária representa fator importante devido possuir na área do município, cerca de 30 mil cabeças de gado bovino, dentre as quais predomina a raça mestiça.

O atual Prefeito de Capitão Poço, Antônio Felix Pereira, que por duas vezes foi eleito vereador, tendo assumido as funções de primeiro secretário, tem realizado obras relevantes podendo ser considerado um idealista de visão administrativa bastante acentuada. As obras realizadas durante sua administração são diversas: EDUCAÇÃO — Foram construídas cinco escolas rurais, uma em cada localidade: Povoado Caraparu, Povoado São Pedro, Capitão Pocinho, Povoado Iacaiaca e Povoado Arraial do Pedoca. Na sede do município foram construidas quatro escolas, além das duas já existentes as quais foram recuperadas. Foram construídas também, com recursos da Prefeitura, a Diretoria Municipal de Educação e Cultura que possui onze salas onde funcionam todos os departamentos dessa entidade. Pelo fato de ser insuficiente o número de 54 professores, foi aumentado para 117, todas sob a responsabilidade da Prefeitura. No decorrer de três anos, o Prefeito Félix reajustou em mil por cento o salário das professoras, triplicou o número de estudantes da rede de ensino urbano e rural, além de ainda fornecer alguns materiais escolares, custear os transportes e a merenda escolar.

No dia do aniversário da cidade, o governador se fez presente, oportunidade em que inauguraram o Auditório do Município, construído com recursos da Prefeitura, com capacidade para 200 pessoas; seis salas de aulas em várias localidades, uma quadra de esporte polivalente, dois Mini-Mercados Municipais, um em Santa Luzia e outro em Caraparu, e, ainda, um almoxarifado.

SAÚDE — O Governo Estadual, na atual administração, construiu uma Unidade Sanitária Estadual, destacando uma equipe de onze funcionários, incluindo médico, para seu funcionamento. Durante três anos a Prefeitura custeou as despesas dessa equipe, porém agora somente três enfermeiros estão sob sua responsabilidade. Quando ocorrem casos graves, e o paciente não dispõe de recursos a Prefeitura fornece o transporte gratuito para Castanhal ou Belém, de acordo com a necessidade, além de medicamentos.

O Governador e prefeitos durante o seminário.

OBRAS — Está sendo instalada a rede de água através da Cosanpa, que já preparou os valos para adaptação da tubulação, para o fornecimennto regular de água. Foram construidos vinte e três quilômetros de estradas, algumas pontes e recuperados e ampliados tresentos e cincoenta quilômetros de estradas com recursos do FRN, além de recuperação e pavimentação de oito ruas, com verbas municipais e do Estado. COMUNICAÇÃO — A cidade dispõe de um posto telefônico com telefones instalados apenas na Prefeitura, no Banco do Estado, no Banco do Brasil e outro na casa do representante da Telepará. Contudo, a população está aguardando a instalação das 130 linhas já adquiridas e pagas, devendo esse número aumentar até o fim do corrente ano. O Prefeito, com recursos próprios, adquiriu um pequeno Captador/retransmissor de som e imagens, o qual doou ao município, para alegria e divertimento da população. Tal iniciativa serviu de incentivo ao governo do Estado que prometeu uma repetidora de imagens, a qual está sendo aguardada com ansiedade pelo povo.

Dando continuidade ao seu programa, o Prefeito Antônio Félix ressaltou que a consecução do seu plano de governo vem sendo estimulado pela nova política de abertura adotada no governo Figueiredo e em sintonia com as metas de desenvolvimento do Governo Alacid Nunes, que tem, na sua opinião, correspondido à expectativa geral do povo paraense. E que também pretende melhorar cada vez mais, de um modo geral, a cidade de Capitão Poço, onde que será inaugurado, brevemente, um Grupo Escolar Estadual, já em fase de conclusão.

NOVA TIMBOTEUA

Cidade prepara-se para os 36 anos

Nova Timboteua, cidade tradicional da zona bragantina, sede do município, do mesmo nome tem atualmente, uma população urbana de 3.500 habitantes, os quais, acrescidos aos 7.500 da zona rural, totalizam 11 mil almas ocupando uma área de 633km2.

O Prefeito José Fernandes da Silva, eleito em 78, está preparando a cidade para os festejos dos seus 36 anos de existência que ocorrerão em dezembro de 1980.

Tendo em vista suas responsabilidades administrativas e o transcurso do acontecimento histórico da criação do município, o Prefeito implementou diversas obras, tais como reforma do posto médico na Vila de Timboteua, construiu três escolas localizadas: a) Rodovia PA-124, que liga Belém a Salinópolis, de capacidade para 800 alubos; b) Travessa Jutaí; c) Margem da Estrada BR-316. Aumentou o quadro de professores, que era de 16, para 30, mantidas pela Prefeitura, reajustando os respectivos salários em 600 por cento; elevou em 100 por cento o número de estudantes. O abastecimento de água é feito pela COSANPA (somente na sede), que atende satisfatoriamente à população. Um terço da cidade é iluminada pala Celpa, devendo o restante (segunda etapa) ser instalado brevemente, conforme promessa do Governador Alacid Nunes. É servida por telefone, pelo posto da Teleperá através do qual se comunica com outras comunidades. Ainda no setor das comunicações, dispõe de um canal de TV, com o qual entra em sintonia perfeitamente. Foram restaurados diversos trechos de estradas de rodagem com o apoio do DER-PA. A atual administração construiu duas praças denominadas Praça da Bandeira e Praça Prefeito José Mendes. Já foi dado início à pavimentação da Avenida Barão do Rio Branco, que é a principal da cidade.

A Praça da Bandeira, reconstruída na atual gestão.

O Município produz em larga escala Pimenta-do-Reino, além de ter destacada produção de cacau, arroz, milho, feijão e malva, o que naturalmente concorre para a vitalidade financeira do erário municipal. Também dispõe, em escala média, de uma promissora pecuária, com rebanhos bovinos em que se destacam o nelore e o búfalo.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

O Prefeito José Fernandes da Silva instituiu diversos benefícios sociais à população carente de Nova Timboteua, como o fornecimento de transporte gratuito de pacientes para Santa Izabel ou Capanema, que precisam de cuidados mais urgentes. Além da medicação ambulatorial fornecida pela Secretaria de Saúde Pública, a Prefeitura adquiriu com recursos próprios medicamentos para atender aos mais necessitados. Também transporta gratuitamente os habitantes da zona rural, para a sede do Município, a fim de serem atendidos no posto médico local, especialmente para serem vacinados contra sarampo, catapora e outras doenças.

Prefeito de Nova Timboteua. José Fernandes da Silva.

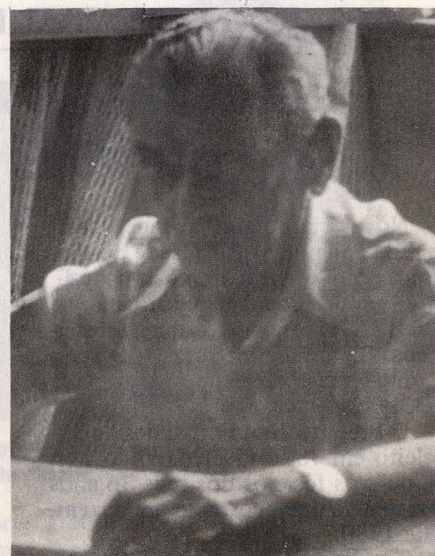
O Município tem recebido ajuda financeira do Governo do Estado, para obras como a pavimentação e construção de galerias para escoamento de água. O Prefeito José Fernandes tem apelado e conseguido apoio do Governador Alacid Nunes, em todos os setores da sua administração. E presentemente está pleiteando junto ao Estado a conclusão da rede elétrica da cidade, cuja segunda etapa deverá ser iniciada com urgência, a fim de estar concluída durante os festejos dos seus 36 anos. Reivindicando melhores condições de vida para seus munícipes, cujo bem estar é uma de suas maiores preocupações, o Prefeito já solicitou através da deputada Maria de Nazaré interesse no sentido de que o IPASEB construa um conjunto habitacional, visando, sobretudo a atender os funcionários do Estado que contribuem para aquele órgão.

O Governador prestigia o esforço do Prefeito José Fernandes.

Entre as medidas que o Prefeito tomou no setor educacional inclui-se o transporte gratuito para professores de Capanema que diariamente vão a Nova Timboteua lecionar e aos alunos que, deste município, vão estudar em Capanema.

Na pauta das reivindicações do prefeito José Fernandes tem prioridade a instalação de uma agência bancária.

Os serviços de pavimentação da B. do Rio Branco.

Avenida "Quatro Bocas", com mil e 500 metros

Benigno Góis, Prefeito três vezes

TOME-AÇU

Segredo dos três mandatos de Benigno: administrar bem os interesses públicos

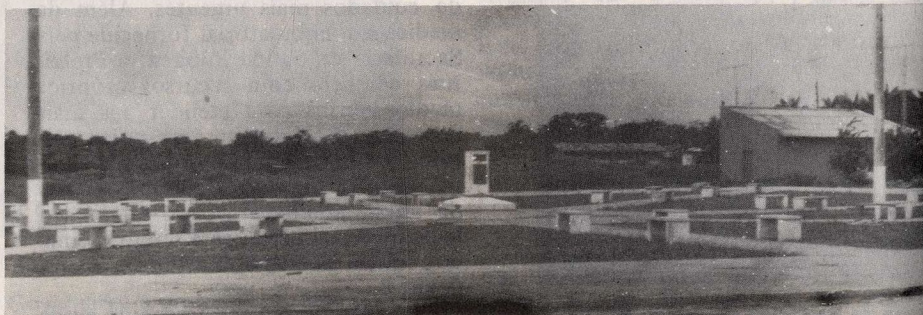
Tomé Açu é uma cidade eminentemente agrícola, tendo como principais fontes de economia a pimenta-do-reino, madeira, cacau e outros diversos recursos naturais, é considerada uma cidade com infra-estrutura capaz de receber um surto desenvolvimentista bem acentuado, além do que já atingiu.

O Prefeito Benigno Góes Filho, que pela terceira vez assume a administração municipal, eleito pelo povo devido sua identificação com o cargo, dedicação e capacidade administrativa, vem envidando os maiores esforços no sentido de desenvolver cada vez mais a cidade.

Durante sua administração já foram realizadas as seguintes obras:

EDUCAÇÃO E CULTURA — Foi criada uma Divisão de Cultura Municipal, administrada por um Bacharel em Direito, na função de coordenador, com duas supervisoras de ensino. Foi criado o curso de 2o. grau para as professoras do primeiro grau. Foram construídas seis escolas de alvenaria compostas de duas salas de aulas, secretaria, copa-cozinha, e sanitário, na zona rural, em Tabatinga, na Colônia do Arraia, povoação Forquilha do Canindé, Sítio Roda D'água, Corumbá, e nos Kms 23 e 40 da PA-140. Todas essas escolas estão equipadas com boas carteiras e todo o material necessário para satisfazer às exigências do ensino. Foi construída a Biblioteca Pública que conta com centenas de livros sobre os mais diversos assuntos e grande número de revistas e outras publicações, para uso da população.

SAÚDE — Foi ampliado o hospital municipal e adquirido grande número de equipamentos indispensáveis ao perfeito funcionamento e melhor atendimento dos habitantes. Foram construídos três sub-postos de saude nos municípios de Breu, Canindé e Água Branca. Atualmente o município conta com três médicos do Estado, um do município e mais um particular, com consultório e laboratório de Analises clínicas e, em breve, será construída uma clínica particular contando ainda com o posto da Sucam.

OBRAS — Foi construído o Matadouro Municipal a ser inaugurado em abril de 80. Com recursos próprios, o Prefeito construiu nove casas, estilo chalé, as quais distribuiu para famílias carentes, tendo, em homenagem a essa sua iniciativa, o conjunto recebido o nome de "CONJUNTO PREFEITO BENIGNO GOES". Foram construidas duas redes elétricas nas

Praça Japão, em Quatro Bocas

localidades de Breu e Água Branca, num total de cinco mil metros de rede, ambas mantidas por grupos geradores de 45 kwa. Foram construídos mil e quinhentos metros de pista asfaltada e mais uma praça pública na localidade de 4 bocas, denominada Praça Japão, ambas, avenida e praça, iluminadas. Construiu também, na sede do município, uma praça denominada Praça da Bandeira que possui até parque infantil. O município tem cerca de 60 mil habitantes, Tome Açu possui 96 escolas, 194 professoras municipais com 3.600 alunos. É importante frisar, que, todas as professoras de Tomé Açu possuem carteiras assinadas, com direito a FGTS, INPS, 13o. Salário e que a Prefeitura mantém cerca de 300 alunos carentes fornecendo-lhes calçados, uniformes, livros e transportes.

QUEIXA

O município conta com 600 quilômetros de estradas municipais e mais cem pontes de madeiras, as quais, quando avariadas, são reparadas com dificuldade, pela Prefeitura, devido à falta de recursos nesse setor, inclusive as verbas do Fundo Rodoviário, responsáveis pelo pagamento dessas despesas, estão sempre em atraso e diminuem de ano para ano. Há, atualmente, nove pontes em reparos e, pela carência de verbas, o serviço está sendo realizado com certa morosidade o que está dificultando o tráfego. Há, no município, atualmente, cinco agências bancárias, sendo uma do Banco da Amazônia, na sede, e outras quatro na localidade de Quatro Bocas; agência do Banco do Brasil, Bradesco, América do Sul e Banco da Amazônia. No setor de Comunicações, conta com um posto de telefone na sede do Município e outro na localidade Quatro Bocas.

Prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal

Prédio do Funrural

METAS PARA 80 — Ampliando o setor educacional, a Prefeitura pretende construir mais três escolas na zona rural, com duas salas de aulas, copa-cozinha, diretoria, secretaria, e sanitários, cada, nas localidades Maçaranduba, Igapó-Açu e Bragantina. Pretende, ainda, construir uma quadra de esportes no Ginásio Estadual Antonio Brasil, na sede do município, assim como o Forum, para o qual deverá ser enviada a verba fornecida pelo Governo Estadual até o mês de abril do corrente ano.

A cidade de Tomé Açu, nas mãos enérgicas do Prefeito Benigno Goes Filho se constitui em orgulho para seus munícipes.

Biblioteca Pública

Conjunto Habitacional

BUJARU

Prefeito muda toda a cidade

Posto telefônico da Telepará em Vila Concórdia.

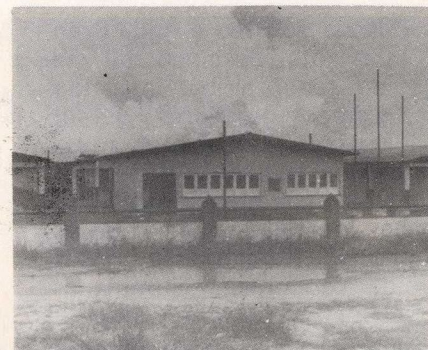
Grupo escolar em Vila Concórdia

Com uma população de 25 mil habitantes, 3.200 na sede e o restante distribuído nas outras localidades que o compõem, o município de Bujaru desponta entre os demais, como um dos mais promissores do Estado.

O Prefeito Raimundo Campos Lopes, que particularmente é agricultor de destaque no município, e começou sua carreira política como vereador, de 1966 a 70, sendo eleito em 70 vice-prefeito, quando traçou o plano que atualmente executa, está empenhado em modificar completamente o panorama da cidade, para o que já realizou as seguintes obras: No setor de Educação – Criação do primeiro grau em todo o município; Construção de um ginásio com oito salas de aulas, sala de merenda, copa, cozinha, secretaria, diretoria em Vila Concórdia, com luz elétrica e água potável; construção de uma unidade escolar no km 48 da PA-140 com uma sala de aulas, copa, cozinha, secretaria, diretoria e sanitários; construção de outras escolas idênticas nos kms 62 e 78 da PA-140 e nas localidades de Ponta de Terra, Cravo e Santana do Bujaru.

O município possui atualmente 16 salas de aulas entre as da sede e da zona rural, nas quais são distribuidas 150 professoras e 4.600 alunos. Em termos comparativos, na administração anterior o município contava apenas com 56 professoras e cerca de 2.300 alunos.

Saúde – O município conta com dois médicos da SESPA, que são gratificados pela Prefeitura e os remédios decorrentes das receitas são fornecidos também pelo Prefeito, assim como os postos-médicos (um na sede do município e outro em vila Concórdia) são totalmente assistidos pela Prefeitura, no que tange a gratificações para os demais funcionários da SESPA que ali atuam.

No Setor de Obras – Foram instalados 7.600 metros de rede elétrica mantida por um motor SCÂNIA de 230kwa, possuindo, já, em andamento, um plano para aumentá-la em mais 5.400 metros. Foi feita a restauração total da rede de abastecimento d'água e instalação de mais 1.300 metros, além da recuperação do motor bomba. Está sendo construido um ramal de 42km, ligando a sede à Vila de Curuçambaba, dos quais 19 já estão prontos em condição de tráfego. Está sendo construido um ramal e trapiche da referida vila, com 28 metros.

No setor de Comunicação – Conta o município com dois postos telefônicos, um na sede e outro na Vila Concórdia, esse último, construído e mantido com recursos da Prefeitura.

Para 1980 os planos são diversos, dentre os quais destacam-se a construção de mais quatro unidades escolares, nas localidades de Jutaí-Mirim, Vila de S. Raimundo, km 51 e 66 da PA-140; construção de um mercado e uma sub-prefeitura em Vila Concórdia e rede de abastecimento de água.

E como incentivo aos agricultores e pecuaristas, serão entregues, em abril, pelo governador do Estado, 800 títulos definitivos de terras, oportunidade em que será inaugurada a agência da Fazenda Estadual e a assinatura de um convênio com o ITERPA.

IGARAPÉ-AÇU

Infra-estrutura para suportar o progresso de quase um século

Rico devido seu grande reservatório de recursos naturais tais como pimenta-do-reino com 4.016.000 pés, muricí com 2.113.000 pés e ainda cacau, mamão, guaraná, café e melão, a cidade de Igarapé-Açu com 28.000 habitantes, 10.000 na zona urbana e 18.000 na rural, numa área de 756 Kms2. tem tudo para se transformar numa das mais importantes apenas com 75 anos de existência.

O Prefeito Raimundo Saturnino da Silva ressalta o apoio recebido do Estado, sem o qual seria difícil realizar as obras mais onerosas. Durante o período em que está à frente da administração municipal, ele já realizou as seguintes obras: Educação – Conta o município com 65 escolas, tendo sido construida recentemente novas escolas distribuidas entre a sede e diversas outras localidades. O número atual de professoras e de 108 distribuidas em toda a rede de ensino, da qual mais de 15 escolas foram recuperadas. A merenda escolar é fornecida pelo MEC sendo que o transporte é de responsabilidade da Prefeitura assim como parte do material escolar necessário é adquirido pelo prefeito, com recursos do município.

SAÚDE – Foram construídos três postos médicos, localizados, um na Vila Cariri, outro na Vila Porto Seguro e o terceiro na Vila São Jorge, em cada um tendo sido colocados um ajudante de enfermagem, e contratados ainda dois médicos, um para atuar na sede e outro para a Vila São Jorge. Além das despesas desses postos a Prefeitura arca também com as da Unidade Sanitária da FSESP. E apesar de que a Secretaria de Saúde fornece medicamentos, a Prefeitura vê-se ainda na contingênciade comprar boa quantidade para suprir a necessidade da população, fornecendo também transporte para os enfermos que necessitam de atendimento mais especializado, em Castanhal ou Belém. Tudo gratuitamente.

OBRAS – Foram pavimentadas na atual administração, várias artérias da cidade, quase setenta por cento, tendo também sido colocada sinalização nas principais ruas e cruzamentos da cidade. Com recursos do FRN foram também construídos cerca de vinte pontes e abertas mais de 150kms de estradas.

O abastecimento d'água é de responsabilidade da Cosanpa, na sede e na Vila Cariri. Ocorre que a Cosanpa não está correspondendo às exigências da população. Há bastante tempo que o Prefeito lança apelos para que a direção desse órgão tome uma iniciativa de melhorar sua distribuição e canalização para proporcionar um abastecimento mais satisfatório. Há bastante tempo também ele apela para que sejam iniciados os trabalhos de expansão da rede de água para beneficiar as Vilas de São Jorge e Porto Seguro, que carecem desse precioso serviço. Apesar de todos os apelos e solicitações nada foi feito, em prejuizo do povo. Outro fator negativo é o fornecimento de energia elétrica que só existe numa parte da cidade, motivo pelo qual o Prefeito vem lutando tenasmente para conseguir a ampliação da rede com a finalidade de fornecer energia para toda a cidade. Existe uma agência bancária na cidade, do Bradesco, isso depois de muita luta por parte do Prefeito e do Deputado João Augusto de Oliveira. No primeiro semestre de 80 deverá ser inaugurada outra agência bancária na cidade.

Prefeito Saturnino: muita coisa ainda por fazer.

Prefeito Saturnino, cumprimenta o governador durante um seminário em Marituba.

Uma das escolas construidas na atual administração

O meio de Comunicação que existe na cidade é o posto telefônico da Telepará, estando sendo aguardadas as instalações das linhas telefônicas adquiridas e pagas desde setembro de 1976. Quanto á televisão, o único canal que é captado na cidade é o da Liberal, canal 7, cuja imagem é perfeita. A pecuária no município é muito primária, ainda, sendo que as espécies predominantes, de gados, são a Nelore e a Holandês.

Segundo o Prefeito Saturnino, o governo Estadual vem correspondendo às expectativas, e o que é mais importante, dando todo o apoio necessário tanto que a construção da Casa da Cultura só foi possível graças à verba por ele financiada. Além disso o Estado colaborará na aquisição de asfalto. Porém, apenas uma coisa seria capaz de tornar o povo de Igarapé-Açu muito feliz. A instalação de uma Unidade Sanitária Hospitalar.

A construção da Casa da Cultura

Prédio da Prefeitura municipal de Igarapé-Açu.

Governador inaugura a Agência da Receita Estadual

Prefeito Emilson S. Gonçalves: "Afuá necessita de uma agência bancária".

AFUÁ

Uma população cheia de esperanças para 80

O município de Afuá tem como principais fontes de divisas a madeira, o palmito e a borracha. Com uma população de 23 mil habitantes, 4 mil na sede e 19 mil na zona rural, numa área de 5 mil km2, já se faz necessário uma repetidora de imagem de TV e uma agência bancária, o que infelizmente ainda falta na cidade para elevá-la ao lugar que de fato lhe compete no cenário estadual.

Seu atual prefeito, ex-vereador duas vezes e vice-prefeito, Emilson S. Gonçalves, tudo tem feito para remover os obstáculos que impossibilitam melhor surto desenvolvimentista. Dentre seus principais feitos, destacam-se educação e saúde. Na educação ele já construiu mais de doze unidades escolares em diversos municípios, a saber: Vila Luzitana, Ilha do Maruin. Furo dos Porcos, Rio Cajueiro, Furo do Moura, Ilha dos Botos, Rio Santo Antônio , Vila do Baturité, Rio Europeu na Ilha do Pará, Forte Fênix na Ilha do Pará, Ilha do Teles e Rio Cajuana. O número de alunos que era de 2.500, passou para 4.200. As professoras eram em número de 50 e atualmente são 104. A despesa com todo esse quadro docente é da Prefeitura, assim como grande parte do material escolar e o transporte para a merenda escolar, fornecida pelo MEC.

Preocupado com o setor de Saúde do município, o Prefeito mantém visitação periódica em todas as localidades, observando a situação geral da população, sempre se fazendo acompanhar de um médico e um odontólogo da capital do Estado. Em Afuá é grande o número de idosos que todo fim de mês têm que se deslocar até Macapá para receber o Funrural. Para evitar maiores sofrimentos aos velhinhos, a Prefeitura comprou um a motor para levá-los.

Todas as despesas decorrentes do salário dos médicos, atedentes, e algumas vezes, medicamentos, é por conta da Prefeitura, sem contar com as passagens aéreas para o transporte de médicos e doentes que necesitam ser transferidos imediatamente para Belém.

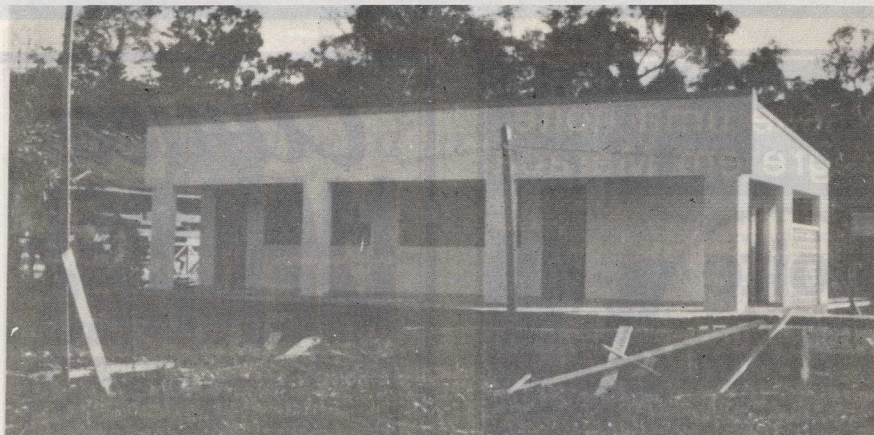
PRECARIEDADE — A sede do município é abastecida de água, de maneira precária atra-

O barco de 100 toneladas adquirido pela Prefeitura para uso da população

vés da FSESP. Há vários anos o Prefeito vem lutando no sentido de ampliar e melhorar o abastecimento da rede. Ultimamente a Prefeitura vem abastecendo de combustíveis os motores da FSESP e colaborando com os equipamentos.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica é por conta da CELPA. Apenas a prefeitura fornece energia através de motores para os municípios de Juruparí e Jupatí e para o gabinete dentário e laboratório da SESAP e SESPA.

No setor de comunicação a cidade dispõe de Correios e Telégrafos e telefone já implantado nessa legislatura. É uma administração que vem se caracterizando pela preocupação com a comunidade pois que até barco fornece para efetuar transporte de gado das fazendas para o matadouro da cidade.

Além das escolas construídas, o Prefeito pretende construir mais dez, assim como mais três postos de saúde, inclusive concluir a quadra de esportes polivalentes, iniciada quase no mesmo período das obras de recuperação, ampliação e pavimentação da pista de pouso, já concluida. Outro projeto do Prefeito é a construção do trapiche da cidade e um hotel.

Uma das escolas construídas pelo Prefeito Saturnino.

Sobre a colaboração do governo Estadual, tem sido regular. Ele vem atendendo na medida do possível, disse o Prefeito Emilson, lembrando que não faz muito, o governador esteve naquela localidade inaugurando a Agência da Receita Federal.

Para o mandatário do Estado o povo pediu uma Unidade Sanitária. A expectativa é grande.

A população de Afuá está com esperanças de que seja instalada ainda no decorrer de 80, falou o representante municipal.

SALINÓPOLIS

Mil pescadores serão financiados

Salinópolis, localizada na zona do salgado, tem como principal economia a pesca e a lavoura. Na cidade existem mais de mil pescadores registrados e que futuramente receberão financiamento da Emater. Quanto à agricultura, o prefeito Dário Palha Freire, pretende, através do Iterpa, legalizar e distribuir uma área de terras de 473km2, dando, dessa maneira, maior ênfase aos agricultores, possibilitando maior surto desenvolvimentista pela exploração dos seus recursos naturais, dentre os quais se destaca, também, o cacau.

Prefeito de Salinópolis, Dário Palha Freire.

Em Salinópolis uma das prioridades é, depois da produção, a educação. Além das unidades escolares existentes no município, serão construídas mais duas. Serão construídos, ainda, mais dois sub-postos de saúde, para atender a necessidade da população urbana e rural, ampliando-se, com isso, o setor de saude, cujos postos e sub-postos foram todos recuperados na atual administração.

Será construído um muro de arrimo na praia do Maçarico, e em outras, tornando melhor o visual da cidade, inclusive com o serviço de construção de galerias e meios-fios nas principais artérias da cidade.

Passe uma noite alegre em Marabá
boite Tabocão
Drink's
Dancing
Pernoite
Rua Ambrósio Franco, 328 Tel. 278
MARABÁ-Pará

Clínica
MANOEL MENDES
Drogafar
Obstetrícia
Laboratório
RAIOS X
DR. VELOSO – CRM 346 PA
DR. DÉLIO – CRM 1349 SP
AV. PRES. VARGAS, 585 – MARABÁ PA
Jorge Granhen

Maçã's Terrace
Música ao Vivo
Av. Eduardo Ribeiro, 639
Ed. Palácio do Comércio
20º andar – Manaus - Am.
Jorge Granhen

RESTAURANTE DO
Circulo Militar
Música ao vivo almoço e jantar
Especialista em pratos regionais, peixadas, mariscos, churrascos, galetos, lanches
Aos sábados a famosa feijoada carioca.
Vinhos champanhes nacionais e estrangeiras – cervejas – refrigerantes
Sorvetes de frutas regionais
Tels: 223-4374 – 223-5195
Praça Frei Caetano Brandão S/A Belém – Pará

hotel central
Zona Franca de Manaus
Tel: 234 2197

É um ótimo negócio comprar terras em
ANANINDEUA
A Grande Belém
Consulte a
IMOBILIÁRIA FREDAN
Loteia-Demarca-Vende-Legaliza-Administra
Av. Magalhães Barata, 1.140-Ananindeua-Pa
Tels. 235-0396-Escritório
235-0145-Residência
Jorge Granhen

CLÍNICA VETERINÁRIA DO PARÁ
RUA Ó DE ALMEIDA, 33 FONE: 223-4751 E 223-6043
SERVIÇOS DE RAIO X
BANHOS E TOSAS, HOTEL ADESTRAMENTO.
DIA E NOITE A SERVIÇO DO SEU ANIMAL

VENTILADORES
ciclone
Vendas sem intermediários O menor preço
ALÉM DA CAPITAL ATENDEMOS OUTRAS CIDADES
TEL: 223-3166
Belobo
Rua Ó de Almeida, 134- Belém-Pa

USE E ABUSE.
Visão
O Cartão Especial Visão, é o único sem juros.
Basta ser nosso cliente para adquiri-lo.
Aguardamos sua visita.
Visão

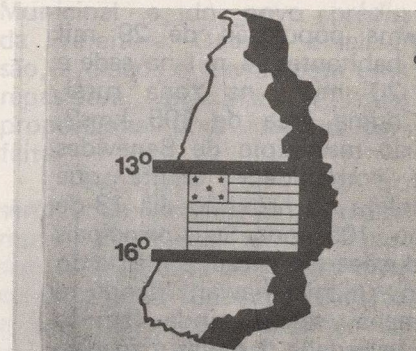
ARAGUAÍNA

Eletricidade, a grande esperança

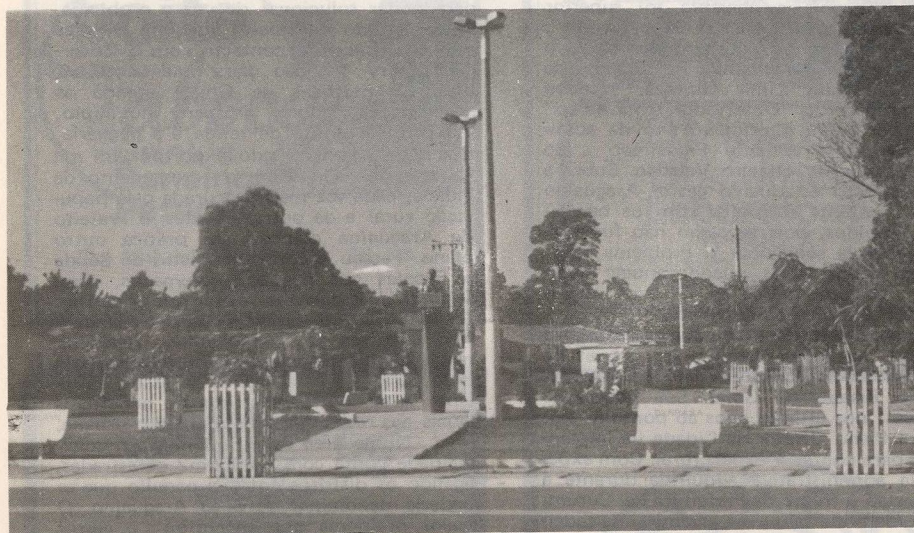
"Na minha opinião o Governo do Presidente João Baptista Figueiredo "escancarou", pois a abertura foi superior aquilo que nós brasileiros esperávamos". Com estas palavras o Prefeito Municipal do município de Araguaína, no Estado de Goiás, Joaquim Lima Quintas, recebeu a reportagem do "Observador Amazônico" para falar sobre o primeiro ano da administração do Presidente Figueiredo e do Governador Ary Ribeiro Valadão. Sobre a administração estadual o gestor Araguaino se diz bastante satisfeito com os benefícios recebidos, pois se assim não fosse jamais poderia solucionar o problema surgido nos últimos anos, quando aquele município teve um índice de desenvolvimento superior ao que se pode imaginar.

A cidade de Araguaína, na Rodovia BR-153, na Belém-Brasília, em menos de 22 anos de existência é uma das prósperas do Estado de Goiás. Sua população triplicou nos últimos anos ao ponto de exigir um Plano Diretor da Cidade (já implantado) para conter o êxodo rural. Com experiência administrativa adquirida durante a sua gestão à frente da Prefeitura de Curumbaiba, de onde saiu para assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa de Goiás, o Prefeito Joaquim Lima Quintas implantou um modelo de administração que deveria ser copiado por todos os chefes executivos. Araguaína, hoje, após dois anos de administração de Joaquim Lima Quintas, poderia se dar ao luxo de viver exclusivamente de sua renda própria, não fosse o problema de crescimento atingido. Para conseguir verbas o gestor municipal simplesmente colocou em prática a sua experiência administrativa. Uma fábrica de artefatos de cimento foi montada pela própria municipalidade para atender às suas necessidades, Assim é que em vez de comprar de terceiro a fábrica da Prefeitura de Araguaína atende à suas próprias necessidades, fabricando blokretes para calçamento de ruas, tubos para o serviço de esgotos, bem como outros materiais necessários à construção de obras do poder municipal. A fábrica, além de atender os interesses da Prefeitura, com prioridade, atende a particulares, gerando divisas para a municipalidade. Se não bastasse esse exemplo, podemos citar o caso do terminal rodoviário daquela cidade que pertencia a particulares e que foi adquirido para a Prefeitura e que hoje é outra fonte de renda para o município a exemplo, também, do mercado municipal. Joaquim Lima Quintas confessa que há problemas no setor de Saúde. Os hospitais da cidade, em número de cinco, todos particulares, atendem os segurados do INAMPS, do FUNRURAL e mantém convênios com a Organização de Saúde do Estado de Goiás. Para o atendimento de pessoas não beneficiadas, a Prefeitura arca com a responsabilidade, inclusive com a compra de medicamentos. No setor energético a cidade está bem servida com a compra de mais três geradores que vieram se juntar às outras três já existentes. Durante a pequena crise, o Prefeito (mais uma vez entra a sua experiência) em vez de iluminar as artérias da cidade, preferiu fornecer a energia para os moradores, mesmo sabendo que politicamente estava se desgastando. Mas a sua maneira de agir foi compreendida pela população.

Hoje Araguaína só espera que a energia da Hidrelétrica de Boa Esperança seja acionada para poder solucionar de vez o problema. Nesse sentido o Prefeito Joaquim Quintas está em constante contacto com o Governador Ary Valadão para que a CELG (Centrais Elétricas de Goiás) atenda às necessidades daquele próspero município, cuja principal fonte de renda é a pecuária, que só no ano passado exportou 285 mil cabeças de gado. Com o crescimento da cidade, cada vez mais procurada pela população rural e de outras cidades, o Prefeito de Araguaína colocou em prática outro plano. Passou a construir Postos de Saúde e Escolas nos pequenos povoados, para, segundo suas palavras "evitar que as pessoas tenham que se deslocar para a cidade". Nos Distritos de Carmolândia, Aragominas e Muricilândia já existem colégios para o 2o. Grau e é pensamento do gestor municipal dotar outros distritos de benefícios iguais aos recebidos pela população urbana.

Numa área de 9.663km2, a municipalidade conta com 1.200km2 de estradas, ligando os distritos entre si naquilo que se poderia denominar de Anel Araguaino. O maior problema que enfrentou o gestor municipal com o crescimento da população urbana foi no setor educacional. Houve uma procura de mais de 100 por cento para matrículas nos colégios. As doze escolas da zona urbana tiveram que passar a funcionar em três períodos diários para atender os alunos. A rede municipal que conta com 57 escolas, sendo que 45 estão implantadas na zona rural, atende 5.800 alunos e conta com 145 professores, todos eles integrados ao plano de Diretora Municipal de Educação, professora Sílvia Maria Vieira.

O Prefeito Joaquim Lima Quintas faz questão de frisar que o êxito de sua administração deve ao Governador do Estado, Ary Valadão e ao Governo do Presidete João Figueiredo, pois deles tem recebido todo o apoio necessário para continuar administrando Araguaína, um dos mais próperos municípios de Goiás, cuja cidade, apesar do crescimento desordenado dos últimos anos é uma das mais bem tratadas daquele Estado. Se o povo não mudar o seu modo de pensar e corresponder Araguaina poderá contar com um representante na Câmara Federal, pois Joaquim Quintas reúne todas as qualidades para representar aquele Estado, bem como conseguir mais benefícios para o município.

BENEVIDES

A colonização da Estrada começou aqui há 105 anos

Praça da Liberdade, construida na atual administração

Prefeito Osmar França: "Governo tem me apoiado".

Uma população de 29 mil habitantes, 4 mil na sede e 20 mil na zona rural, numa área de 195 kms2, faz do município de Benevides uma comunidade adulta que completa no próximo dia 13 de junho, 105 anos, Suas principais produções são cacau, pimenta do reino, mamão-hawai, dendê e borracha, sendo ainda famoso pela variedade das suas manadas, onde predominam o Nelore e o Holandês, O leite se constitui noutra fonte de renda importante, o qual, é distribuido pela Coleita, nas diversas localidades da região.

O ex-vereador e atual prefeito de Benevides, Osmar França do Nascimento, seguindo a linha do Governo Estadual, vem dando prioridade para a educação mandando construir escolas em diversos municípios e na sede. Dentre essas localidades destacam-se Povoado São Bento, Mauricia, Caiçauá, Paricamiri, Genipauba e Vila Santa Bárbara. Cada escola construida comporta, em média, 50 alunos. Foram restauradas nove escolas rurais e aumentado o número de professoras, de quinze para quarenta, selecionadas através de concursos para regentes normalistas. Todas as despesas com a rde de ensino é da responsabilidade da Prefeitura, que inclusive, com a ajuda do Governo do Estado, já implantou o ensino de 2o. grau que funciona em caráter provisório no Colégio François

Prefeito inaugura fábrica Guamá Industrial acompanhado da diretoria.

Paul Begot, estando já em andamento a construção das salas de aulas onde deverá funcionar definitivamente. Estão incluidas nas despesas arcadas pela Prefeitura a manutenção do colégio de primeiro grau. CENEC, 70 por cento, cujo restante é pago pela Secretaria de Educação; material escolar, 50 por cento; transporte e distribuição da merenda escolar fornecida pelo MEC. Dando prosseguimento à expansão da rede de ensino no município, foram feitos projetos para a construção de mais dez salas de aulas, outra quadras de esportes e o prédio da Casa da Cultura, dos quais está sendo aguardada a aprovação.

ATENDIMENTO HOSPITALAR — Foram ativados na atual administração, depois de reformados, três postos de saúde. Para ser possível atender da melhor maneira a população, satisfazendo suas reais necessidades, foi preciso treinar alguns estagiários e aumentar o quadro de enfermeiros, de três, para cinco. Além destes, Benevides conta ainda com uma Unidade Médica Estadual, que possui um médico, cinco atendentes de enfermagem e um laboratorista. Apesar de que são pagos pelo Estado, a Prefeitura dálhes uma gratificação. Os medicamentos são fornecidos pela SESAP, porém, quando é necessário, a Prefeitura também os adquire. Para os casos mais graves, foi firmado um convênio com o Hospital de Santa Isabel do Pará.

OBRAS — As estradas de rodagem também receberam especial atenção na atual administração. Com verbas do FRN, foram recuperadas: a estrada que liga Benfica a Murini, com quatro kms de extensão, a qual deverá ser asfaltada brevemente, pois já foram adquiridas vinte e uma toneladas de asfalto: alguns trechos das estradas do município, onde se des-

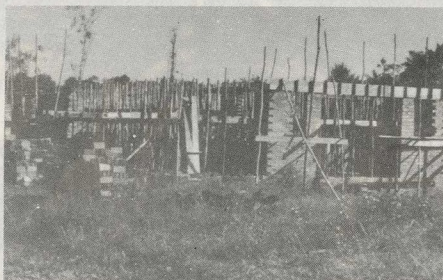
taca a que liga Benevides a Taiassui na qual foi implantada uma linha de ônibus.

Quanto ao abastecimento de água pótável, o Prefeito adquiriu duas bombas novas para garantir o fornecimento normal à população uma vez que a rede de água értence a Prefeitura.

LUZ PARA GENIPAUBA — A prefeitura, com o apoio do Governo do Estado, adquiriu um grupo gerador para a localidade de Genipauba tendo sido imediatamente instalado, enquanto que nas Vilas Benfica, Decovil, Santa Rosa e Canutama como na sede, quem fornece a energia elétrica é a CELPA.

SISTEMA DDI — Atualmente o município conta com um posto telefônico da Telepará mas está sendo esperado para julho do corrente ano, atendendo ao plano de expansão do Prefeito , o funcionamento do sistema integrado DDI.

ARBORIZAÇÃO — Apresenta-se muito diferente o aspecto geral da cidade para quem a conheceu há não muito tempo atrás. Suas ruas estão pavimentadas, possuem meios fios e estão arborizadas. Para completar o panorama foram construidas duas praças, às ruas foram co-

Governador, prefeito Osmar França e o presidente da A.L. durante inauguração

Nova sede da Prefeitura de Benevides, em construção.

locadas placas indicando o nome das mesmas asssim como organizada a numeração das casas. Foram ainda abertas várias ruas e iniciadas as obras do Estádio Municipal e do novo prédio da Prefeitura. Quanto à televisão, a cidade é servida com uma repetidora próxima a qual proporciona uma imagem perfeita.

Tudo tem sido feito no sentido de desenvolver ao máximo o município, tendo, inclusive, a Prefeitura adquirido uma camionete C-10; uma Brasília e um trator para atender ao volume de trabalho na atual administração.

Uma coisa, porém, řejudica a população diz o Prefeito; a falta de uma agência bancária. É esse o grande problema da cidade. Sua estrutura econômica já comporta um banco. Outro apelo do Prefeito, é feito ao governo Federal, no sentido de que seja analizada a possibilidade de ser fornecido equipamentos para saneamento e agricultura, utilizando para isso, uma parte da verba da FPN. Com o Governo Estadual o entrosamento é completo, principalmente na atual gestão, na qual, o governador Alacid Nunes tem dado todo o apoio preciso, para que muita coisa seja realizada.

Obras de saneamento sendo realizadas na atual administração

Garimpeiros estão sem assistência

Com a extinção da FAG – Fundação de Assistência ao Garimpeiro - mais de 50 mil garimpeiros que exploram ouro na região do Tapajós, no município de Itaituba, estão desamparados, sem receber qualquer tipo de assistência. Essa instituição foi criada através de uma lei no ano de 1969, e foi extinta por um decreto, em 1975. Funcionou na cidade de Itaituba, com recursos do Governo Federal.

A FAG foi criada pelo Governo Federal com o objetivo de prestar serviços sociais nas regiões garimpeiras, visando à melhoria das condições de vida das suas populações; promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, no que se relacionasse à faiscação e à garimpagem, fomentar, nas regiões garimpeiras, a produção agropastoril, especialmente com o objetivo do auto-abastecimento, e as atividades domésticas; estimular o cooperativismo e o espírito associativo; realizar inquéritos e estudos para o conhecimento e a divulgação das necessidades sócio-econômicas do homem do garimpo; desbravar zonas garimpeiras inóspitas colonizando, com o concurso do INIC, as que se prestassem ao objetivo e fornecer, semestralmente, e quando solicitados pelo serviço competente, dados estatísticos relacionados com a remuneração dos garimpeiros.

Bem ou mal a FAG cumpria papel importante, que deveria ser aperfeiçoado e aprofundado, a partir de uma política nacional para o garimpo de ouro. A Fundação teve seus pontos falhos, que os acertados sanavam, mas os erros poderiam ser corrigidos através de estudos por parte de um grupo ministerial. Certo é que a FAG foi extinta e hoje aí estão as conseqüências criadas por isso: os garimpeiros não recebem assistência médica, odontológica, técnica e de nenhuma espécie, estando hoje desamparados, entregues à sorte.

A FAG, logo após a sua criação, construiu um prédio onde funcionou a sede, na cidade de Itaituba; construiu postos de representação nos garimpos do Pimental, Jacareacanga, Barra do São Manoel, São Domingos, Água Branca, Cuiú-cuiú, Pacu e Gripurizinho. Mantinha um enfermeiro em cada um dos garimpos citados, vendia produtos alimentícios dentro dos garimpos; construiu escolas de alvenaria nesses garimpos, implantou em Itaituba um consultório odontológico, uma sala para o funcionamento do equipamento de Raio X. Uma série de empreendimentos foi realizada, a fim de prestar assistência aos garimpeiros.

A extinção da FAG levou deputados a abordarem sua atuação. O ex-deputado federal Ubaldo Correa, usando a Tribuna da Câmara Federal, fez um pronunciamento contrário à sua extinção. Segundo o deputado, a extinção da FAG criou situação caótica no tocante à assistência aos garimpeiros. Assistência Social e também técnica. Raros aqueles que eram contribuintes do INPS, cuja a ação ainda está ausente nas zonas de garimpo, como no Alto Tapajós. Criada está, assim, situação grave, dependendo da atenção do Ministério da Previdência e Assistência Social, que ficou incumbido de adotar providências, inclusive quanto ao patrimônio da FAG. Há vários anos abandonadas, as instalações que a FAG possui, tanto em Itaituba como nos garimpos, estão se deteriorando rapidamente, e o risco de perda de valioso patrimônio é grande. Somente no Tapajós, a FAG mantinha seis escolas, que funcionavam em turnos diurno e noturno, sendo que em duas escolas, em garimpos diferentes, funcionavam aulas do Mobral e hoje estão abandonadas. Em Itaituba, há mais de 30 meses, estão ao abandono prédios de escolas, oficinas, gabinetes odontológicos e médicos, escritórios de valor.

Prosseguindo, disse Ubaldo Corrêa, medida que extinguiu a FAG, através do Decreto no. 75.208, de 10 de janeiro de 1975 e estendeu aos garimpeiros os benefícios do Prorural, só veio trazer conseqüências maléficas aos garimpeiros. Mas o garimpeiro do Tapajós não é vítima apenas do abandono, agravado com a extinção da FAG. É também vítima de um comércio desordenado e desorganizado como o do ouro e também dos escorchantes preços de mercadorias. O comércio é feito sem balança, que é substituída por lata de óleo, com peso de um quilo, que cheia de qualquer coisa dá apenas 800 gramas.

O ex-chefe do Setor de Revenda da FAG, Jorge Sallim, abordando a atuação da fundação de Itaituba, disse que a instituição foi criada para prestar assistência aos garimpeiros em diversos sentidos. A FAG comprava mercadorias, principalmente de primeira necessidade, e transpor-

O prédio onde funcionava a FAG

Tibiriçá Santa Brígida

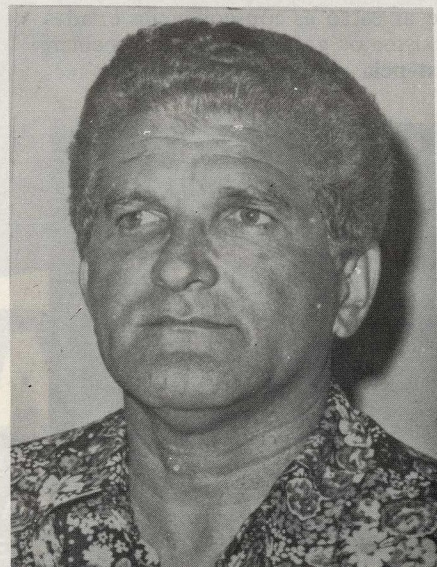
A Cooperativa dos garimpeiros

tava para os garimpos, a fim de vender a preços razoáveis. Possuia nos grandes garimpos salas de aula, onde funcionava alfabetização. Postos para prestar assistência médica aos garimpeiros e seus familiares. Mas, frisou Sallim, a FAG não visava lucros, era mantida com recursos financeiros federais.

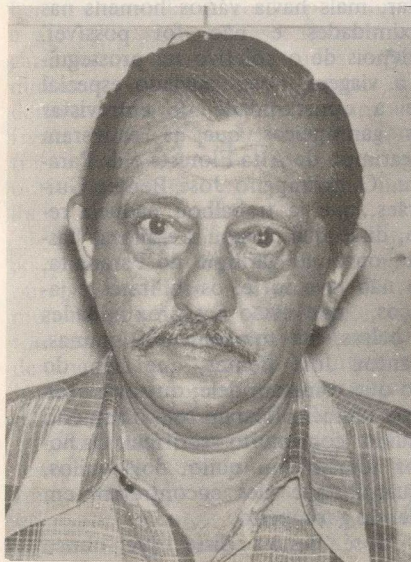
Meses depois de sua criação, a administração da FAG criou a Cooperativa Mista dos Garimpeiros. Com a criação dessa cooperativa, a revenda de mercadorias e a compra de ouro dos garimpos dicaram sob a responsabilidade dessa entidade. A maior parte dos garimpeiros, que eram beneficiados pela FAG, passou a pagar uma taxa irrisória para a cooperativa. Com a criação da cooperativa nada mudou, apenas a venda das mercadorias era feita através da cooperativa e o ouro dos garimpeiros era comprado por essa instituição.

Jorge Sallim preferiu não comentar a extinção da FAG embora saiba o motivo. Sallim trabalhou três anos na fundação e saiu antes dela ser extinta pelo Governo Federal. Também o vereador Tibiriçá Santa Brígida da Cunha, foi abordado sobre o assunto. Segundo Tibiriçá, a FAG foi extinta devido às suas dívidas no comércio, pois alega ele que a fundação, já às vésperas de ser extinta, devia a mais de vinte comerciantes, entre os quais ele. "Depois de estar com o seu capital baixo, a FAG resolveu comprar as mercadorias para revender aos garimpeiros, nas praças de Santarém, Itaituba e outra, a crédito. Acontece que quando a administração da fundação procurou ver o saldo financeiro, o órgão já estava quase falido, devia a uma porção de comerciantes, e não havia dinheiro para pagar suas dívidas. Foi então que o governo extinguiu a FAG. Mas até hoje não se sabe oficialmente se foi por esse motivo que o órgão foi extinto", finalizou-se Tibiriçá.

Disse Tibiriçá, que a FAG foi extinta por um Brigadeiro, que, depois de fazer um minucioso estudo na região, achiu-a desnecessário em Itaituba, e propôs ao governo federal a extinção. Pessoalmente, disse Tibiriçá que a FAG fez no município de Itaituba, em prol dos garimpeiros. Mas adiantou que é do seu conhecimento como de outras pessoas, a atual situação de desamparo em que se encontram os garimpeiros do Tapajós. Vai apresentar um trabalho na Câmara Municipal de Itaituba, pedindo ao Ministro da Previdência Social, para que crie, ou então estenda até os garimpos, a assistência a esses homens, que passam meses e meses à procira do ouro para poderem sobreviver. Esse pedido será feito baseado na situação de assistência que os garimpeiros e suas famílias não estão recebendo. Para o deputado Everaldo Martins, a FAG foi uma autarquia do governo federal, criada a fim de dar assistência social, sendo uma espécie de instituto de aposentadoria e previdência ao garimpeiro, no seu local. Entretanto, apesar da contratação de médicos, dentistas, de uma infra-estrutura para a proteção ao garimpeiro, ela não teve uma efetividade prática. Primeiro porque o garimpeiro não é um segurado qualquer. Ele é um ambulante. É um homem que não tem uma produção efetiva, que não pode realmente ser considerado com um produção estática, como qualquer um outro que desenvolva atividades como motorista, médico, advogado e professor. E por isso mesmo, não houve uma correspondência total, o que levou ao governo a extingui-la, apesar dos muitos benefícios que a FAG fazia. Com sua extinção, as escolas que foram construídas, foram absorvidas pela rede estadual, outras não foram absorvidas, os gabinetes médicos e dentários, e, talvez nunca tiveram um efetivo uso, e que pode ser aproveitado por outras entidades, inclusive pelo INAMPS, para que se possa realmente dar a esse tipo de atividafe, uma Previdência Social".

A FAG já tem sido objeto de estudo, principalmente em Itaituba a fim de que seu patrimônio passe para a esfera da Prefeitura Municipal de Itaituba, que naturalmente daria uma condição necessária para que fosse usado não só em prol dos garimpeiros, que vivem em torno de Itaituba, mas também para uma série de pessoas que estão desprovidas de assistência médica em Itaituba. Esse seria um dos meios mais certos para que os materiais que estão sendo destruidos, fossem aproveitados.

Ubaldo Corrêa

Com a extinção da FAG, o garimpeiro está a mercê de se próprios recursos, ele necessita da Previdência Social. Ter segurança, para o tempo da sua total inabilidade. Há garimpeiros que durante a sua vida, conseguem algum lucro econômico, isso uma minoria. A maioria apanha malária e outras doenças. Eles estão completamente desassistidos pelo governo e é necessário, para eles, uma legislação especial pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

O garimpeiro quando está cometido de malária ou hepatite, que são os males mais comuns nas zonas dos garimpos, são transportados para Itaituba e internados na Universidade Mista da Fundação SESP, que é hoje o único órgão que presta assistência ao garimpeiro. Também, quando vêm do garimpo homens baleados ou esfaqueados, são hospitalizados no SESP. Mas o garimpeiro não vem sempre somente vítima pela falta de assistência médica, ele também está sendo explorado pelos absurdos preços de gêneros alimentícios, como café, açúcar, carne, peixe, feijão, biscoitos e arroz. O quilo da carne seca, está sendo vendido por Cr$ 350,00; o quilo do peixe salgado, Cr$100,00 o quilo do feijão Cr$ 80,00 e o quilo do arroz Cr$60,00. Os problemas não são esses. Há outros, como é o caso de documentos. Quase todos os garimpeiros e seus familiares não possuem documentos. Esses homens vem, na sua maior parte, do Maranhão à procura do ouro. Ao chegar em Itaituba, deixam a família e segeum para o garimpo. Passam muito tempo sem mesmo dar notícias à família. Muitos desses homens não voltam do garimpo

Everaldo Martins
OBSERVADOR AMAZÔNICO

Casas abandonadas ao lado do aeroporto

e mesmo quando voltam chegam acometidos de malária ou outra doença. E ao dar entrada no hospital do SESP muitas vezes já estão mortos.

Administração do hospital não consegue localizar os familiares e nem identificar o falecido. Enterra o corpo sem identidade.

Na Unidade Mista da Fundação SESP, informaram que mensalmente são registrados cem casos de malária, 60 de hepatite e de 25 a 35 casos de baleamentos e esfaqueamentos, na sua maior parte das zonas dos garimpos. Somente no ano de 79, o SESP registrou 1.500 casos de malária, sendo que 30 por cento desses garimpeiros atendidos vieram a falecer, devido ao estado avançado da doença. Eles somente procuram o SESP quando já estão bem atacados pelo mal. Quando a doença está no seu início, eles procuram as farmácias de Itaituba. Como as farmácias têm interesse em vender seus produtos, o farmacêutico receita Aralen. O garimpeiro acha que já é o suficiente para ficar bom e aí retorna ao garimpo. Vem a recaída, e quando ele volta para Itaituba já é "quase que morto".

Um órgão para prestar assistência aos garimpeiros do Tapajós é de extrema necessidade . Eles são vítimas em todos os aspectos. São mais de 50 mil homens desamparados, com seus familiares, sem receber nenhum tipo de assistência.

LEI DO CÃO!

Ariousto, o terror do garimpo

No final do ano de 1977, a colonizadora INDECO se dirigiu para a localidade de Alta Floresta, situada a 148 Km do Km 643 da Rodovia Santarém-Cuiabá. Essa firma de colonização de propriedade de Ariousto Riva foi para a Alta Floresta, a fim de fazer a colonização daquela agrovila. Acontece que anos depois de ter sido começada a colonização de Alta Floresta, garimpeiros baixando o rio Peixoto rumo aos rios Teles Pires e Paranaita, descobriram ouro nas margens dos dois rios. Esses homens, na sua maior parte maranhenses, conseguiram explorar uma grande quantidade de minério, mais desde o dia em que o proprietário da Colonizadora, Ariousto Riva, soube que havia garimpeiros explorando ouro nas proximidades das terras que lhe foram concedidas para colonizar, tratou de impedir a extração do minério, ele foi ao Estado de Mato Grosso do Norte e contratou vários homens para proibirem a entrada de garimpeiros e também a saída de garimpeiros com ouro. Desde

o dia em que os homens contratados por Ariousto para proibir a saida do ouro de Alta Floresta e Paranaita chegaram naquela região, começou a violência. Homens são amarrados em árvores permanecendo várias horas, de peito para o chão, são colocados despidos e espancados com pedaços de paus ou de cordas. São queimados com baganas de cigarro e as vezes até mortos com tiros. No mês de setembro, o garimpeiro Francisco Pereira Silva esteve em Santarém denunciando a série de arbitrariedades que os homens de Ariousto estavam praticando nas proximidades da balsa que faz a travessia do Rio Teles Pires. Os capangas do proprietário da Indeco ficam no lado de Itaúba, de onde a balsa sai para Alta Floresta, atravessando o Rio Teles Pires. A balsa é o único meio de transporte para sair de Paranaita e Alta Floresta. O garimpeiro Francisco Pereira Silva, falando à reportagem disse que quando estava no garimpo de Alta Floresta, viu com seus próprios olhos 14 soldados da PM de Mato Grosso e jagunços tocarem fogo em várias casas de garimpeiros. Prosseguindo disse que no mesmo dia que as casas foram queimadas, ele e mais outros garimpeiros vararam as matas rumo à estrada. Quando chegaram depararam com os 14 militares e jagunços, que os mandaram parar. Os militares mandaram eles tirarem a roupa e que ficassem deitados de peito para o solo. Tomaram todos os seus documentos e os jogaram no mato e também ficaram com o ouro. Somente de Francisco, os soldados tomaram 450 gramas de ouro. Depois de eles estarem nus, os soldados ordenaram que um montasse em cima do outro. Em seguida mandou todos deitarem no chão e os espancaram com cordas. Apanharam cerca de cinco minutos. O garimpeiro disse que os soldados ordenaram para eles fazerem uma fila e depois começaram atirar nos pés para que os garimpeiros saíssem correndo. Adiantou, ainda, que só faltaram ser mortos pelos soldados pois apanharam tanto que ficaram com o corpo todo marcado. Na sua visita a Santarém. quando veio denunciar a arbitrariedade na Polícia Federal, ao 8o. BEC, Polícia Militar e à imprensa, Francisco mostrou algumas marcas das lambadas de corda que recebeu pelo corpo.

Local marcado, onde fica a balsa da INDECO e os homens que espancam os garimpeiros que trazem ouro do Paranaita.

Dias depois da denúncia de Francisco Pereira Silva, esteve em Santarém o garimpeiro José Oliveira Aguiar, 34 anos de idade, maranhense, casado, residente no garimpo de Alta Floresta, para também formular denúncia contra arbitrariedades praticadas pelos soldados da PM do Mato Grosso e por jagunços. Disse o garimpeiro que os soldados já chegaram a tomar mais de 61 quilos de ouro. Também chegaram a ficar com uma boa quantidade de jóias e rasgaram todos os documentos dos garimpeiros, que já foram torturados por eles. Disse ainda que mais de 500 garimpeiros já foram espancados por esses soldados da PM do Mato Grosso e por pistoleiros e jagunços. Somente no mês de setembro, estiveram em Santarém mais de 50 garimpeiros que denunciaram a arbitrariedade que está sendo praticada nos garimpos de Alta Floresta e Paranaita.

Várias denúncias. cheram ao conhecimento de nossa reportagem e no início do mês estiveram de passagem pelo garimpo de Alta Floresta, onde do interior do ônibus da empresa Maringá, tivemos a oportunidade de ver dois garimpeiros amarrados e, uma árvore. O repórter tentou fotografar, mais havia vários homens nas proximidades e não foi possível. Já depois de o coletivo ter prosseguido a viagem, nosso enviado especial teve a oportunidade de entrevistar dois garimpeiros que já estiveram no garimpo de Alta Floresta e de Paranaita. O garimpeiro José Bentes Guimarães, que já trabalhou naquela região, disse que chegou a explorar bastante ouro no garimpo do Paranaita, mas não teve sorte, os militares e jagunços, que estão nas proximidades das balsas, lhe tomaram 600 gramas. Adiantou José Bentes, que além do ouro que tomaram dele, outros garimpeiros também ficaram sem o minério extraido com muito sacrifício. Os homens tomam um quilo, dois quilos, a quantia que eles encontraram em poder do garimpeiro.

José Bentes disse que nunca

A entrada para o Alta Floresta, distante da Santarém-Cuiabá 148km.

As casas cobertas de plástico

tinha visto tanta violência durante seus 18 anos de vida, pois durante os dias que passou no garimpo do Paranaita viu tanta tortura, inclusive ele chegou a ficar de "castigo" durante uma hora, deitado de peito no chão. Viu vários de seus colegas apanharem, tendo alguns depois escarrado sangue. "Eles não me bateram por que não quiseram", falou Bentes. José Bentes viu algumas vezes os militares e os jagunçoes amarrarem garimpeiros que tentaram passar com ouro na balsa. Esses, por sua vez ficaram horas amarrados. Outros garimpeiros eles mandaram tirar a roupa e ordenaram para deitar no chão de peito para o solo. Muitos desses homens que ficaram despidos no chão, receberam chicotadas de cordas pelo corpo e até "pau nas nádegas". Quando os garimpeiros são encontrados com mulheres, os militares e jagunços ordenam que a mulher tire a roupa na frente de todo o pessoal que se encontra nas proximidades e depois mandam outros garimpeiros apalparem as mulheres.

Várias denúncias já foram feitas ao governo do Mato Grosso e para outras autoridades do país e até o momento nenhuma providência foi tomada, pois mesmo com as inúmeras denúncias os jagunços continuam torturando os garimpeiros que tentam passar para o garimpo de Alta Floresta e Paranaita, assim como os que pretendem sair com ouro daqueles garimpos. O problema é sério pois, além de espancamento, os jagunços estão matando garimpeiros.

O OURO A VIDA:

A estrada que leva ao ouro é a mesma que traz a morte

Localizado à altura do quilômetro 684 da rodovia Cuiabá-Santarém, o garimpo do Peixoto deve este nome ao Rio Peixoto de Azevedo, que corre próximo. O garimpo do Peixoto surgiu no começo de 1978, quando milhares de maranhenses, alguns vindos diretamente de seu Estado, outros provenientes de garimpos do Tapajós e Amazonas, transferiram-se para a região. No ano passado, quando esse garimpo alcançou a fase ótima de produção de ouro, chegou a haver uma concentração de 38 mil homens, a grande maioria maranhenses. Com a decadência da produção foi reduzida a 25 mil garimpeiros, dos quais alguns poucos vivem ali com suas famílias. Existem cerca de 600 mulheres, na sua maior parte prostitutas.

VIOLÊNCIA E PROSTITUIÇÃO

O garimpo do Peixoto é considerado o mais violento da área, pois ali há uma média de 3 a 4 mortes por semana por motivos passionais, por alcoolismo e roubo de ouro. O álcool é o maior responsável pelo índice de violência, pois depois das 22:00 horas os garimpeiros procuram as boates para se embriagarem e depois sairem atirando para o alto e para o chão.

A vida levada pelos garimpeiros e suas famílias é uma vida de aventuras. Os homens vão para o "baixão", local de exploração do ouro, e lá permanecem durante meses, deixando as famílias entregues à própria sorte. Alguns nem retornam, sendo surpreendidos em emboscadas quando fazem o percurso da volta do "baixão" à "corrutela", denominação dada ao povoado onde moram os garimpeiros e seus familiares, trazendo o ouro.

CUSTO DE VIDA E SAÚDE

Outro problema do garimpo do Peixoto é o elevado custo de vida. Ali, uma banana custa Cr$3,00; uma lata de leite, Cr$220,00; um quilo de carne, Cr$220,00; arroz e feijão, Cr$60,00 o quilo ; farinha, Cr$40,00 o quilo; o café, Cr$180,00 o quilo; a cerveja custa Cr$120,00 a garrafa; e a cachaça, Cr$150,00 o litro. Também a energia elétrica existente é exageradamente cara: por lâmpada, pagam-se 200 cruzeiros semanais, e 500 cruzeiros por tomada. A água é retirada do Rio Peixoto, distante 2Km da "corrutela", e vendida a 22 cruzeiros a lara de 20 litros. A gasolina custa 50 cruzeiros por litro, o óleo 40, e o cigarro custa sempre o dobro do preço tabelado. No Peixoto, não existe amizade. A lei é "cada um por si, e Deus por todos", e as famílias não mantém relações entre si, devido à rotatividade de núcleos familiares na região. Diariamente chegam cerca de 200 pessoas no garimpo, entre homens e mulheres, saindo aproximadamente o mesmo número. Como é comum em todos os garimpos, a malária é a grande preocupação, ocorrendo com grande incidência. O tratamento é bastante difícil, uma vez que não existe assistência de qualquer natureza para o problema. Por incrível que possa parecer, não existe doença venérea no Peixoto. As mulheres que praticam a prostituição são profissionais, e quando estão acometidas de qualquer doença, procuram imediatamente fazer um tratamento eficaz, pois caso alguma transmita a doença ao garimpeiro, será morta por ele. A falta de policiamento é outro problema grave na área, junto com a entrada clandestina de armas, todas de calibre 38, numa base de 30 unidades por mês. A falta de policiamento é de certo modo responsável pelo elevado número de mortes, pois se houvesse uma fiscalização mais rigorosa para coibir o uso indiscriminado de armas, provavelmente seria reduzida a violência no Peixoto.

PRODUÇÃO E SAIDA DO OURO

O garimpeiro do Peixoto ocupa uma área de aproximadamente 1,5km2, e está

situado à margem direita da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá. Possui cerca de 400 casas, na sua maioria construídas com embaúba e cobertas com plásticos e folhas de bananeiras. Em matéria de infraestrutura, as condições são as piores possíveis. As ruas são verdadeiros depósitos de lixo, com invasão dos insetos mais variados e urubus. À margem da rodovia existem 18 barracas instaladas, que servem como vendas, onde se pode encontrar café, leite, ovos, mingaus, bolachas, frutas e verduras. Todas são de construção rudimentar, não possuindo paredes, sendo cobertas com plásticos. Ao lado destas barracas é que se concebtra a maior quantidade de lixo do garimpo. Apesar de estar situado no Estado do Mato Grosso, o ouro extraído do Peixoto é comercializado em Itaituba, para onde sai por meios rodoviários. A produção de ouro do garimpo do Peixoto baixou neste período. Até o mês de dezembro saia uma média de 60 quilos por dia, e nesta época a saida é de aproximadamente, 30 a 40 quilos diários. O ouro do Peixoto é considerado o mais caro da região, porque se acredita que seja mais puro. O ouro é transportado pelos garimpeiros escondido entre as roupas, dentro dos bolsos das calças, ou até mesmo na cueca.

GARIMPEIRO TEM QUE SER MACHO

José Bentes Guimarães, 18 anos, solteiro, trabalha no garimpo do Peixoto há dois anos. Natural do Maranhão, começou a garimpar em Itaituba, onde explorou ouro em diversos garimpos, até conseguir colocação no Peixoto. Para José Bentes, garimpagem é atividade de "macho", porque o ouro é de difícil exploração e exige muito do garimpeiro. Primeiro, diz José, é baixada uma prancheta, e através dela o garimpo desce até o cascalho, onde se encontra o ouro, cerca de um metro abaixo do nível do solo. O cascalho é retirado com utilização de uma cuia. Se for encontrado ouro, os garimpeiros exploram o local. Se não houver, vão fazer um furo em outro local. Assim é feito o teste da greta. Quando encontram ouro, a próxima etapa é a lavagem do mesmo, e só então é conhecida a produção. Segundo o garimpeiro, a pior época é a "invernada", para a exploração do minério, pois nesta época há constantes desabamentos dos barrancos onde é feita a exploração. A violência no garimpo desestimula o garimpeiro porque este enfrenta inúmeras dificuldades até conseguir ção do "baixão" para a "corrutela", e obrigado a andar cerca de 3 horas dentro da mata fechada, ocasião em que pode ser surpreendido por pistoleiros que ficam de tocaia aguardando sua passagem. "São uns criminosos", afirma José Bentes, "a gente tem que ter muito cuidado, porque eles tiram tudo o que o cara tem". Com relação ao custo dos gêneros alimentícios na "Corrutela, o garimpeiro acha barato. Diz que garimpeiro, que pega bastante ouro tem condições de comer carne todos os dias. O fato de os garimpeiros acharem o custo de vida razoável ou não, depende da produção diária dos mesmos. Atualmente José Bentes não está explorando ouro porque a época não é propícia, mas não pretende ficar parado. Diz que está com vontade de "movimentar com uma boate o garimpo do Peixoto".

Já Carlos Soares da Silva, 37 anos, mineiro, casado, é garimpeiro "velho", experiente. Explorou ouro na região do Tapajós durante 13 anos, trabalhou no Mato Grosso durante 4 anos, e está há 6 meses no garimpo Peixoto. O local em que retirou mais ouro foi o garimpo do Abacaxi, onde conseguiu, num espaço de 2 anos, 17 quilos. Do Peixoto, nestes 6 meses, já retirou pouco mais de 700 gramas. Ele acha que o "banditismo" no Peixoto "tá demais". Não se sabe se os pistoleiros vêm de Santarém, Cuiabá ou outro lugar, mas Carlos considera insupor[illegible] a situação como está, pelo clima de "suspense" e insegurança que ronda a região. O garimpeiro faz um apelo para que seja instalado um posto policial no Peixoto. Segundo ele, os garimpeiros têm condições e estão dispostos a custear este posto policial. Diz que a situação do garimpo está insustentável, pelos pistoleiros que assolam a região em busca de ouro, e pelas brigas internas, causadas por problemas passionais e álcool.

"O garimpeiro é um sofredor. Ele enfrenta os perigos da mata, e, portanto, necessita de uma assistência policial para poder conduzir o produto de seu trabalho em segurança, sem correr o risco de ser surpreendido por maus elementos, que o matam para levar o ouro", diz Carlos Silva, que nunca foi assaltado porque trabalha sempre com uma equipe de 20 a 30 homens, e quando sai de seu baraco para conduzir o ouro até a rodovia para apanhar o carro e vender o produto em Itaituba, é acompanhado por 10 ou 15 homens, o que dificulta a ação dos pistoleiros. Silva garante que os assaltantea não são garimpeiros, pois os garimpeiros não roubam, já que tem coragem de enfrentar a mata para procurar e extrair o ouro. Com o dinheiro que está arrecadando, Carlos Silva pretende entrar para um empreendimento seguro, e que seja rendoso, como gado, casas ou terrenos. Seu período de trabalho é de 9 meses durante o verão.

Por seu turno Pedro dos Santos Cardoso, 26 anos, solteiro era motorista de ônibus, e deixou a profissão para aventurar-se no garimpo do Peixoto. No início começou a trabalhar como empregado e depois de alguns meses adquiriu, com recursos próprios, duas voadeiras, faturando com elas entre 5 a 10 mil cruzeiros diários. Com mais algum tempo, Pedro adquiriu mais 13 embarcações, que fazem o percurso da "corrutela" ao "baixão", levando, em média, uma hora de viagem. Cobra mil cruzeiros por passageiro, recebendo em ouro, e poucas vezes em dinheiro. Apesar do sucesso financeiro, Pedro acha a região bastante perigosa, uma vez que o índice de violência é bastante alto, deixando os garimpeiros inseguros. Ele nunca assistiu ao "fuzilamento" de alguém, mas já teve oportunidade de deparar com o ato consumado. Pedro acha o preço dos gêneros alimentícios muito alto, mas para ele isto não se torna um problema, porque consegue compensar com o transporte de garimpeiros.

Um dos armazéns de bebidas

Ser assinante de OBSERVADOR AMAZÔNICO é uma questão de status...

CARTÃO-RESPOSTA
AUTORIZAÇÃO
ISR/76-243/78

CARTÃO – RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar este cartão

O selo será pago pela
GETAM–Grupo Editorial da Amazônia Ltda
Rua 28 de setembro, 82 - 1º andar

Belém-Pará
CEP-66.000

CARTÃO-RESPOSTA
AUTORIZAÇÃO
ISR/76-243/78

CARTÃO – RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar este cartão

O selo será pago pela
GETAM–Grupo Editorial da Amazônia Ltda
Rua 28 de setembro, 82 - 1º andar

Belém-Pará
CEP-66.000

CARTÃO-RESPOSTA
AUTORIZAÇÃO
ISR/76-243/78

CARTÃO – RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar este cartão

O selo será pago pela
GETAM–Grupo Editorial da Amazônia Ltda
Rua 28 de setembro, 82 - 1º andar

Belém-Pará
CEP-66.000

Chegou a hora de você assinar

OBSERVADOR AMAZÔNICO

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Depois de preencher este cupom, coloque-o no Correio sem selo nem envelope.

Queira enviar o OBSERVADOR AMAZÔNICO durante 24 números, Cr$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos cruzeiros) que pagarei daqui a 60 dias.

NOME. . . . .
ENDEREÇO. . . . .
CEP. . . . .
CPF. . . . . PROFISSÃO. . . . .
CIDADE. . . . .
ESTADO. . . . .

Assinatura

Chegou a hora de você assinar

OBSERVADOR AMAZÔNICO

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Depois de preencher este cupom, coloque-o no Correio sem selo nem envelope

Queira enviar o OBSERVADOR AMAZÔNICO durante 24 números, Cr$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos cruzeiros) que pagarei daqui a 60 dias.

NOME. . . . .
ENDEREÇO. . . . .
CEP. . . . .
CPF. . . . . PROFISSÃO. . . . .
CIDADE. . . . .
ESTADO. . . . .

Assinatura

OFEREÇA ESTE CUPOM A UM AMIGO

Chegou a hora de você assinar

OBSERVADOR AMAZÔNICO

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Depois de preencher este cupom, coloque-o no Correio sem selo nem envelope

Queira enviar o OBSERVADOR AMAZÔNICO durante 24 números, Cr$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos cruzeiros) que pagarei daqui a 60 dias.

NOME. . . . .
ENDEREÇO. . . . .
CEP. . . . .
CPF. . . . . PROFISSÃO. . . . .
CIDADE. . . . .
ESTADO. . . . .

Assinatura

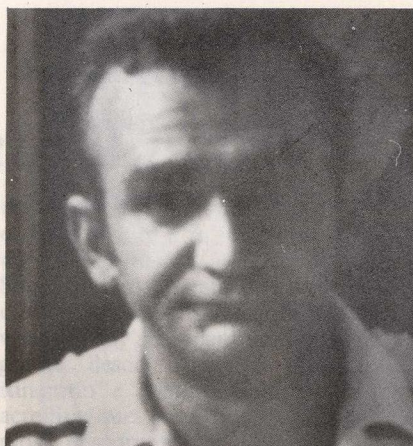
OFEREÇA ESTE CUPOM A UM AMIGO

Faça hoje sua assinatura

SANTA IZABEL

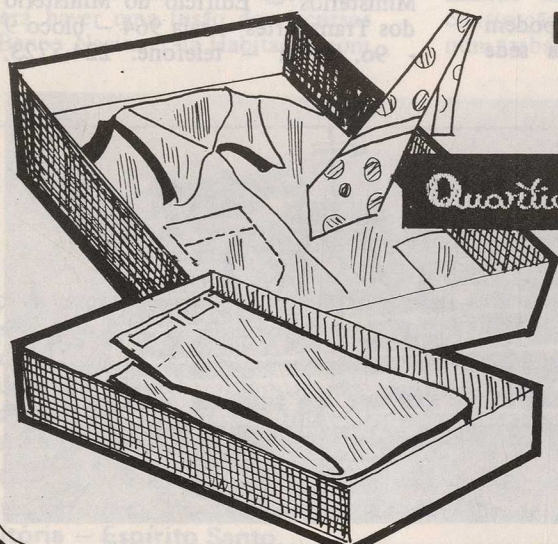
Êxito administrativo garantido pela equipe

Antônio Romão de Assis, Prefeito de Santa Izabel do Pará, falando ao Observador Amazônico, ressaltou que o êxito de sua administração se deev, em grande parte, à ativa assessoria, encabeçada pelo ex-prefeito Alderico Queiroz de Miranda, no setor de obras. Graças a isso, além da estruturação do Município, hoje a cidade tem a maioria de suas avenidas, ruas e travessas asfaltadas, com valeamentos, serviços de esgoto e margens limpas para que as valas não acumulem águas empossadas, para cujo serviço a Prefeitura teve o apoio do DER-Pa., através do Governo do Estado. O Prefeito Antônio Romão foi eleito pelo ex-MDB, mas nunca particularizou isso, em termos partidários, não tendo qualquer dificuldade, em sua gestão quanto à sua posição política.

Nos dois anos de administração, já executou obras importantes como: o término das obras de construção da Praça da Bandeira no centro da cidade, que foi iniciada pelo gestor anterior, construiu a Praça do Ponto de Táxi da Cidade, denominada "Camisinha", que é uma homenagem a uma das brilhantes figuras do passado, e que tanto fez pelo progresso de Santa Izabel. Na praça há um busto do homenageado que foi doado por seu neto Osvaldinho Oliveira Camisinha, proprietário da Churrascaria Camisinha. Nesta cidade, construimos a Quadra de Esportes Amador, ao lado da Igreja Matriz, denominada, "Orlando dos Santos Brito", desportista falecido e que muito incentivou o esporte de Santa Izabel. Ali, a juventude se reúne aos domingos, feriados e fins de tardes, para sua hora de lazer. Construimos o bairro de Santa Lúcia um poço artesiano de alta capacidade para o abastecimento provisório daquela comunidade, até que ali seja implantado o sistema de água potável. Construimos cinco escolas num total de 15 salas de aulas assim distribuidas: Vila de Caraparu, Triângulo, Vila de Americano, Vila de Cupuaçá e Bairro Divinéia, sendo três de alvenaria e as demais de madeira, disse o Prefeito.

Prefeito Antônio Romão de Assis

Outras obras de vulto foram iniciadas há pouco tempo e já se encontram em fase de conclusão: sede da Secretaria Municipal Estrada de Rodagens, localizada no bairro do Jurunas, toda em alvenaria, onde o setor funcionará, com garagem, oficinas, além de dependências para os funcionários classificados deste importante setor da administração. Já estão bem adiantados os trabalhos de construção da Praça da Comunidade em Americano, onde a administração tem substancial ajuda da comunidade local, que em forma de "mutirão" vem colaborando com a Prefeitura nos fins de semana e feriados. A praça é localizada no centro da Vila, e terá bancos, jardineiras, e um moderno sistema de iluminação. Acrescentou o Prefeito, que a obra vem merecendo uma especial atenção das indústrias e comércio localizados na área, que sedem homens para ajudar nos trabalhos. Está concluindo um trevo no centro da cidade com a finalidade de orientar o já movimentado trânsito. O trevo terá iluminação especial, bancos de mármore, jardineiras e setas indicando as avenidas e os destinos a que as mesmas levam os visitantes de Santa Izabel. Dentro do plano de obras da Prefeitura, consta a implantação do sistema de abastecimento de água potável para os bairros da periferia. Para isso, entendimentos da comuna através do Prefeito, vem sendo mantidos com o Sesi, e que em forma de convênio será implantado nos bairros, Divinéia, Triângulo, Santa Lúcia, Piçarreira, Americano e outros mais próximos da cidade.

VERBA

O Prefeito Antônio Romão disse que está lutando junto aos poderes competentes do Estado e de âmbito federal para conseguir verbas especiais para muitos outros trabalhos que Santa Izabel necesita realizar, para lhe dar as condições necessárias.

Um dos navios da ENASA

ENASA

Veículo de integração da Amazônia

A ENASA mantém com regularidade linhas de navios mistos (carga e passageiros) entre Belém/Manaus e Manaus/Tabatinga na fronteira do Brasil com a Colômbia, no Rio Solimões. Esta linha, em conexão com a linha Belém/Manaus. Na linha Belém/Manaus, a ENASA opera com navios que dispõem de acomodações para 98 passageiros em 1a. classe, 300 passageiros de classe regional e 500 ton. de carga geral. Os passageiros de 1a. classe são acomodados em camarotes de suas de três e de quatro camas, alguns dos camarotes de duas camas têm ar condicionado e banheiro privativo, os demais são arejados com sistema central de ventilação. Os passageiros de classe regional utilizam redes de uso pessoal. A viagem Belém/Manaus, é coberta em cinco (5) dias com escalas nas principais cidades do rio Amazonas, entre elas Santarém e Monte Alegre no Estado do Pará e Parintins no Estado do Amazonas. A viagem de retorno a Belém é feita em quatro dias fazendo as mesmas escalas. Esses navios dispõem também de salão de refeições, sala de leitura, bar, área de recreação e serviço de hotelaria dirigido por um especialista. As viagens são realizadas semanalmente, saindo de Belém às sextas-feiras às 22:00 horas e de Manaus aos sábados às 20:00 horas.

Na linha Manaus/Tabatinga é utilizado um navio típico da região, transportando trinta (30) passageiros de 1a. classe, em camarotes com as mesmas características dos navios da linha Belém/Manaus e cem (100) passageiros de classe regional, oferecendo também boas condições de conforto e segurança.

Entre Belém e Soure, na Ilha de Marajó, a ENASA opera com um navio com capacidade para mil e duzentos (1.200) passageiros acomodados em poltronas, em viagem do tipo hidroviário/inter-urbano, com frequência de duas viagens nos fins de semana (sextas-feiras e sábados).

A ENASA atende regularmente a grupos de turistas das várias regiões do país e do estrangeiro, principalmente dos EE.UU. e Europa. Normalmente, são efetivadas reservas de passagens de 1a. classe até com antecedência de noventa (90) dias, principalmente nos períodos de maior demanda, quando as disponibilidades são comprometidas com bastante antecedência.

As reservas de passagens podem ser efetuadas pessoalmente na sede da Empresa em Belém, em Manaus, nos escritórios do Rio de Janeiro e Brasília ou por correspondência postal ou telex.

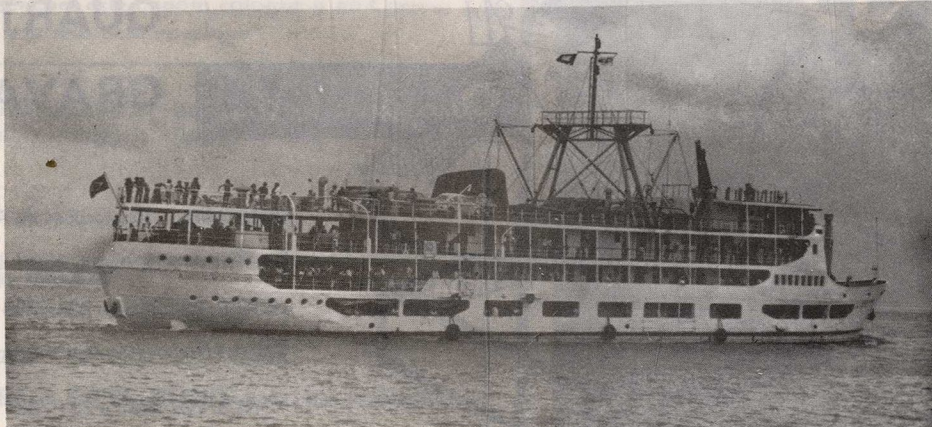
TRANSPORTE DE CARGA

Para transporte de carga a ENASA dispõe, além dos navios mistos, de um cargueiro com capacidade para 600 ton. de carga geral e numerosa e variada frota de alvarengas, chatas e balsas que transportam carga geral e granéis líquidos e sólidos. Regularmente são programadas viagens de comboios integrados impulsionados por posanates empurradores nas calhas principais do Amazonas e Solimões ou para qualquer outro ponto da bacia amazônica. A segurança, pontualidade e regularidade de frequência permitem que as cargas transportadas pela ENASA tenham datas certas de saída e chegada. Outro fator de confiabilidade do transporte de carga pela ENASA é a qualidade profissional das guarnições das suas embarcações. uma vez que a Empresa recruta suas tripulações com rigorosa seleção. oferecendo salários condizentes e fiel observância da legislação trabalhista e previdenciparia.

EM BELÉM: Av. Presidente Vargas no. 41, telefones: 223-3634 - 223-3572 - 223-3234; Rodovia Arthur Bernardes s/no. (Val-de-Cães) — telefones: 231-0587 - 231-0211 -231-0187 — Telex — (091) 1311 ENRS-BR.

EM MANAUS : Rua Marechal Deodoro no. 61 — Telefones: 232-7583 - 232-4280 -234-3478 — Telex (092) 2644 ENRS-BR.

NO RIO DE JANEIRO: Rua Uruguaiana no. 39 — sala 1402 — telefones: 224-7269 - 222-9149.

EM BRASÍLia: Esplanada dos Ministérios — Edifício do Ministério dos Transportes — sala 964 — bloco 9 - 9o. andar — telefone: 224-5723.

Uma das balsas da ENASA

Zoneamento ecologico da Amazonia Legal

Ao anunciar as metas do Ministério do Interior para 80, o Ministro Mário Andreazza patenteou que a prioridade continua sendo o Nordeste, onde espera desenvolver um programa de ações com resultados a curto e médio prazos, para a superação do hiato de crescimento econômico e social que separa a região das demais áreas do país. Perfuração de poços e construção de açudes públicos e privados serão as medidas postas em prática na tentativa de superação do problema maior que é a seca.

Para a adoção de uma política florestal na Amazônia foi efetuado um estudo que já se encontra em mãos do Presidente da República, cuja aplicação, disse o ministro, espera que seja resultante de um debate nacional sobre o tema. O Governo pretende realizar um zoneamento econômico/ecológico na Amazônia, desenvolvendo as pequenas e médias propriedades, principalmente nas áreas de várzeas.

No setor habitacional, segundo o ministro, estão incrementados este ano os programas para a construção de casas para os trabalhadores de baixa renda e o de erradicação de submoradias. Ele espera que seja criado, ainda este ano, o Fundo Nacional de Habitação, negando que existisse um veto do Conselho de Desenvolvimento Social, e confia, ainda, na liberação dos recursos para a aplicação do Plano Nacional da Casa Rural. Para baratear o custo da construção de moradias, possibilitando maiores realizações, o ministro disse que poderá haver uma fusão dos recursos do Banco Nacional da Habitação com os Departamento Nacional de Obras e Saneamento. A próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Social deverá apreciar o estudo sobre o controle de migrações internas, visando ao acompanhamento do migrante desde o ponto de partida, itinerário e destino final. Andreazza acredita que, para apoio aos municípios, descompressão urbana. fixação do homem à terra e fortalecimento dos municípios, a execução da política de desenvolvimento urbano em elaboração no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano seja satisfatória.

No que se refere ao saneamento básico e istemas de abastecimento de água, alguns ainda em execução dos dois mil municípios brasileiros, salientou o ministro que o Ministério pretende atender 80 por cento da população urbana durante o presente ano. Declarou, também, que 46 por cento dos municípios incluidos pelo Plano Nacional de Saneamento Básico se concentram no Norte e Nordeste e que 67 por cento deles possuem menos de cinco mil habitantes. Sobre as calamidades públicas, o ministro disse que os gastos do governo seriam reduzidos se fosse adotada uma ação preventiva nas regiões onde elas pudessem ocorrer. Na sua opinião, "hoje o que se faz é a assistência de emergência às populações atingidas e a recuperação das áreas".

Disse não acreditar na possibilidade de inundação no Vale do São Francisco, "onde a Codevasf vem realizando um trabalho de irrigação e construção de açudes e barragens, num trabalho de prevenção.

Seringais estão em extinção

O Território Federal de Rondônia, especialmente o município de Guajará-Mirim, extrai borracha em alta escala e grande parte de sua produção se dirige à Usina de beneficiamento Rond Rubber, localizada em Cuiabá. Nesta informação, você vai aprender qual é o processo que se usa para o beneficiamento da borracha: a usina recebe a matéria bruta que, primeiramente, é cortada, indo ao granulador, de onde sai para a estufa (secagem). Daí para a prensa, onde sai em fardos, já pronta para o processo de beneficiamento. Há várias marcas de borracha, como acrefina, virgem, roxa, rama e caucho. A perspectiva atual diante do quadro de extração do produto, indica que nos próximos 10 a 15 anos, o Brasil não mais disporá de borracha nativa, pelo fato de que os fazendeiros ao comprarem terras onde existirem, seringais nativos' não cuidam das áreas preferindo transformá-las em pastos, exterminando, em consequência, os seringais.

São Luiz exportará alumínio

A partir do mes de junho, serão iniciados, Em São Luiz, os trabalhos de terraplenagem para a implantação de um Projeto que visa à produção de alumínio e aluminaz no Estado maranhense. Sua execução foi possível desde quando a Alcominas, subsidiária do grupo norte-americano ALCOA, dirigiu ao Governo Federal os documentos oficiais. Já houve o contato inicial entre o vice presidente executivo internacional da ALCOA, Joseph Bates, e do presidente da Alcominas, Alain Belda, junto aos Ministros das Mnas e Energia, Cesar Cals, e da Indústria e Comércio, Camilo Penna. O Projeto prevê, na etapa inicial, uma produção de 100 mil toneladas de aluminio e 500 mil de alumina, com tempo previsto a partir de março de 1984. O investimento total será na ordem de ',3 milhões de dólares, correspondentes a 53 bilhões de cruzeiros. Nas etapas seguintes, a produção prevista é de 300 mil toneladas de alumínio e 2 milhões de toneladas de alumina. A idéia global do empreendimento é a exportação de pelo menos metade da produção. Todos os recursos do Projeto serão oriundos do exterior.

MARANHÃO

Plano revolucionário para resolver velhos problemas

O calcário, a bauxita fosfotosa, a gipsita, além do caulim, ouro e sal marinho, juntamente om o xisto betuminoso que pode fornecer grande variedade de derivados químicos, até mesmo a gasolina, compõem o painel dos recursos naturais que potencializam a economia do Estado do Maranhão, somados aos produtos vegetais, como o babaçu e outros propiciados pelas florestas e pelo solo fértil, tais como o feijão e o arroz (terceiro produtor no Brasil), a cana-de-açúcar e a mandioca cuja importância na produção do álcool está sendo levada em conta, tendo em vista a crise energética. Com relação a isso o Maranhão já tem uma usina produzindo e outra montada para funcionar brevemente. O setor de agropecuária constituido por fazendas de mais de quatro mil hectares completamente mecanizadas, operando em sistema moderno em grande parte delas, tem como produção Básica feijão, milho e a pecuária propriamente dita, destacando-se, pela sua produtividade, o sul do Estado, nos municípios de Imperatriz, Presidente Dutra, Codó, Peritoró, Bacabal e outros. Além disso, há as riquezas naturais provenientes da orla marítima maranhense, de rios e lagos que formam a rede fluvial do Estado, dando-lhe feição econômica de absoluta viabilidade estimulada pelo governo e pelas empresas privadas, os quais, em ação conjugada, desenvolvem intensa atividade, desempenhando importante papel na conjuntura brasileira atual em que se perseguem soluções dinâmicas para os problemas econômicos do país.

O babaçu na folha

BABAÇU

Opção para a energia faz parte do plano

Inúmeros fatores concorrem para tornar possível o avanço industrial e econômico da região. São fatores que se somam ao desenvolvimento e à promoção social de todo o povo maranhense e, por extensão, alcançando a região nordestina. Tais aspectos podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Extensa área territorial de 324.600 quilômetros quadrados que assegura ao Maranhão a posição de segundo Estado do Nordeste, superado apenas pela Bahia;

2. Uma excelente posição físico-geográfica, entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que lhe oferece uma especificidade espacial e favorece sua climatologia, não possuindo a elevada umidade amazônica, nem a tipicidade dos cerrados do Centro-Oeste ou a grande aridez do Nordeste;

3. Amplas bacias hidrográficas, com grandes rkos navegáveis na quase totalidade de sua extensão, com possibilidade de aproveitamento energético e alimentar;

4. Excelente disponibilidade de recursos minerais, ainda inexplorados;

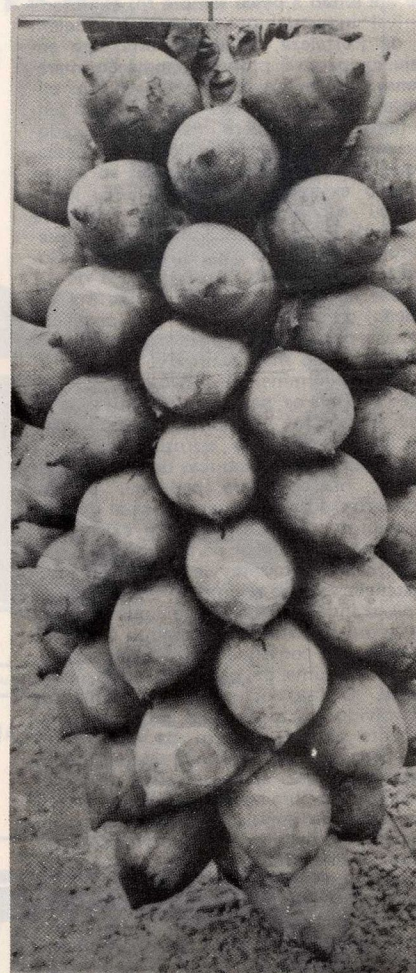
5. Diversificação, na natureza do solo, que propicia uma variada produção agrícola, além de uma melhor concebtração de regiões para a escolha de determinada faixa de atividade agrícola e pecuária;

6. Um sistema viário bem diversificado que, abrangendo rodovias, ferrovias, vias marítimas e fluvial, além de aerovias, possibilita a utilização multimodal, adquirindo grande papel na integração entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

7. Elevado contingente potencial de força de trabalho com uma população bastante jovem – apenas 15,5 por cento têm idade superior a 40 anos – de cujo total, em todo o Estado, somente 10 por cento vivem na capital. o que proporciona um equilíbrio entre as populações rural e urbana.

Entre as alternativas postas em prática para elevar o Maranhão, tornando-o mais produtivo e atraente, o governo estabeleceu uma série de medidas, como a produção de substitutos energéticos, com a utilização do babaçu, cana-de-açúcar, mandioca e o aproveitamento de casca de arroz, este ainda em fase de estudos. Outra medida será a produção agroindustrial, com prioridade para a agroindústria da madeira. Finalmente, a incrementação da produção mineral, mes-

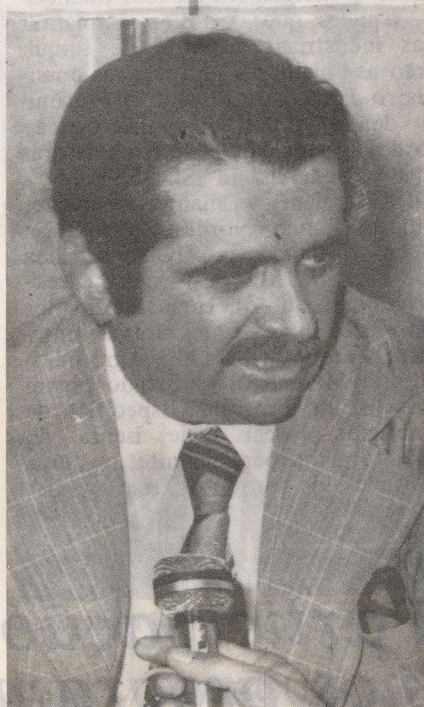
mo em sua fase de extrativismo e, prioritariamente, o incentivo ao turismo, estabelecendo-se um programa que atinja todo o ano. Algumas cidades maranhenses, de elevado potencial turístico, serão, preferencialmente, atingidas por esta infra-estrutura, destacando-se São Luiz, Alcântara, Viana e Caxias, consideradas como o centro turístico do Estado.

AMPLIAÇÃO DE DISTRITOS — O Estado se preocupa, atualmente, em tornar possível uma ampliação dos Distritos e para isso criou uma comissão com este fim específico denominada Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI-MA). Esta Companhia tem como função principal transformar o Estado em um exportador de excedentes agrícolas. insumos básicos, manufaturados, produtos semi-acabados e minerais. Dois Distritos já estão implantados o número um se sutua em São Luiz, próximo ao porto industrial-mineral de Itaqui, que se constituirá no centro de escoamento do minério de ferro da Serra dos Carajás, que em parte será industrializado ali resultando em um grande estímulo para pequenas, médias e grandes empresas industriais. O outro Distrito está localizado em Imperatriz e, segundo os cálculos de técnicos da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, os dois Distritos se transformarão em meios básicos para chegar a um modelo de desenvolvimento integrado e harmonioso. É pensamento do Governo João Castelo convencer empresários e industriais a implantar nas áreas dos Distritos suas Companhias, oferecendo os mecanismos existentes de incentivos fiscais e finanveiros, além de apoiado numa oferta elástica de elementos de infra-estrutura. Depois de consolidar essa política de Distritos Industriais, o Governo partirá para uma intensa interiorização visando a uma maior descentralização e ao real atendimento das vocações regionais. Outro recurso que favorecerá a implantação de indústrias nos Distritos,será o financiamento total oferecido pelo Governo, com terrenos a preços subsidiados, à vista, ou até mesmo em pagamento durante oito anos. A conclusão da ferrovia Carajás-Itaqui contribuirá em muito para o alcance desta meta, porque ali ficará instalado o terminal de embarque de minérios além de que ocorrerá a implantação da Usina Siderúrgica junto ao Porto de Itaqui, fatores que determinarão a atração de indústrias metalmecânicas. O complexo do Porto de Itaqui, o que ele tem e o que os industriais poderão usar, servirá de motivação para a implantação de indústrias nos Distritos. Itaqui dispõe de 717 metros lineares de cais, com a profundidade mínima de 18 metros de água, considerando a maré zero. Aparelhado com 8 guindastes e 4 sugadores, o Porto tem capacidade para receber, ao mesmo tempo, quatro navios de grande calado, e possui um aramazém de 7 mil metros quadrados e mais 16 mil metros quadrados de pátio pavimentado, além de uma extensa área de 495 ha. destinada para outros armazéns e pátios. Outros serviços são encontrados em Itaqui: suprimento de óleo, sistema de combate a incêndios, oficina de reparos navais, fundição, retífica e reparos de motores, comunicação e serviços básicos de água, esgoto e energia. No aspecto financeiro, aqueles que decidirem implantar suas indústrias no Porto de Itaqui, terão as melhores perspectivas possíveis: o Estado do Maranhão é o único dentre todos da macroregião Nordeste a receber benefícios de dois órgãos federais, a SUDENE e a SUDAM, além de manter operações com o Banco Nordeste do Brasil e com o Banco da Amazônia. Essa rede bancária atua de maneira intensiva na liberação de recursos destinados a inversões fixas e financeiras a empresas do Parque Industrial e Agroindustrial do Maranhão. O Estado possui também, um Programa Específico de Benefícios Fiscais que isenta do ICM, total ou parcialmente, as novas indústrias de produtos sem similar no Maranhão.

Babaçu, produção nativa

Participação da SUDEPE nos programas de pesca

A administração João Castelo está viabilizando a maior avaliação dos recursos do Maranhão, através da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, dirigida pelo técnico Darson Duarte. Sobretudo a pesca vem merecendo cuidados especiais, com planos específicos no setor, tendo a colaboração de dois órgãos descentralizados (a Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais — Copenat, e a Fundação Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente — Itema) organizadas no governo atual. Esses órgãos promovem pesquisas, prospecções, exploração e aproveitamento econômico de recursos naturais em todo o Estado, dando assistência técnica e administrativa à exploração particular de tais recursos, executando pesquisas que visem à preservação dos ecossistemas e ao aproveitamento das matérias-primas vegetais, animais e minerais do Estado. Recursos naturais, tecnologia e meio ambiente são as áreas que englobam os projetos existentes. Na área de recursos naturais, estão a atualização do mapa político-administrativo, atlas agro-meteorológico, mangue, babaçu, material de construção, calcáreo, piscicultura, silvicultura, aquicultura estuariana e de interior, estudo de estoque de sururu nas reentrâncias do litoral maranhense, fertilizantes, fosfatos, água mineral, inventário florestal na região de Buriticupu e, finalmente, o projeto de essências florestais, destacando-se o piqui e o bacuri. Na área de tecnologia, reúnem-se os projetos que fazem o apoio tecnologico do Maranhão, como: o projeto do pescado, aproveitamento integral do babaçu e da madeira, utilização dos frutos regionais, da bauxita fosforosa, das fontes hidrominerais e do jaborandi. Além de todos esses projetos, se efetiva, ainda, o cadastramento das indústrias e das possíveis fontes de poluição. Na área do meio ambiente, estão sendo realizados projetos de educação ambiental, implantação dos Conselhos Municipais, qualidade de potabilidade e balneabilidade das praias e rios, pesca, Parque Botânico de São Luiz, condições ambientais do Estado, poluição do solo, de ar, da água, e a completa caracterização da bacia hidrográfica do Maranhão.

Um dos pontos básicos que a administraçao João Castelo vai atacar diz respeito ao aproveitamento da pesca do Maranhão pela indústria maranhense. Acontece que até então a pesca sempre foi explorada a nível industrial por empresas de Belém ou de Fortaleza, refletindo este fato em prejuizo para a própria população maranhense, que se via privada de recursos alimentar e econômico do Estado. Estão sendo feitos esforços para integrar os pescadores dentro do projeto global de pesca, o que se tornou possível graças ao estreitamento existente com a SUDEPE, junto ao seu superintendente, José Ubirajara Coelho de Souza Timm. Para a pesca artesanal foi criado o projeto BID-SUDEPE-Governo do Maranhão, com recursos de 17 milhões de dólares, visando a uma modernização da pesca realizada por pequenas firmas e por pescadores autônomos, atuando-se de modo mais expressivo na construção de um terminal pesqueiro em São Luiz e de 24 centros pesqueiros em todo o litoral. Para que este plano seja possível, será implantada uma estrutura de apoio do pescador, como fábricas de gelo, congeladores, oficinas para pequenos barcos, transportes e uma pequena Central de Tratamento do Pescado. Também existe, em cada centro, um local para a educação dos filhos dos pescadores e uma completa assistência médico-odontológica. O projeto de pesca industrial vai impedir que pesqueiros de outros Estados absorvam o camarão, evitando, em consequência, a alta depredação do cardume de peixe, na costa maranhense. O fato do peixe ser capturado e devolvido morto ás águas, será irremediavelmente abolido, dentro da nova estrutura pesqueira do Governo João Castelo, acabando de vez, com a escassez de peixe, causadora de um grave problema social, pois tirava da população a base essencial de sua dieta. Para agravar ainda mais o problema, apenas a cauda do camarão é aproveitada, fato que provoca grande perda de proteínas aumentando a carência de produtos proteicos. A implantação de indústrias pesqueiras no Maranhão implicará numa melhor alimentação para a população e numa considerável baixa no preço dos transportes, dando condições plenas do aproveitamento do pescado. Nisso reside a grande importância do Polo Pesqueiro do Maranhão, com o apoio da SUDEPE que forneceu licença de instalação, incentivos fiscais e financiamentos para as empresas. A viabilidade do Projeto está garantida com o pronto atendimento de várias empresas, como a Seanbra e a Pesca Alto Mar, além de outras do mesmo porte.

O Estado do Maranhão será um dos sete contemplados pela SUDEPE que instalará, dentro do Programa Nacional de incentivo á Piscicultura, estações que produzirão, anualmente, 3 milhões de alevinos para povoamento de açudes particulares, além da abertura de uma linha especial de crédito para viveiros e açudes, desde a construção, aquisição do peixe e assistência técnicapermanente, com laboratórios e pessoal especializado para acompanhar todas as fases de desenvolvimento da piscicultura. Outro projeto se destinará especificamente ao aproveitamento do sururu das costas maranhenses, cujo potencial (do sururu) é calculado entre 33 a 35 mil toneladas, o maior do Nordeste ocorrendo duas vezes ao ano. Para a pesca artesanal, foi aberta uma linha especial de crédito no Banco do Brasil, visando a dinamizá-la, pois é patente que o Maranhão tem excelentes condições pata a pesca do pescado fino, principalmente o pargo. Já está organizada uma Cooperativa de Exportação do Pargo, acrescentando uma receita a mais no comércio externo do Brasil. Outro Projeto que existe é o da pesca do Tubarão que, baseado em uma pesquisa da SUDEPE, existe em grande índice no Estado, sendo mesmo a região onde se verifica o maior grau de captura em todo o Nordeste. O Governo do Maranhão vai exercer uma intensa fiscalização sobre a captura do tubarão tanto que mandou instalar 5 bases, respectivamente em Tutóia, Curupuru, Pinheiro, Santa Inês e São Luiz. O navio-pesquisa Rio Obaldo foi deslocado para São Luiz a fim de comandar esta fiscalização. Outro plano de apoio à pesca é patrocinado pelo Polonordeste, o PDRI, no Lago Azul. Toda a tecnologia, principalmente a do pescado, do camarão e do sururu, vem sendo pesquisada num programa integrado com a Universidade Federal do Maranhão, sobretudo em seus aspectos bioecológicos. de produção racionalizada, localização de projetos e sua integração, escolas de pesca e demais planos educacionais relacionados com a pesca, além do setor saúde.

O Governador João Castelo

O TURISMO — Considerada a grandeza de seus recursos naturais, o potencial turístico do Maranhão se destaca nas cidades de São Luiz e Alcântara, mas igualmente acentuado em São José do Ribamar, Caxias e Viana. As duas primeiras, porém, possuem uma grandeza arquitetônica e histórica, no que se equivale à cidade de Caxias que, além do patrimônio histórico, possui águas minerais e medicinais, estas com grande perspectivas de aproveitamento industrial. Partindo-se do princípio de que a EMBRATUR considerou São Luiz como um dos portões de turismo nacional, o setor tende a ganhar amplo desenvolvimento no Governo João Castelo. Uma das metas prioritárias é a Praia Grande que será toda sua feição restaurada, de acordo com planos elaborados pelo Governo e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As metas prioritárias do governo maranhense

Sem esquecer a cana-de-açúcar e o álcool que possuem duas usinas de destilação do etanol, além da mandioca, de que o Estado e o segundo produtor nacional, o Governo do Maranhão parte para o aproveitamento de um recurso natural de sua flora — o babaçu, produzido em torno de 10 milhões de toneladas por ano, proporcional a 70 por cento das reservas nacionais. Todavia, apenas 4 milhões desta produção são explorados comercialmente, constranstando com a ampla faixa de utilização do babaçu: os talos e as folhas servem para cobertura de casas e para revestimento; os tecidos e fibras são aproveitados na confecção de material doméstico e o palmito que, entre outros usos, é empregado na alimentação. O grande valor do babaçu, todavia, está no côco, que é dividido em quatro partes: amêndoa, epicarpo, mesocarpo e endocarpo, onde, substancialmente, se encontra uma grabde alternativa energética. Até então, apenas a amêndoa ora comercializada, principalmente na fabricação do óleo vegetal, com indústrias de baixo índice tecnológico, verificando-se, então, altas perdas de albuminóides, gorduras, glicídios, ácidos fosfpricos e sais minerais, além de seus resíduo industrial que pode ser transformado em adubo ou farelo para rações. Do epicarpo, podem ser obtidos carvão fino, combustível primário, álcool, ácido acético e lingnina. Do mesocarpo, são retirados glicose, dextrose, álcool e amido grégelatinado. No endocarpo, são encontrados carvão vegetal de elevado poder calorífico, álcool etílico, alcatrão e ácido acético. Com a atual crise de combustível, o babaçu, então, assume uma crescente importância, como fonte alternativa. Todas estas características do babaçu acabaram tranformando-o em Projeto e em ação prioritária do Governo João Castelo.

Prefeito de Vizeu não trabalha porque Adriano não deixa

O Prefeito Carlos Cardoso dos Santos, de Vizeu, Pará, que iniciou uma administração razoável, procurando executar vários emp ndimentos naquele Município da zona bragantina, tem- queixado de não poder prosseguir seu trabalho devido à ação política do ex-prefeito Adriano Gonçalves de quem recebeu apoio para sua eleição. Ocorre que as compensações pelo lançamento de seu nome para a Prefeitura têm sido insuportáveis, pois Adriano Gonçalves não abdica da sua condição de "eminência parda", usando o tráfico de influência sobre o espírito do Prefeito, homem modesto e de poucas luzes, que de comerciante própspero no Município está sendo reduzido a uma situação particular penosa.

Por conta dessa lealdade, o sr. Carlos Cardoso sente-se preso às injunções dos interesses pessoais e políticos do sr. Adriano Gonçalves, ao ponto de nada fazer sem que este lhe dê permissão, impedindo até que o atual Prefeito construa obras julgadas importantes para a comunidade, a fim de que sua administração não sobressaia, apagando a anterior que pouco fez.

Acresce que o sr. Adriano Gonçalves tem uma procuração da Prefeitura para diversas transações e, especialmete, para receber as verbas do ICM que manipula como quer, ficando o Prefeito apenas com os encargos e os recibos de despesas fictícias.

A "briga" dos caciques e o futuro do Pará

Essa velha encrenca entre o Senador Jarbas Passarinho e o Governador Alacid Nunes já está passando dos limites, segundo a opinião de todas as pessoas, menos daquelas que tiram proveito direto ou indireto disso. Como dois rebentos do mesmo ventre, eles despontaram no cenário político paraense gerados pelo mesmo ato. Um o senador, com formação de estado maior de que era chefe na 8a. RM, na época, e há muito namorador de uma função pública. eletiva na área civil, o que algumas vezes tentou com insinuações por intermédio dos partidos coligados, aplicou toda sua inteligência na conquista e manutenção do Poder, tal qual, com alguns retoques de adaptação contemporânea, assimilara "O Príncipe". Eleito a toque de caixa, em meio ao alvoroço e desequilíbrio que o impacto de 64 causara nas lideranças do Estado, nem a vitória absorveu as frustrações de alguns anos à espera de tal oportunidade, mesmo convivendo antes com suas vítimas de agora. E, nos seus ataques verbais chegou até à imprudência lingüística e mímica, quando em um palanque em frente a Palácio, dirigiu-se ao ex-governador Aurélio do Carmo. Antes já se destemperara contra o também ex-governador Dionísio Bentes e contra o ex-deputado Américo Silva. Cada arremetida em que o insulto vulgar estalava no ar um rebenque, era divulgado em manchetes nos jornais da época. Assim foi quando, passando por uma velha granja abandonada e em destroços do sr. Américo Silva, no Guamá, ali parou sua comitiva e, dirigindo-se ao pobre e humilde caseiro que lá se encontrava ao "Deus dará", debulhou um rosário de orações pouco vulgares para um Governador contra o proprietário que, já cassado e rendido, não se encontrava presente ao desabafo grosseiro diante do empregado bisonho e indefeso. Menos de dois anos depois, ainda não extintos os velhos partidos, querendo tratar da candidatura de seu substituto no Governo do Estado, do então major Alacid Nunes, que também saira de uma função menos importante do QG da 8a. RM para a Prefeitura de Belém e nesta exercia o mandato como feitor, o sr. Jarbas Passarinho, para contornar a inviabilidade de o PTB prestar seu apoio à candidatura Alacid devido à resistência do bloco petebista liderado pelo sr. Cavaleiro de Macedo e Luiz Otávio de Carvalho, promoveu um encontro com o sr. Américo silva, na residência do então deputado (falecido) Saraiva Macedo, do PTB de Santarém, a que compareceu acompanhado do seu Chefe do Gabinete Militar, capitão, àquela altura, Bahia. O encontro foi marcado pela cordialidade e pelos toques ritmados da chuva persistente que caía naquele fim de tarde. O Governador chegou até à casa do deputado Macedo, de guarda chuva, heroicamente sustentado pelo capitão Bahia, equilibrando-se na ponte que se estendia sobre a vala em frente à residência. Ali, depois de algumas considerações e desculpas, ficou acertado que o PTB daria seu apoio à candidatura de Alacid, que teria como vice esse milgare vivo do macrobianismo Renato Franco, ressurgindo das cinzas de suas tradições traidoras desde o tempo em que, dizendo-se getulista, toda vez que o "velho" estava por baixo, mandava descer a placa do partido. O pormenor é que Renato e compadre de Américo padrinho do único filho deste, por quem fez coisa alguma nem pelo compadre, que sempre o beneficiou com as posições mais destacadas e de quem procurava sempre livrar-se quando o julgava incômodo. Por contrapartida, Américo sempre o usou como instrumento para suas manobras contra as forças que sempre o combateram dentro do PTB. Daí em diante, a carreira de Renato, que nunca tinha tido sucesso nas urnas, foi muito fácil, com esse empurrão de Américo, que impôs seu nome, tirando-o de onde jazia no esquecimento. Foi senador em seguida e, agora, dele se lembram talvez por artes do Américo, para conciliador na "briga" dentro do PDS.

Em meio a toda essa trama, os laços entre Jarbas e Alacid se foram afrouxando, à medida em que cada um respingava no outro os resíduos de suas próprias ambições pessoais. E começou então esse "puxa-encolhe" que nunca se define. Para o grande público isso já cheira mal, uma vez que, de vez em quando, para salvar as aparências, engendra-se uma reconciliação e cada um esconde do outro as garras afiadas para nova espreita. Escolhido Alacid, para novamente governar o Pará, o que causou sérios ressentimentos em Jarbas, foi preciso a mediação da cúpula do Planalto para acomodar as coisas, e Jarbas, desde então, vislumbrou uma das imagens mais constantes do seu sonho de deslumbramento: ser governador eleito. Proclamou, não faz muito tempo, isso aos quatro ventos e mais ultimamente, de modo incisivo e definitivo.

Logo Alacid, que aparentemente demonstrou apoiar a candidatura de Jarbas, mais contido verbalmente, procurou conduzir, com a extinção dos dois e a formulação dos muitos novos partidos, o processo partidário, atraindo lideranças estranhas à sua área de comando à custa de compensações. nem sempre tão visíveis Atraiu, assim o sr. Elias Pinto, que procla-

ma, por todo canto estar sendo prestigiado pelo Governador e tem até levado pleitos de cidades, como emissário do Governo, para sua área. Por outro lado, Américo Silva, que aqui esteve há pouco tratando de somar diretórios para a constituição das comissões provisórias do PTB também está sob a proteção de Alacid. Enquanto isso, Jáder Barbalho tem o estímulo de Alacid, para desarrumar os arraiais santarenos, fazendo com que a oposição, onde o governo não tem mesmo chance, destrua as bases em que a candidatura Jarbas procuraria se fixar. Esse trabalho silencioso e ao esfrute das vantagens que o poder dispensa tem a finalidade de desarticular as bases de inspiração para um amplo apoio político-eleitoral com que Jarbas pudesse sonhar ser candidato e eleito. Minando-lhe as bases e conhecendo o temperamento do senador, o Governador Alacid visa a fustigá-lo sem declaração de guerra, aberta, a fim de que ele se enfese e não queira disputar, dizendo-se traido. Arrisca-se, assim, o Governador ao ódio mortal do Senador que se desassossega com essas jogadas insidiosas. Mas Alacid não se pode arriscar ao que lhe poderia ser mais prejudicial do que a raiva de Jarbas, estando longe do Pará: é ele ficar no Governo onde trataria de destruir o prestígio dos alacidistas e seu grupo.

Enquanto isso, essa disputa vai destruindo as resistências do povo que já percebeu que ela nada tem a ver com seus interesses, isto é, com os interesses coletivos. É, nada mais nada menos, uma briga de comadres, lutando por meio palmo de espaço vizinho entre suas moradias, instigada pelos xerimbabos que tanto se servem para estimular a briga como para disfarçar as manobras de reconciliação tirando proveito pessoal disso.

Figueiredo vê de cima as águas do Tocantins

Com a visita do Presidente da República, João Baptista de Figueiredo a Marabá, foram assinados diversos contratos visando a solucionar definitivamente os problemas causados pelas cheias do rio Tocantins, que neste ano desabrigaram 12.080 famílias num total de 72.480 pessoas, em 12 municípios: Santana do Araguaia (680), Conceição do Araguaia (100), São João do Araguaia (600), Marabá (4.600), Itupiranga (400), Jacundá (500), Tucuruí (1.600), Baião (1.000), Mocajuba (800), Cametá (500), Altamira (300), Santa Cruz do Arari (1.000).

Fazendo uma exposição de todas as providências tomadas pelo governo do Estado em relação ao problema, o governador Alacid Nunes afirmou que a Comissão Estadual de Defesa Civil, em dezembro de 79, preparou um plano de ação, envolvendo a construção de abrigos, meios de transporte e comunicação, saúde e estocagemde medicamentos, mobilização de recursos humanos, assessoria técnica, recursos financeiros e campanhas de ajuda. Como resultado, foram adquiridos pela Sudame distribuídos com a participação do Governo do Estado, 10.350 farnéis contendo mantimentos para as localidades atingidas.

O atendimento relativo à saúde, informou o Governador, é executado pela SESPA, Fundação SESP e Sucam, tendo sido distribuídos, 39.400 frascos de hipoclorito, que corresponde à 39.400.000 litros de água potável, além de outros diversos tipos de medicamentos. Para orientação das Prefeituras atuaram 50 técnicos designados pelo Estado. Para atender às despesas das Prefeituras municipais. foram efetuados convênios com recursos orçamentários do Governo do Estado no valor de Cr$ 2.310.000,00. Foram dispendidos por parte da Comissão de Defesa Civil, para ajuda de custo aos técnicos, passagens, aquisição de medicamentos, lonas, etc., o montante de Cr$ 2.447.542,00.

Disse, ainda, que decretou Situação de Emergência nos municípios atingidos, a Secretaria da Fazenda prorrogou o prazo de recolhimento do ICM, o Banco do Estado do Pará dilatou os prazos e deu condições especiais para os comerciantes, e que a primeira dama do Estado conseguiu arrecadar 51 toneladas de donativos, entre agasalhos, sapatos, redes, leite, sabão e utensílios domésticos

Desde 1979, ele afirmou, que o Governo do Estado, querendo resolver definitivamente o problema, vem desenvolvendo várias ações. Em Tucuruí foi implantada a área de expansão e transferência imediata de 1.200 famílias; em Jacundá foi implantada uma nova sede, na PA-150, pois, além da enchente anual, haverá a inundação em consequência da hidrelétrica de Tucuruí; em Santanad do Araguaia, a transferência da população para a área de expansão da cidade e a criação de um novo núcleo urbano para a Vila de Barreira do Campo. Marabá já tema área de expansão, coordenada pela Sudam e Governo do Estado.

Na presença do Presidente da República, em Marabá, no auditório do Incra, foram assinados vários contratos, convênios e portarias, entre órgãos federais, o Governo Estadual, a Prefeitura local e empresas particulares. Entre o BASA, na oportunidade reresentado pelo seu presidente, Oziel Carneiro, e a firma ENGEPLAN, Engenharia e Planejamento Ltda., foram assinados contratos para a construção de sua nova sede e de residências de seus funcionários, sendo assinada, ainda a Resolução no. 80, abrindo

uma linha de crédito especial no valor de 50 milhões de cruzeiros, possibilotando, com essa medida, a transferência das empresas comerciais e de prestação de serviços para a Nova Marabá.
Pela Sudam, através do seu Superintendente, Elias Seffer, foi assinada a Portaria 8.860, autorizando a imediata liberação e regularização de áreas de terras, em Marabá, para entidades federais, estaduais e municipais, além da liberação de 691 lotes residenciais, 200 comerciais e recursos de 173 milhões e 100 mil cruzeiros destinados ao desenvolvimento urbano do município, para os serviços de energia elétrica, abastecimento d'água, esgotos sanitários, drenagem e sistema viário da área de extensão de Marabá
O BNH, representado pelo seu presidente, José Lopes de Oliveira, assinou contrato no valor de Cr$54.738,00 com a CONSPARA, Construtora Paraense Ltda., para aquisição e instalação de 500 casas populares, de madeira, na Nova Marabá. Assinou, também, dois contratos no valor de Cr$ 141.247. 278,00 com a empresa Madezzati S/A, Indústria, Comércio e Agropecuária, para a construção de 1.400 casas populares; mil na Nova Marabá, 200 em Tucuruí e 200 em Estreito, no Maranhão, além de outro contrato assinado, desta feita com a Prefeituravde Marabá, destinado às obras de infra-estrutura no município.
Por sua vez, a Caixa Econômica Federal, pelo seu presidente Gil Macielra, assinou convênio no valor de Cr$130 milhões e 800 mil cruzeiros para a construção de sete escolas em Marabá e Tucuruí, assim como um contrato de Cr$50 milhões de cruzeiros, com o Ministro da Saúde. Waldir Arcoverde, para a construção de uma Unidade Sanitária, e, com a Prefeotuta, para a construção de 450 casas. Dessa série de contratos, o último foi afirmado entre o diretor da Fundação dos Terminais Rodoviários do Pará, Ludgero Nazareth e a PRECON, Construção Engenharia e Projetos Ltda., através do engenheiro Stoessel Sadalla, para a construção do Terminal Rodoviário de Marabá.
O Presidente da República, que durante as visitas aos locais afetados pelas cheias se manteve calado, sem nenhum discurso para a grande massa ansiosa por ouví-lo, informou que estava aprovada a concessão de recursos no valor de aproximadamente 3,2 milhões de cruzeiros para a conclusão do primeiro bloco do Centro Administrativo de Marabá e para dar apoio à equipe técnica da Prefeitura local na elaboração de um perfil da real situação dos três núcelos urbanos: Velha Marabá, Nova Marabá e Cidade Nova.

O futebol em nova era

O dirigente no futebol, muitas vezes jocosamente chamado de cartola, se situa no nível de "um mal desnecessário". Um mal que, vez por outra, proporciona um bem, e que é, realmente, necessário. Sem o Cartola, nada de time, o futebol se viria numa situação insustentável, decadente até. As funções de dirigentes de futebol são as mais distintas e há aquele cartola que consegue, ao mesmo tempo, acumular uma série de tarefas, tornando-se, no final, mais nocivo ainda. Quando ele é apenas diretor de futebol ou primeiro vice-presidente, que são títulos comuns e usados para denominá-los, tudo bem, ou menos mal. A eles, tendo missão específica, cabe um determinado tipo de providências e, em última análise, os erros que fluem são em menor escala. Mas quando um só dirigente acumula funções, traz a si todos os encargos, claro que o resultado estará bastante comprometido. O presidente de Clube, muitas vezes, é, além do mandatário máximo, o que menos manda: os jogadores se habituam com o tipo de liderança, que passam a explorar sobretudo aquela de menor poder, dando mais valor ao simples diretor de campo que ao presidente (a mesma pessoa). Isto traz um prejuízo incalculável para o futebol em si, porque desvirtua as finalidades e acaba embargando todos os objetivos. O futebol, de hoje, necessita de uma estruturação completa, de uma administração técnica e de um planejamento uniforme, que ataque desde a raiz aos mais elevados postos e aos mais delicados aspectos. Foi-se o tempo em que na hora da a partida, faziam esquecer todo o rosário de problemas que uma péssima administração acarretava. Desde quando o Brasil conquistou o bicampeonato mundial e, em seguida, perdeu a hegemonia vergonhosamente na Inglaterra, não conseguindo sequer uma vitória (éramos bicampeões do mundo), que os defeitos emergiram e se fez imperiosa uma reformulação. Reformulação que custou a chegar.
Só hoje, com a reforma implantada dentro do próprio CND, órgão máximo dos esportes brasileiros e, em consequência, com a mudança de mentalidade ocorrida no futebol brasileiro, que as águas passaram a rolar por outros rios. A extinção da CBD, gloriosa em conquistas mas falida em organização, com a assunção da CBF, que especializou o futebol, contribuiram para que o futebol brasileiro saisse de um estado falimentar em busca de novos horizontes e de novos triunfos. Hoje, o que se vê, são dirigentes com os pés no chão, revelando-se capazes de uma orientação digna e profícua. Mesmo que os resultados hoje depreendidos com a transformação não sejam ainda os melhores, as perspectivas se constituem em alvissareiras, pois os defeitos constatados hoje, herança ainda do que foi feito durante décadas, certamente não se repetirão. E a partir daí, caberá aos novos dirigentes, do CND e da CBF, não incorrer nos mesmos erros e imprimir uma dinâmica agressiva, de iniciativas, arrojadas e definitiva. Só assim, os dirigentes do futebol brasileiro serão capazes de devolver aos nossos país a soberania mundial, e até mesmo a sulamericana, recentemente perdida para o Olimpia, do Paraguai.
A mentadidade. hoje, é outra, os propósitos também, restando, porém que a boa vontade das ações não seja ofuscada coma presença da conquista (SÉRGIO NORONHA).

Carter: Jogada perdida

O boicote boicotado

Os Jogos Olimpicos de Moscou, previstos para o mês de julho próximo, sofrem oa abalo das controvésias e das divergências políticas. A simples presença soviética, através de suas tropas, no Afeganistão, serviu de justificativa para que os norte-americanos apoiassem sua decisão de não ir a Moscou. E o presidente Jimmy Carter, aproveitando a campanha eleitoral de seu país, escudou-se num evento tão nobre, de princípios tão dignos para colocar em jogo seu prestígio, ofuscando, provavelmente, defeitos e erros de sua administração, sobretudo na política de exterior. Mas o fato é que, posto em jogo seu prestígio, o panorama atual indica que o presidente americano terá que lutar muito, usar de novas táticas, para consumar sua intenção, de ver fracassados os Jogos de Moscou. Se de início, ao lançar a campanha do boicote, a adesão foi assustadora e, aos poucos, crescente, hoje, o panorama se inverte, pois muitos países, até mesmo do bloco europeu, hesitam em formalizar suas adesões. Já houve, até mesmo, uma contra-ofensiva ao boicote, que resultou num abalo à proposta americana e no surgimento de outras fórmulas, que não o boicote, pura e simplesmente político. Hoje, a maioria das manifestações se lança a favor da participação nos Jogos de Verão, pois até mesmo os soviéticos compareceram aos Jogos de Inverno, patrocinados há pouco pelos Estados Unidos, em Lake Placid, dando uma vigorosa demonstração de nada temer. E não temem (os russos). verdadeiramente. Seus organizadores aceleram os preparativos e, inclusive, mandaram construir na chamada Vila Olimpica, três templos religiosos, que são uma Igreja Católica, uma Mesquita e uma Sinagoga. Indiferentes às poucas adesões, os soviéticos a tudo acompanham na tranquilidade soberana de que os Jogos se realizarão com toda a pompa que lhes é tradicional.

Uma coisa, porém, os homens do Krelim não conseguem esconder: o receio de que os turistas descubram determinados segredos e, para isso, o serviço de vigilância está a postos, e foram contratados famosos espiões, muitos já aposentados, mas cujos conhecimentos e tarimba, darão aos soviéticos a certeza de uma inviolabilidade. O Brasil recebeu, como todas as nações inscritas aos Jogos, o pedido americano de apoio ao boicote, mas, indiferente, respondeu laconicamente que esporte não se mistura à política, e que o Governo respeitaria os ideiais olímpicos. Se a adesão brasileira ao boicote significaria para os norte-americanos apenas em termos quantitativos, a negativa frustou-lhe, pois nem mesmo uma dependência comercial foi capaz de mudar o conceito brasileiro sobre as Olimpíadas.

Hoje, duas coisas são certas: os americanos não irão a Moscou, aconteça o que acontecer (disse Carter) e, a segunda, os soviéticos realizarão os Jogos, com uma organização bem superior à demonstrada pelos Estados Unidos e, Lake Placid. Em julho de 80, o mundo convergirá suas atenções para Moscou e as medalhas de ouro serão cobiçadas de tal forma a se ignorar completamente a ausência americana. (SÉRGIO NORONHA).

Pela Amazônia

ARIQUEMES — O Coordenador Especial do Incra, em Ariquemes Reinaldo Galvão Modesto, está tomando todas as providências possíveis para coibir a invasão indiscriminada de terras públicas em R. dônia, devendo responsabilizar civil e criminalmente os grileiros implicados. Somente na região de Abunã, fronteira do Brasil com a Bolívia e divisa com o Acre e Amazonas, já foram vendidas ilegalmente por um único elemento, áreas fracionadas num total de cerca de 200 mil hectares de terras, ocasionando graves conflitos com repercussões sociais, dificultando a regularização fundiária na região. Das medidas adotadas visando a equacionar todos os pontos críticos da situação fundiária de Rondônia, o Incra está efetuando um levantamento das famílias sem terras para posterior triagem e assentamento em novas áreas destinadas à colonização. Esse não foi um fato isolado. Existem outras áreas cuja ação nefasta dos especuladores já se fez presente e outras que ainda não estão totalmente desobstruídas, carecendo de medidas enérgicas e positivas como a levada a efeito na localidade "Alvorada do Oeste" outrora inteiramente grilada, mas hoje possuindo um núcleo urbano. De acordo com o Coordenador do Incra, existem varios pontos do Território que estão sendo objeto de especulações. Como exemplo, citou o caso do Setor Bolonês, no Projeto Jaru- Ouro Preto, no município de Ji-Paraná, em Pimenta Bueno, na gleba Corumbiára, setor Parecis, além de município de Euclides da Cunha, em Abunã onde foram vendidas os 200 mil hectares.

CACAU — Com a considerável melhora na produção do cacau, o presidente da Aliança dos Produtores de Cacau, Carlos Alberto de Andrade Pinto, prometeu inverter o jogo no mercado internacional, situando o Brasil em primeiro lugar, passando à frente da África. Diz, ainda, que o nosso país, será também um dos primeiros a industrializar o seu produto.

Para que isso ocorra, o Brasil está pagando um elevado preço. E quem o está pagando é o produtor de cacau e a população. No momento em que se dá estímulos à industrialização, diz ele, vemos esses estímulos seremredistribuídos por algum outro setor que não o produtor. Geralmente é o governo que abre mão, seja do ICM, IPI, ou financiamentos para que os industriais instalem seu parques industriais tornando a aquisição do produto mais caro, principalmente a matéria-prima. Segundo ele, as áreas de cultivo estão sendo expandidas na Bahia e Espírito Santo, sendo que a CEPLAC desenvolve um notável programa da expansão para a Amazônia. Contudo, a falta de uma orientação adequada aos exportadores desestimula-os, motivados pela pergunta que se fazem "Haverá lugar para nós na exportação do cacau, do Brasil? No que responde o presidente Carlos Alberto, que o Governo garante aos exportadores de matéria prima que todos terão participação no mercado.

POLAMAZÔNIA — Cerca de Cr$ 6 bilhões de cruzeiros foram investidos na Amazônia a fundo perdido, sem retorno, nos 10 polos que estão na área jurisdicional da SUDAM, fato constatado, numa avaliação elaborada pelo engenheiro agrônomo. Elias Seffer. Em 11 programas (agricultura, Transportes, Mineração, Desenvolvimento, Urbano, Energia, Trabalho, Educação, Saúde, Industria e Serviços, Saneamento Básico e Ciências e Tecnologia) foram desenvolvidos 735 projetos, dos quais 243 programas já devidamente concluídos, tendo sido aplicados Cr$ 928 milhões.

Cacau, riqueza de inesgotável possibilidade para a Região Amazônica

De acordo com o levantamento, o Superintendente da Sudam ressalta que já foi feito muita coisa pela região. Dentre as obras realizadas, citou como exemplo: 1.582 kms de estradas de penetração e vicinais, 7 aeroportos construídos foi ampliada a capacidade de energia em mais de 39,7 MW, incluindo-se a hidrelétrica de Curuá-Una, com 30MW assim como o potencial hidrelétrico do ..o Branco, em Roraima – foi concluído o porto de Marabá e os atracadouros de Alenquer e Monte Alegre e prosseguemas obras do porto de Macapá. Em estado avançado está a construção da ponte sobre o rio Araguaia, unindo o Pará a Goiás com 700 metros de vão, e quase concluida a ponte sobre o rio Itacaiúnas para a travessia de um lado para o outro, de Marabá . Foram inaugurados 28 sistemas de abastecimento d'água. Foram assentados 541 kms de redes de distribuição e realizadas 23.942 novas ligações domiciliares de água potável.

Foramconcluidas 8 estações elavatórias; 241 kms de rede celetora de sistemas de esgotos sanitários e 241 kms de galerias para drenagem pluvial. Foram conbluidos o levantamento e a classificação de solos em 106 mil km2 dos 119 programados em diversos polos, assistência a 10.072 produtores rurais e 8 cooperativas; construção de 27 armazéns e centros de abastecimento alimentar. Prosseguem as pesquisas em doenças tropicais com implantação de 13 novos sistemas de abastecimento d'água em pequenas comunidades e, finalmente, construídos 3 centros de formação profissional, dentre inúmeras outras obras.

Dom Pascásio, bispo de Bacabal, excomunga grileiros do Maranhão

Bispo excomunga grileiros no Maranhão

Como desfecho de uma série de violências cometidas no Maranhão e diante da impunidade de seus responsáveis, o Bispo de Bacabal, Dom Pascásio, evocou sanções divinas para coibir atos de grilagem, vandalismo e repressão no Estado do Maranhão.

Mais de cinco mil agricultores reunidos na concentração cívico-religiosa realizada dia 16 de março na cidade de Paulo Ramos, na igreja de Nossa Senhora da Conceição assistiram a uma missa celebrada pelo bispo de Bacabal, Dom Pascásio Rettler, que no climax do "ato público" excomungou o ex-Delegado da Receita Federal do Maranhão e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí, Rupert Macieira e o ex-Prefeito de Paulo Ramos, Francisco Teixeira Santos (Nego Chico) e Subtenente da PM Amujaci Araújo Silva. Dom Pascásio falou no sermão que "em 12 anos ninguém foi excomungado em minha Diocese, o que acontece agora com os inimigos de Deus"

A cerimônia foi realizada com tranqüilidade, apesar do clima de tensão social ainda reinante. Policiais estiveram presentes para garantir a concentração, pois pairava a ameaça da ação de pistoleiros contratados pelos grileiros e que obedecem ao comando de Zé Bonfim — famoso na região por queimar casas de posseiros e até mesmo a capela de São José, no povoado do mesmo nome, o principal reduto das contendas entre agricultores e o grileiro

Ameaças de pistoleiros não impediram a concentração

Ropert Macieira, que se apresenta como "dono" das terras. "Nego Chico", indiciado há anos, por desvio do erário público da Coletoria de Cacabinha, foi acusado por populares: "Ele grilou uma grabde área do município realizando a maior devastação de babaçu que se conhece nesta Estado". Frei Humberto recriminou, ao longo da reunião, a ação criminosa de pistoleiro que interceptaram um ônibus de manifestantes, entre Lago das Pedras e Lago do Junco, chegando a revistar seus passageiros, numa autêntica operação policial, e ao mesmo tempo intimidavam com ameaças de morte e violências aos romeiros e à cerimônia a ser realizada.

Ainda no mesmo dia, o Tribunal de Justiça do Maranhão, não podendo ficar alheio aos acontecimentos que inquietam o Estado, cassou a liminar de manutenção de posse deferida pela Juiza da Comarca de Vito` rino Freire, Maria Cecília Penha Silva, em favor de Rupert Macieira, referentes às terras "griladas" do povoado São José, município de Paulo Ramos.

Na terra de grileiro quem tem polícia é rei

No Maranhão, a Secretaria de Comunicação do Estado (SECOM) insiste inutilmente em apregoar — "MARANHÃO: ESTADO-SOLUÇÃO". Enquanto isso, os problemas e mazelas sociais remontam-se tanto na capital quanto no Interior do Estado, apesar do incansável esforço do governador João Castelo, em mudar sua infra-estrutura, recebida com as anomalias e deformações que vêm desde outros administradores — como uma "herança maldita". Mesmo reconhecendo este fato, a escolha do "slogan" do governador parece contrapor-se à realidade social, provocando sérios questionamentos e até revolta daqueles que estão estarrecidos diante da atual situação da terra do babaçu. Melhor seria e mais producente se o gov. João Castelo fosse orientado a adotar outro "slogan", mais humilde, porém realista: "MARANHÃO

— ESTADO PROBLEMA, VAMOS CONSTRUÍ-LO JUNTOS"

E partir para massificar uma campanha conclamando todos os setores da sociedade, inclusive aos populares, a resólver conjuntamente os problemas da comunidade, oferecendo participação em sua gestão. As obras executadas pelo Governador e sua "staff" administrayiva, embora representante um grande esforço para modificar o "status-quo", tem sido insuficiente e, como "um pingo d'água no oceano", desaparecem diante da problemática regional, onde a vida se torna insuportável e sua população relegada a uma sub-vida que não dignifica as tradições do povo maranhense.

PREFEITOS QUEIXAM-SE — Os prefeitos do interior do Estado queixam-se que a renda municipal é insuficiente para manutenção de suas despesas e que não possuem recursos para investir em seu desenvolvimento, Vicente Martins da Silva, prefeito do Município de São Mateus que divide o seu tempo entre os ofícios de padeiro e a Prefeitura, declarou que o município está à beira da falência, tal o abandono que se encontra. Enfatisa que a msior renda do município advém do Fundo de Participação (Cr$600.000,00), mal dando para o pagamento do funcionalismo municipal; pois o ICM "é descontado na fonte para o ressarcimento do INPS", segundo diz o prefeito, a Prefeitura de São Mateus não tem crédito na "praça" para comprar um litro de gasolina ou uma saca de cimento. Já José Ribamar Lauanda, prefeito de Itapecurú-Mirim que se diz "apaixonado pela educação", queixou-se amargamente do Secretariado do Governador João Castelo, acusando o Secretário de Educação de haver "renegado suas próprias origens de educador que foi", por não apoiar o setor educacional no interior do Estado e haver negado ao Município de Itapecurú-Mirim carteiras para a escola que o prefeito construira na cidade. Recebendo inclusive do Secretário da Educação a "sugestão" para que comprasse fiado, pois a Secretaria só dispunha de apenas 30 carteiras para o município de Itapecuru-Mirim.

ALICIAMENTO AVILTA A CLASSE POLÍTICA MARANHENSE

A perniciosa prática do aliciamento e pressão política grassa no Maranhão, corrompendo as tradições de boa terra de Gonçalves Dias, coagindo e humilhando os políticos locais, colocando-os na condição de meros capatazes dos currais eleitorais. Sendo a oposição pouco representativa no Estado, quase inexistente, o partido do Governo reparte-se em grupos distintos e hostis entre sí (situação análoga ao do Pará), mas que no geral denota uma certa dose de oportunismo político que mantém os trampolins econômicos na escalada do Poder, e tem em José Sarney o grande cacique que dita ordens e sela os destinos. Governadores surgem entre muitas "oposições", mas pouco a pouco todos "aderem" a ele, isto ninguém quer ficar do lado de fora. — "Senão — explica o atual presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande — é uma perseguição que ninguém aguenta". Conta ainda este vereador que por ser amigo do ex-Governador Nunes Freire sua esposa foi "punida" e conclui: "Contra força não há resistência. Ganho oito mil e minha mulher ajudava a casa com seu salário de sete mil cruzeiros; portando de agora em diante farei o que o Governador quiser".

VIOLÊNCIAS E GRILAGEM

As manchetes dos jornais do Maranhão denunciam que a violência já faz parte do dia-a-dia maranhense, constituindo-se um câncro na vida social e no processo de produção do Estado. Inúmeros confrontos tem sido registrados, envolvendo posseiros indefesos e grileiros apoiados no poder, na prepotência e nas arbitrariedades policiais. Violências, mortes, saques e incêndios a lugares santos têm ocorrido no Maranhão, como o caso da capela de São José, município de Paulo Ramos ou ameaças a advogados e políticos que defendem os posseiros do município de Santa Lulia. Esses incidentes correlacionam-se com a invasão das terras por parte de multinacionais a cumpliciadas com grupos nacionais e com a decadente burguesia rural. Vereadores José de Jesus Santos e o presidente da Câmara Municipal de Paulo Ramos, Sérgio Dutra Reis denunciaram a COTERMA — Companhia de Terras do Maranhão de se acumpliciar com a grilagem da empresa Agropecuária Surnobrás, nos povoados de Lagoa do Veado, Lago do Angico, Cana Brava e Ginipapo, urilizando-se do nome do Governador João Castelo para obrigar a retirada de 200 famílias da região e remanejá-las para uma colônia no Arame (município de Grajaú), ameaçando-os com a polícia (caso resistam) e a perda de todos os seus direitos. Até frei Heriberto, vigário da paróquia, foi ameaçado pelos grileiros que diziam: "Não confiem nos padres, eles são comunistas".

Os dois vereadores enfatizam: "Ninguém sabe bem os limites dessa empresa, que quer avançar sem respeitar os direitos dos ocupantes nem as leis da terra. Esta situação pode criar graves problemas sociais e até repetir o conhecido caso de Monte Alegre, no município de Luís Gonzaga, onde o despejo prejudicou 121 famílias de lavradores".

A tensão cresce à medida que violências são cometidas impunemente sob o beneplácido das autoridades maranhenses. Dia 7 de março um grupo de policiais da PM invadiram a capela da localidadde São José, acompanhando em seu interior, para intimidar a população e garantir o levantamento de uma cerca nas terras que o conhecido grileiro Rupert Macieira quer ocupar. O povo de São José já suportou muitos dias de tensão, mas agora se amedrontou ainda mais com o forte aparato militar e a presença de pistoleiros na comunidade.

Em Turiaçu, a área da grilagem estende-se pelos povoados de Centro da Rita, Centrinho, Mariano, Vila Maria, Ubá, Bacabal, Salgado, Ilha do Remo, Viola, Ilha da Mangueira, João Pinto, Guajará e lugares vizinhos entre os rios Tarí, Paruá e Caxias, beirando a MA-106. Conforme divulga "A Luta do Campo e Cidade" — órgão oficial da Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos, "São ainda grileiros naquele município: Pio Correia, Francisco Soares (fazendeiro em Santa Helena), Juquinha, Luis Pavão, e Bacabal (fazendeiro em Santa Helena), Lázaro Ducanges (que tem um capanga por nome Luis Costa Leite, o Luis Soldado)".

Índios guajajaras, vítimas do coronelismo maranhense

SEQUESTRO E ASSASSINATO DE ÍNDIOS GUAJAJARAS — A região do Barra do Corda está em pé de guerra em face aos conflitos e violências lá ocorridos. Cada vez mais os ânimos agitam-se ante a união dos fazendeiros, políticos, o prefeito do município, Alcione Guimarães Silva e os frades capuchinhos contra a presença, na área, dos índios Guajajaras. O noticiário da imprensa de São Luís narra detalhadamente os conflitos do dia 26 do corrente, envolvendo índios e os moradores da Fazenda Santa Luzia, um dos quais pereceu no embate.

"O fato mais grave — comenta "A luta do Campo e Cidade", aconteceu depois do tiroteio do dia 26. O fazendeiro José Maria Barros, irmão de Benedito Moreira Barros, acompanhado de policiais do Destacamento da PM de Barra do Corda e Grajaú, invadiu duas aldeias guajajaras e sequestrou dois índios que nada tinham a ver com os incidentes da Fazenda Santa Luzia. Posteriormente, José Maria Moreira Barros foi preso por ordem do Major Xavier, a quem confessou que os dois índios sequestrados foram assassinados. Como, porém, recisa-se a revelar onde se encontrar os corpos, e dúvida permanece. E os policiais envolvidos no massacre ainda não foram identificados".

O CAPITALISMO SELVAGEM DA MENDES JÚNIOR — Fazendo parte da mazelas que grassam no Maranhão, o sub emprego encontra na Construtora Mendes Júnior, um dos seus mais fervorosos agentes. A empresa que trabalha na construção da estrada de ferro Itaqui-Carajás (que escoará o minério a ser extraido da Serra dos Carajás, no Estado do Pará), mantém seus empregados sob o regime de exploração capitalista e desumana.

Alojados no KM 22 da BR-136, seus operários e trabalhadores além de não ter a mínima condição de vida e trabalho, são obrigados a pesadas cargas horárias de 16 até 18 horas diárias, num trabalho duro e mal remunerado. o tratrabalhador da mendes Júnior pega no serviço às seis da manhã e vai até às 22 horas, no serviço de empresa, percebendo as horas extras pelo mesmo valor do trabalho normal, numa gritante agressão a CLT.

O minguado salário das categorias — servente — Cr$9,20 por hora; ajudante — Cr$9,80 por hora; apontador — Cr$12,24 por hora; motorista — Cr$ 17,00 por hora, aumentam os lucros da Mendes Júnior e sustentam as milionárias mordomias de seus sócios-proríetários e empregados categorizados, se contrapondo aos magros salários do peões que mal dão para as despesas de alojamento e da péssima comida servida pela cantina da empresa e que é descontada na folha do pagamento.

Homens & Empresas

IVAN RODRIGUES BEZERRA, formado em Ciências Sociais e Jurídicas (curso de Direito), exerce, atualmente, a presidência de diversas Empresas do Grupo Bezerra de Menezes que se constitui em um dos mais fortes complexos do Estado do Ceará, sediado em Juazeiro.

Nomeado desde Dezembro de 1956, Desdete Coelho tem uma folha de inestimáveis serviços prestados a Roraima. Hoje, ele é o tabelião do Território, Oficial de Registro Civil; Oficial de Protesto de Títulos; Oficial de Registro de Títulos e Documentos e, ainda, Contador da Justiça. Nasceu no Maranhão.

Uma das molas mestras da Amazônia Agro-Pecuária Importação e Exportaçãao Ltda, é o jovem Adonis Gantuss, operando na Empresa, que tem sede na Rua Padre Prudêncio, 24, 2o. andar, em Belém do Pará

JOSÉ OSSIAN DE PINHO ALENCAR é engenheiro agrônomo e presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí, EMATER-PI. Na sua administração, a Empresa tem ganho largo prestígio e muito tem contribuido na administração do Governo do Estado.

O Desembargador PAULO DOS SANTOS FEITOZA, amazonense, é professor universitário da Faculdade de Estudos Sociais do Amazonas. Magistrado de carreira, exerceu atividades nas Comarcas do interior e na capital. Há treze anos desempenha o cargo de Desembargadore já exerceu a presidência do Tribunal de Justiça Eleitoral.

JOÃO CLAUDINO Empresário dos mais comceituados é o presidente do Grupo Claudino & Cia, comandado uma cadeia se lojas de aletro-domésticos que se distribui por todo o Norte e Nordeste, através dos Armazéns Parahiba. João Claudino opera, atualmente, em Teresina, Piauí.

MANOEL JOAQUIM DE MORAES Gerente da "Roraima Novidades", firmou sua organização no ramo de confecções, plásticos e brinquedos dentro do comércio de Boa Vista, Acre.

ELIAS DE PAULA, gerente administrativo da RECOM Representações Comerciais LTDA, tem curso de administração sistêmica e metamarketing; técnico em contabilidade, agilizando o crescimento da Empresa na área de assistência e treinamento profissional.

HAROLDO BORGES tanbém formado em engenharia, exerce as elevadas funções de diretor-presidente do FRIGORÍFICOS DO PIAUÍ S/A, FRIPISA, revelando eficiência e dedicação, tanto que a ascensão da organização é acentuada, colocando-a em lugar de destaque no abastecimento da cidade de Teresina.

CARLOS ALBERTO DO REGO MONTEIRO SOBRAL É FORMADO EM Engenharia Eletrônica e exerce, com habilidade e eficiencia, a presidência das Centrais Elétricas do Piauí S/A, CESIPA.

O Líbano Palace Hotel é um dos mais novos e modernos da cidade de Manaus, tendo à frente, na gerência, Ali Haydar Baydoun. Cada apartamento do "Líbano" é uma coisa fantástica, com ar condicionado, carpete, banho térmico, TV, geladeira, elevador e café da manhã, além de outros serviços que o Líbano Palace Hotel oferece. Fica localizado na rua Lobo D'Almada, 48 e outro na Rua Joaquim Sarmento, 22, ambos em Manaus.

JOSÉ GRANCISCO DE ALMEIDA NETO – Formado em Engenharia Civil, exerce com equilibrio e dinamismo a presidência da Companhia de Habitação do Piauí – COHAB-PI.

JOSÉ TRAJANO BRANDÃO — Presidente da EMATER-MA, também tem se destacado como um empresário de visão, dinamismo e trabalho. Tem se destacado por uma maneira muito fácil de administrar concorrendo para o progresso e estabilidade de seu Estado, o Maranhão.

PEDRO FEITOSA RAPOSO é formado em Ciências Contábeis, diretor da firma Radil Raposo Distribuidota Ltda., distribuindo produtos como sal a granel, refinado, sal grosso, corretivo de solo, castanha de caju, suco de caju, óleo e todos os produtos da Marca Janaina. A Radil Raposo tem sede em Manaus, Amazonas.

Administrando com elegância e eficácia o Restaurante Piauí, J. Pinto vem se destacando na praça amazonense poi sua dinâmica e intensa atividade. O Restaurante oferece peixes, frangos, filés, massa e carnes, revelando-se como um dos melhores que serve à população baré.

O gerente de vendas MUNIR MEMED ASSI se destaca em Manaus por ser um excelente gerente de vendas e desenhista em prédios como Edifícios e Restaurantes. Opera, atualmente, na CRISTALGELO, Indústria, Comércio e Representações Ltda., situada na Av. 7 de Setembro, 815, sala 102.

AZAMOR BRITO Engenheiro e diretor-presidente da PRIMAC, Projetos, Instalações e Manutenção de Ar Condicionado Ltda. É um dinâmico empresário com atividades em toda a Amazônia Legal, possuindo obras e serviços em Belém, Macapá, Marabá, Santarém, Manaus...

MR. GÈNE V. FUNG LOY, dinâmico empresário de Manaus, exerce, atualmente, a gerência da Surinam Airways, com eficiência e presteza, situando sua plano de destaque organização num dentro da conjuntura amazonense.

Governo abre o olho para a devastação

A devastação da Amazônia, assunto tão discutido e tão polêmico, provavelmente será controlada e até mesmo coibida, através da delimitação e inscrição de registros de imóveis situados na Amazônia que, por lei, não podem ser devastados. Esses imóveis representam 50 por cento dos projetos econômicos e a fórmula, segundo os membros da Comissão Interministerial que está elaborando uma política para a região, é a única maneira de evitar a redivisão e revenda dessas terras. Outra medida com a mesma finalidade, será a distribuição de 50 por cento de cada área em grandes blocos, o que facilitará a fiscalização por parte do Governo e atenderia melhor aos objetivos da Lei na preservação da floresta amazônica. Na primeira reunião da Comissão que trata da questão, foram estabelecidos três pontos vitais:

1. A vocação nitidamente florestal da Região, o que exige a adoção de uma política de exploração racional de seus recursos naturais;

2. As áreas de preservação, como os parques nacionais, as reservas biológicas e as estações ecológicas;

3. A criação de um órgão que tenha condições reais de tratar do problema florestal do Brasil, com um Departamento específico para cuidar da Amazônia.

A transformação do IBDF em uma Empresa Pública, questão quase decidida, não foi discutida pela Comissão Interministerial.

DESTAQUES DE *Gal*

KOMENTANDO **LANCE LIVRE**

LANCE LIVRE

A atuante Relações públicas da ENASA Genoveva Nassar, é a entrevistada de LANCE LIVRE.

G — Quem merece aplausos?

N — Madre Tereza de Calcutá, detentora do Prêmio Nobel da Paz de 1979, e recentemente a Condecoração "JOIA DA INDIA".

G — Quem está vivo, mas já morreu?

N — S.S. o Papa João XXIII

G — Qual a posição da mulher no mundo altual?

N — A mulher está emergindo de um estado de alienação em que foi colocada à milênios. Agora é parte importante na sociedade, libertandose do estado de alienação, faltando conseguiur o que lhe cabe por direito, de acordo com sua capacidade em pé de igualdade com o homem. É válido lembrar a frase de um sábio, que quando indagado quem sabe mais? o homem ou a mulher? Ele respondeu com a pergunta. Qual o homem? Qual a mulher?

G — Que está faltando em Belém?

N — Para falar a verdade, está faltando TUDO. Principalmente a solução de um dos problemas cruciantes da cidade: as baixadas.

G — Sem pensar muito diga um defeito seu e uma qualidade?

N — Um defeito: a impetuosidade. Uma qualidade: a sinceridade.

G — É a favor do planejamento familiar?

N — Sim. Desde que bem orientado.

G — Faça um pedido ao nosso Presidente da República:

N — Olhar mais o lado humano. Dar mais condições de vida às classes menos favorecidas.

G — Que notícia gostaria de ler?

N — Uma nota difícil: a paz mundial.

G — Uma alegria?

N — Uma conquista. Seja qual for a dimensão da mesma.

G — Uma tristeza?

N — A perda de um ente querido

G — O topless é imoral?

N — Não é uma questão de ser ou não ser imoral, dependendo muito dos costumes e moral de cada povo. Acho que a moda do topless vulgariza a mulher.

G — Se você ganhasse o salário minimo, com seria sua vida?

N — Não quero nem pensar. Seria uma tortura chinesa.

G — Acha o machismo necessário para o homem?

N — Não. O machismo é um entrave ao bom relacionamento social.

G — Sua opinião sobre a participação do homem nos serviços estritamente do lar?

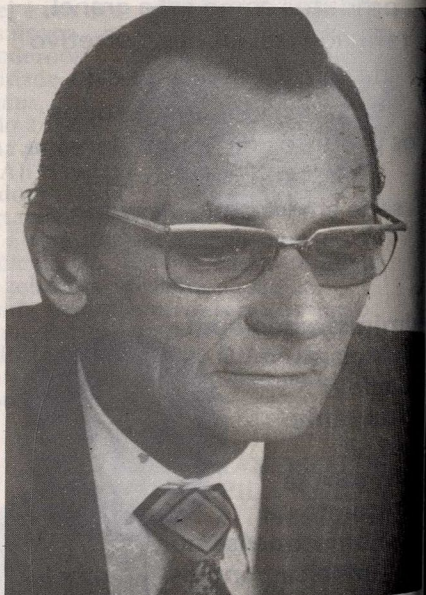
N — Admito como cooperação.

G — O casamento é uma instituição falida?

N — Qualquer instituição, cuja base for inseminada de agoismo, já é destinada ao fracasso. Quando bem consolidado nunca será uma instituição falida.

G — Sua mensagem para o mundo?

N — Que os homens amem mais ao próximo.

O empresário Rogélio Fernandez "cap" da INCA, hoje é destaque na colunável.

A atuação do Clóvis Mácola, Secretário de Estado da Fazenda vem causando elogios na terrinha. É isto aí, homem certo em lugar certo...

A figura simpática de Lopo Alvares de Castro dispensa comentários nesta colunável. Uma coisa é certa, Lopo está com planos bem traçados para sua candidatura a Vice-Governador...

KOMENTANDO

O Governador de São Paulo, Paulo Maluf badalou ter conseguido contactos imediatos de 3o. grau com um ser de outro planeta. O ser de outro planeta desmente... De Status...

xxxx

Agora é moda, a noiva no dia do casamento receber cumprimentos dos convidados já pedindo dinheiro para a viagem de lua de mel. Em sociedade tudo se aproveita...

xxxx

Um cidadão indiano trocou a mulher por um búfalo. O vovaldino preferiu o chifre do animal. Nossa. Se a moda pega...

xxxx

Aplausos a nosso comandante Geraldo Arruda Penteado pela brilhante idéia que está surtindo efeito do P.M. Box. Vale salientar que a implantação da Operação Andorinha, também tá valendo...

xxxx

O Dr. Ribamar Soares, agora Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, deixou muitas saudades na Assembléia Legislativa que durante uma pá de tempo foi o Secretário Legislativo...

xxxx

Chico Anísio depois que lançou a Salomé agora recebendo reclamação do povo brasileiro para o nosso Presidente, talvez seja convidado para assumir o Ministério das Reclamações.

xxxx

Fazer parte de uma diretoria de Clube é necessário antes de tudo ter finess..

xxxx

A propósito: No Iate, o clube da society encontra-se um diretor que atende pelo nome de MACARRA, o careta não está com nada em matéria de finess. Vale lembrar que na terra do Pe. Cícero que também é do Gentleman Stênio Portela, Macarra é sinônimo de gazela...

xxxx

Os empresários José Fonteles e Ronaldo Fonteles a todo vapor com a Baia do Sol Agro Pastoril no Mosqueiro. O Zé Fonteles esteve recentemente na Malásia para projetar novidades no campo da seringeuira. De realce...

xxxx

Apesar do péssimo relacionamento entre Ted Kenendy e sua cunhada Jackie Onassis, a duplinha uniu a força na campanha política de Ted à Presidência da República dos Estados Unidos. Comenta-se que a Jackie só topou porque está de olho no título de embaixatriz em "caps" de prestigios Londres ou Paris, ainda com um gabaritado salário...

xxxx

15 milhas de dólares é que uma multinacional está disposta a investir na vinda dos ex-Beatles ao País Tropical. O Roberto Medina é quem está por traz desta promoção, mas avisa que nada está concreto...

xxxx

O nosso Presidente João Figueiredo vai dar uma de cantor gravabdo um disco que não tem nada de discurso, e sim de composição musical patriotica. Isto acontecerá pela primeira vez na história da República. O João tem certeza que vai fazer um tremendo "su" e quer receber os direitos autorais a que tem direito. De lambuja...

xxxx

Na cidade do frevo 1.300 agentes estiveram marcando presenças no Congresso de Turismo. Depois de muitos blás-blás, uma coisa ficou marcada: o Brasil não explora turismo e sim turistas. Será verdade?...

xxxx

A elegante Deputada Maria de Nazaré afirmou categoricamente a colunável que não sairá para a Câmara Federal e que tudo não passa de boato da oposição...

xxxx

Terezinha Sussuarana a Deputada representante da Oposição na Assembléia Legislativa deu uma arrumada em seu guarda roupa e está curtindo a moda jeans...

Até a próxima...

O Governo do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Cultura, promoveu, entre os dias 25 a 28 de março, a Exposição Foto-Documentária do artista Syn de Conde, no "hall" da Assembléia Legislativa. A mostra compôs-se de 64 trabalhos do paraense Sinésio Mariano de Aguiar que nasceu em Belém no século passado e conviveu entre astros e estrelas de Hollywood, durante boa parte de sua juventude, participando de filmes ao lado de artistas famosos.

Syn de Conde, hoje com 86 anos, ainda desfruta de porte vigoroso e ereto, vivendo entre as saudáveis recordações de quando pela primera vez, em 1916, freqüentou o "set" hollywoodiano, deslumbrado com as perspectivas do sucesso internacional e as restritas folganças que a fortuna herdada de seus pais lhe proporciona para sobreviver com dignidade, como sobra de uma vida de boemia e dissipação na mocidade.

A hora e a vez de Syn Conde um amazônida em Hollywood

SINÉSIMO MARIANO DE AGUIAR (SYN DE CONDE, seu pseudônimo artístico) nascido em Belém a 14 de junho de 1894, foi o primeiro brasileiro a vencer no cinema de Hollywood. Filho de Tradicional família paraense, foi educado na Suíça, França, Inglaterra e Alemanha, fala 5 idiomas além do português: Francês, Italiano, Inglês, Alemão e Espanhol. Se pai, o famoso e humnanitário médico de Belé, Dr. Mariano de Aguiar, primo de Lauro Sodré, casado com uma filha do Conde Pedrosa, primo do Barão de Itapoã, abraçou a carreira política, chegando a Senador da República. Em 1916, Sinésio chegou aos Estados Unidos, mais precisamente a Los Angeles, passando a Hollywood, que a esse tempo começava a fascinar o mundo como a "meca do cinema" com o firme propósito de conhecer os segredos da 7a. arte, que ali se escondiam. Em face de sua fina educação européis e a condição financeira propiciada pela mesada que lhe mandava a família, passou a frequentar os melhores hotéis e rrstaurantes, possibilitando-lhe travar conhecimento com as celebridades cinematográficas da época, destacando-se entre elas David W. Griffith, tido como o "Pai do Cinema", Douglas Fairbanks, Rodolfo Valentino, Alla Nazimova, Pauline Frederick, Geraldine Farrar, Carol Dempster, Claryne Seymour, Harold Lloyd e tantos ouyros.

O ARTISTA SYN DE CONDE

Em 1918, na sala de chá do "Ritz Carlton", conheceu a bailarina soviética Alla Nazimova, de quem recebeu um cartão, com endereço, assinatura, etc..., em retribuição a um buquê de rosas que lhe mandam Syn de Conde. Este mais por curio sidade, vai ao endereço indicado e, aliás, depara-se com o estúdio cinematográfico que, justamente naquele momento, filmava uma cena de "dança apache" para uma película cuja atriz principal era a própria Nazimova, sob a direção de George D. Baker. Syn de Conde criticou o desempenho do galã da "dança apache" devido os graves erros de interpretação. Desafiado a representar melhor, Syn de Conde aceita seu desempenho é excelente, merecendo aplausos de todos, inclusive de Nazimova, tendo em consequência substituido o ator criticado, inclusive com um papel mais importante e um contrato de 200 dólares semanais, que era auma verdadeira fortuna na época. Foi seu primeiro filme e o início do sucesso. Trata-se de "The Revelation" (Revelação), da Metro, 1918: Roteiro de George D. Baker e Ethel Browing Miller, baseado no romance "The Rosebush of a Thousand Year.s", de Mabel Wagnalls, Direção de George D. Baker com Alla Nazimova, Charles Bryant, Frank Currier, Syn de Conde, John Martin.

Syn de Conde teve a participação marcante em mais sete filmes, a saber: – OUT OF THE SHADOWS (A Defesa de Um inocente), Paramount 1918. Roteito de Eve Unsell, baseado no romance The Shadow of the Rope, de E,W. Hornung. Direção de Emile Chautard, com Pauline Frederick, Wyndham Standin, Ronald Byram, Syn de Conde, William Gross. – THE GIRL WHO STOYED AT HOME (A moça que ficou em casa). Art-Craft-Paramount, 1919. Roteiro original de S.E.V. Taylor, Direção de David W. Griffith, com Claryne Seymour, Robert Harron, Carol Depster, Richard Barthelmess, Syn de Conde, George Fawcett, Tylly Marshall, David Butler.

– ROSE OF THE WEST (Rosa do Norte) Fox. 1919. Roteiro original de Denison Clift. Direção de Harry Milarde, com Madlaine Traverse, Frank Leight, Beatrice La Plante, Syn de Conde, Tom Santschi. – FLAme of the desert 9 A chama do deserto), Diva Goldwyn, 1919. Roteiro original de Charles Logue. Direção de Reginald, com Geraldine Farrar, Lou Telegen, Alec B. Francis, Edythe Chaomam, Casson Ferguson, Syn de Conde, Macey Marlan, Milton Rosse. – ROUGE AND RICHES. Universal, 1920. Argumento de w. Carey Wondely. Roteiro de Hal Hoadley. Direção de Harry L. Franklin, com Kitty Gordon, Syn de Conde. – THE MOON SOLD. (Dinheiro da Lua). Produção Will Bradley, 1920. Roteiro e direção Will Bildwell, com Syn de Conde. – MARY REGAN, First National, 1921. roteiro de Lois Weber, baseado num romanfe de Leroy Scott, Direção de Lois Weber, com Anita Atewart, Franck Mayó, j. Barney Sherry, George Hernandez, Syn de Conde, Heda Nova.

RETORNO AO BRASIL – Em 1927 retorna ao Brasil, sendo homenageado no Clube dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro, como o primeiro astro brasileiro a brilhar em Hollywood.

Admitido no Ministério da Agricultura e nomeado inspetor federal para assuntos de migração, permanecendo nesse cargo até sua aposentadoria em 1963, aproximadamente.

Hoje, aos 86 anos de idade reside em Belém, à Av. Assis de Vas-

concelos, 273, ao meio de suas recordações e das incontestes provas contias em diversos e volumosos álbuns de recortes de jornais e fotografias, a conformarem seu pioneirismo na "meca do cieema mundial" – Hollywood.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

I. INDIVIDUAIS – 01. Poster de Sinésio Mariano de Aguiar, aos 22 anos – reprodução de um postal de 1916. 2 e 3, Em traje típico de equitação – califórnia – Reprodução de postais de 1920; 4. Em traje passeio da década 1920/30 – Hollywood. 5. Durante a 1a. Guerra Mundial, no racionamento do açúcar, Sinésio se dirige ao "Ritz Carlton Hotel" levando seu açúcar para o chá. Reprodução de um postal de 1918, aproximadamente; 6. Sinésio aguarda que lhe seja servido o chá. no Ritz Carlton"; 7. Sinésio Mariano de Aguiar (ou Syn de Conde como ficou conhecido artisticamente) aos 27 anos – Hollywood – Calif.; 8. SYN DE CONDE, se destacou como eximio dançarino, vencendo concurso e se apresentando em Clubes Noturnos. Depois dele é que surgiu Rodolfo Valentino, aliás este morou por um bom tempo com SYN DE CONDE, no apartamento deste, quando (Valentino) ainda "não era nada". Anúncio da apresentação de SYN DE CONDE no Mayson Marcell". Los Angeles – cena de "dança apache" – 1918. 9. Outro aspecto de "dança apache"; 10 e 11. Dançando Tango; 12 e 13. Dançando Valsa, 14 e 15. Em 1927, Sinésio (SYN DE CONDE) retorna ao Brasil. Num cinema da Av. Rio Branco. Rio de Janeiro, estava sendo exibido o HOMEM MOSCA, encenado por Harold Lloyd. SYN DE CONDE, a convite do jornal "O Globo", representa ao vivo o "Homem Mosca" escalando um edifício da Rio Branco, proeza que fez "parar o trânsito", tal foi o espetáculo, que "O Globo" deu ampla cobertura.

II. COLETIVAS

16. Ao retornar ao Brasil em 1927, e homenageado no Clube dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, na condição de Primeiro Artista Brasileiro em Hollywood (4o. da esquerda para a direita, em pé), tendo sido homenageado também Ribeiro de Barros (ao Centro – à esquerda de SYN DE CONDE), por ter sido o 1o. brasileiro a atravessar o Atlântico, pilotando um aviãozinho – o Jahu. 17. Outro aspecto da homenagem no Clube dos Bandeirantes, SYN DE CONDE, sentado, 1o., à esquerda; 18. Sinésio (1o. à direita), em companhia do Dr. Lauro Sodré (centro, de terno escuro), 1928 aproximadamente, a bordo de um navio, viajando Rio/Belém; 19. Há poucos anos, foi convidado a se filiar na Ex-ARENA. Não aceitou a proposta por se considerar "apolítico", embora seja "amigo dos políticos". Foto tirada na sede da Ex-ARENA, Belém-Pa., ao lado do Senador Jarbas Passarinho.

III. FILMES

2o. Em traje característico de um "apache.., termo pelo qual se designavam os bandidos do "quartier latin", bairro do subúrbio de Paris, representado por SYN DE CONDE no filme "The Revelation", o 1o. em que participou; 21 a 23. Sequências do filme "The Revelation" (Revelação), Metro, 1918, com a atriz é bailarina soviética ALLA NAZIMOVA, direção de George D Baker. 24 a 25. Sequência do filme "OUT OF THE SHADOW" (A Defesa de um inocente). Paramount, 1918, contracenando com Pauline Frederick. Direção de Emile Chautard; 26 a 28. Sequências do filme "The Girl Who Stoyed at Home" "A moça que ficou em cada... Art-Graft-Paramount, 1919, que contracena com Clarine Seymour. Direção de D.W. Griffit, tido como o "criador do cinema norte-americano", o maior diretor da época; 29 a 31. Sequências do filme "Rose of the West" (Rosa do Norte). Fox, 1919, no qual SYN DE CONDE contracenada com Madlaine Traverse, Direção de Harry Milarde. Esse fimme foi projetado em Belém-Pa., no Cine Olimpia em dezembro de 1920 e a "Folha do Norte" registrou o evento numa reportagem de 29.12.1920. 32 a 34. Sequência do filme "The flame of the desert" (Chama do de serto), Diva Goldwyn, com a excelente soprano Geraldine Farrar. Direção de Reginald Baker. 35 a 38. Sequências do filme "The Moom Gold" (Dinheiro de Lua), Produção Will Bradley 1920. como Arlequim. Direção de Will Bildwell. Este filme foi inspirado no impressionismo alemão, onde foi utilizada uma nova técnica visual: os personagens têm o rosto branco com o fundo do cenário preto, dando nitida impressão de alto-relevo; 39 a 42. Sequências do filme "MARY REGAN" First Naticonal, 1921, con Anita Stewart, direção de Lois Weber.

IV. CORRESPONDÊNCIAS

43. De Douglas Fairbanks – Califórnia, 1918; 44. De E.C. Bildwell – D.W. Groffit Stúdio – Los Angeles, 1919; 45. De Max Linder – Los Angeles, 1920; 46. Do Diretor da Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), Rio de Janeiro, 1972, 47. Do Diretor de Relações Públicas da Rede Globo – Rio de Janeiro, 1973; 48. Catálogo da Exposição organizada pela cinemateca do MAM. em homenagem a SYN DE CONDE; 50. Do Dr. Edgar Maia Lassance Cunha, do Tribunal Regional Eleitoral.

V. REPORTAGENS

51. A "Folha do Norte", 1920, a respeito de "Rose of the West" (Rosa do Norte), quando de sua projeção no Cine Olimpia.

52. O "O Estado do Bahia", 1930, aproximadamente; 53. A Revista do Instituto Nacional de Cinema, Rio de Janeiro, a cronologia cinematográfica de SYN DE CONDE; 54. Em "O Dia", Rio de Janeiro – "SYN DE CONDE SUCESSO EM HOLLYWOOD"; 55. "A Província do Pará", 1972, reportagem de Pedro Veriano, O descobridròr de SYN DE CONDE no Pará, que num verdadeiro quem de fato foi o 1o. brasileiro à vencer em Hollywood, pois até então tal primazia era dada a Raul rolien e Carmem Miranda, que ali chegaram muito depois; 56. Em "O Liberal", 1976 – Reportagem assinada por Dionorte Drummond Nogueira, a respeito de SYN DE CONDE, endossando a descoberta de Pedro Veriano. 57. Em "O Estado do Pará", 1976 – na coluna do Prof. Dionorte Drummond Nogueira, ARTE NO MUNDO, reportagem "O Primeiro Brasileiro no Cinema de Hollywood, 1918"; 58. "O Estado do Pará", 1977, por orientação do Dr, Lopo de Castro, publica outra reportagem a respeito de SYN DE CONDE, sua vida, sua arte". 59. "A Província do Pará". 1977 – "Honra ao Mérito para o paraense que fez cinema em Hollywood" 6o. "O Estado do Pará", 1977 – "Sinésio Aguiar recebe Titulo de Honra ao Mérito pela Arte".

VI. SYN DE CONDE HOJE

Aos 86, anos, Sinésio Mariano de Aguiar (SYN DE CONDE), vive em Belém, sua terra natal, à Rua Assis de Vasconcelos, 273, ao meio das recordações que lhe fazem descer lágrimas de saudades.

Seus álbuns de recortes e fotografias constituem páginas vivas da história do Cinema, nos seus primórdios – representado pela linguagem dos gestos. Ao seu lado o Sr. Mário Villas-Boas, o fotógrafo responsávek pelas reproduções expostas.

MANIFESTO À NAÇÃO.

Assinado por 65 prefeitos, oito Presidentes de Federações, 13 de Sindicatos, dois de Cooperativas,sete de Associações e dois de Clubes de Diretores, englobando todas as classes produtoras e entidades das mais diversas atividades de Goiás e Brasília, a Companhia de Ampliação da Amazônia Legal divulga Manifesto à Nação em que fundamenta as razões do projeto do Senador Lázaro Barbosa, tramitando no Congresso.

Enquanto isso, na Câmara Municipal de Goiânia, há opiniões divergentes entre os vereadores, a respeito do projeto. É o que se lê em seguida ao manifesto, cujo teor é o seguinte:

"A Lei no. 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, estabeleceu em seu artigo 2o., que a Amazônia, para os seus efeitos, no Estado de Goiás, abrange a região compreendida a norte do paralelo de 13º, enquanto que, no antigo Estado de Mato Grosso, abrangia a região a norte do paralelo de 16º, Dessa forma, a lei estabeleceu uma discriminação em desfavor do Estado de Goiás por uma extensão de cerca de 350kms às margens do Rio Araguaia, que define a sua fronteira com o Estado de Mato Grosso, fazendo com que, nessa região discriminada, a margem esquerda do rio contasse com incentivos fiscais abrangidos pelo Plano de Valorização da Amazônia e a margem direita não.

Certamente ao estabelecer essa discriminação contra o Estado de Goiás, o legislador levou em consideração a existência do Distrito Federal, encravado neste Estado, como um polo capaz de gerar o desenvolvimento auto-sustentado da região goiana e sua influência, o que anularia a diferença de limites geográficos legais dos benefícios fiscais da Amazônia. A experiência mostrou entretanto, que Brasília não provocou mudanças significativas no desenvolvimento da região de sua influência, tanto que essa circunstância motivou, mais tarde, a criação do Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília, a fim de atenuar o vácuo econômico e criar estrutura de apoio ao Distrito Federal. Esse programa, lamentavelmente de alcance e recursos limitados, igualmente não tem conseguido induzir o progresso da região a níveis satisfatórios, o que permite a instalação de problemas sociais e econômicos da maior gravidade não somente na Região goiana mas sobretudo no próprio Distrito Federal. municípios goianos como Aragarças, Montes Claros, Aruanã, Britânia, São Miguel do Araguaia, etc., assistem melancolicamente, outros municípios matogrossesnses do outro lado do rio, cuja população experimenta progresso cada vez melhor bem-estar muito mais acentuados.

Assim, a discriminação geográfica nos limites sul da Amazônia Legal acabou por se constituir em grave injustiça contra o Estado de Goiás. Injustiça essa que acabou por ser ainda mais agravada com o advento da Lei complementar no. 31, de 11 de outubro de 1977, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e que determinou, em seu artigo 45, que a Amazônia, dita no Art. 2o., da Lei no. 5.173, de 1966, compreende toda a área do Estaado de Mato Grosso, ampliando dessa forma, a sua antiga jurisdição até as proximidades do paralelo de 18º, aumentando de consequências a diferença, na fronteira Goiás-Mato Grosso,. de cerca de 350kms, para cerca de 570kms, com incentivos à margem esquerda do Rio Araguaia e sem incentivos à margem direita.

A não existência de uma função de banco para a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, SUDECO, ao contrário do que ocorre com a própria SUDAM, que tem o BASA; a SUDENE, que conta com o Banco do Nordeste; e até a SUDESUL, que conta com o Banco de Desenvolvimento do Sul, reduz-lhe o poder de agir determinantemente na região, sobre ainda atender o próprio Estado de Mato Grosso, apesar dos incentivos da SUDAM, nos termos do Art. 2o. da Lei no. 5.365, de 1o, de dezembro de 1967, que criou a SUDECO.

Por outro lado, tando da disposição da Lei no. 5.365, de 1967, que disciplina que a área que resultar comum entre a SUDECO e a SUDAM, permanecerá, para efeito de estímulos fiscais, sujeita à legislação e normas que regem a SUDAM; quanto a Lei Complementar no. 31, de 1977, que estendeu a Amazônia Legal até as fronteiras sul do Estado de Mato Grosso, constituem precedentes legais importantes a embasarem a extensão da Amazônia também no Estado de Goiás. E o advento do Fundo de Investimento da Amazônia — FIDAM trouxe uma nova filosofia na aplicação dos recursos e de seu controle na área: com maior sentido de realidade, disciplinou essas aplicações, que agora são feitas segundocritérios técnicos e necessidades de desenvolvimento da região independentemente de quaisquer outros critérios de ordem subjetiva, o que constitui uma garantia de que a extensão da Amazônia Legal em Goiás não prejudicará as áreas por ela atualmente abrangida.

Mais que a correção de uma injustiça, os goianos buscam o reconhecimento da lei de uma realidade: a região compreendida entre os paralelos 13o. e 16o., em Goiás, é de fato uma região Amazônica: tectônica e geologicamente a região é amazônica; seu relevo é amazônico; seu clima é amazônico; sua hidrografia é amazônica e, aliás, é banhada pelos dois maiores caudais à margem direita do Rio Amazonas, o Araguaia, e o Tocantins; a sua vegetação também é amazônica tanto quanto ao norte do paralelo 13o., a sua fauna é toda ela amazônica. Assim, a geologia, a hipsometria, a pedologia, a fitoecologia, a hidrografia, mesmo os recursos minerais e, mais relevantes que tudo, os aspectos humanos, são,

entre os paralelos de 13o., a 16o., em Goiás, os mesmíssimos que ao norte dessa região.

Esta década poderá se constituir, de fato, no início e na consolidação de um processo acelerado de desenvolvimento da Amazônia. Nela pode, e deve, a Nação, atingir a autosuficiencia agrícola, pecuária e agro-industrial, podendo vir a se tornar a região importante fonte de produção de alimentos que o mundo já carece e responder por significativa parcela da economia nacional. Por isso é preciso preservá-la e induzir o seu desenvolvimento de forma racional e subordinada aos mais legítimos interesses da Nação.

Não obstante, a região, entre os paralelos de 13o., e 16o., por sua maior proximidade de Goiânia e de Brasília, ninguém negará, poderá constituir-se na solução de problemas confessados que ocorrem ao Norte como os de abatimento e transporte de gado e os relacionados com a política florestal, para citar apenas dois exemplos, pois conta com uma razoável infra-estrutura viária adequada e já produz alguns insumos básicos, além de oferecer um mercado em formação, condições faltantes em toda a Amazônia Legal atual, o que torna a abrangência da região como questão inequívoca de interesses nacional.

Por tudo isso o Governo do Estado e do Distrito Federal, empresários de ambas as Unidades da Federação, políticos goianos de todos os partidos, enfim, toda a comunidade goiana e brasiliense reivindicam a extensão da Amazônia Legal e a jurisdição da SUDAM até o paralelo de 16o., em Goiás. Não até o paralelo de 18o. como em Mato Grosso. É o reconhecimento legal de uma situação de fato; é a correção de um lamentável erro de previsão, de uma grave injustiça que já grassa por mais de 13 anos; , é a mais perspectiva de solução dos graves problemas sociais e econômicos do Distrito Federal; é a outorga ao empresariado nacional de mais de uma alternativa de investimento; enfim, é do próprio interesse nacional.

A própria SUDAM, em resposta a expediente das Entidades Empresariais deste Estado, concordou com a extensão da Amazônia Legal em Goiás, conforme expressou em seu of. no. 02152, de 18 de setembro de 1978, dirigido à Federação do Comércio do Estado de Goiás. E o Senado da República já aprovou projeto-de-lei nesse sentido, o qual hoje tramita na Câmara dos Deputados, onde recebeu o no. 1.408/79 e já foi aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça, e Interior.

Assim, Goiás, que há tantos anos vem lutando por esses objetivos, espera do Governo da República e do Congresso Nacional que a justiça seja restabelecida.

Goiânia, 04 de março de 1980.

PREFEITOS

PREFEITO DE SANTA TEREZA DE GOIÁS
Sebastião Severino Sobrinho

PREFEITO DE FORMOSO
Manoel Anjo Gomes

PREFEITO DE CAVALCANTE
José Nunes Bandeira

PREFEITO DE MINAÇU
José Albino Ferreira

PREFEITO DE MONTES BELOS DE GOIÁS
Domingos Antônio Cardoso

PREFEITO DE NOVA ROMA
Walter Strack

PREFEITO DE GALHEIROS
Arizon Aires Cirineu

PREFEITO DE SÍTIO D'ABADIA
Bolivar de Oliveira Dutra

PREFEITO DE ARUANÃ
Josias Pereira Macedo

PREFEITO DE BRITÂNIA
Ênio Francisco Santana

PREFEITO DE CORUMBÁ DE GOIÁS
Samuel Costa Araújo

PREFEITO DE PADRE BERNARDO
Modesto Martins de Carvalho

PREFEITO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Joaquim Pereira Barbosa

PREFEITO DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA
José Severo da Costa

PREFEITO DE PLANALTINA
Benedito Monteiro Guimarães

PREFEITO DE FORMOSA
Severino Benedito Filho

PREFEITO DE CABECEIRAS
Denis Virginio Machado

PREFEITO DE FLORES DE GOIÁS
Santino Campelo Miranda

PREFEITO DE MARA ROSA
Armando Olímpio Rosa

PREFEITO DE ALVORADA DO NORTE
José Sevilha Filho

PREFEITO DE IASSIARA
Prudêncio Moreira dos Santos

PREFEITO DE GUARANI DE GOIÁS
Paulo Garcia

PREFEITO DE MAMBAÍ
José Rivadavier Moreira dos Santos

PREFEITO DE DAMIANÓPOLIS
Jorge Moreira Santos

PREFEITO DE TAQUARAL DE GOIÁS
Leoncio Moreira Coelho

PREFEITO DE SÃO DOMINGOS
Alfredo Fernandes Neto

PREFEITO DE SANTA ROSA DE GOIÁS
Jurani Alves Ferreira

PREFEITO DE PIRENÓPOLIS
Altamir Mendonça

PREFEITO DE ITABERAÍ
Jurandir Lúcio da Silva

PREFEITO DE MONTES CLAROS DE GOIÁS
Alceu Resende

PREFEITO DE JUSSARA
Francisco Rebouças Souza

PREFEITO DE ITAPIRAPUAN
Corivaldo Lourenço Cabral

PREFEITO DE CRIXÁS
Joaquim Frederico Dietz

PREFEITO DE NOVA AMÉRICA
João Aureliano Carneiro

PREFEITO DE ITAPURANGA
Waner Carlos Prestes

PREFEITO DE GOIÁS
Djalma de Paiva

PREFEITO DE ITAGUARU
Darci Fernandes de Lima

PREFEITO DE HEITORAI
Carlindo Pereira Duarte

PREFEITO DE COLINAS DE GOIÁS
Manoel Francisco Miranda

PREFEITO DE MOZARLÂNDIA
Pedro Pereira da Silva

PREFEITO DE URUANA
José Mariano da Costa

PREFEITO DE CARMO DO RIO VERDE
Sebastião Lourenço

PREFEITO DE RUBIATABA
Onofre Andrade Pereira

PREFEITO DE CERES
Walter Pereira de Melo

PREFEITO DE RIALMA
Pedro Antônio Pereira

PREFEITO DE ITAPACI
Antônio Teixeira de Lima

PREFEITO DE PILAR DE GOIÁS
Nery Batista Oliveira

PREFEITO DE HIDROLINA
Adair Moreira Alves

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
Raimundo Fernandes da Silva

PREFEITO DE ARAGARÇAS
João Leão Pinto

PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA
Clóvis Ferreira da Costa

PREFEITO DE MUTUNÓPOLIS
Manoel João Peixoto

PREFEITO DE ESTRÊLA DO NORTE
Pedro Miguel Matos

PREFEITO DE PORANGATU
Trajano Machado Gontijo Filho

PREFEITO DE ARAGUAÇU
Raul de Jesus Lima

PREFEITO DE ARAGARÇAS
João Leão Pinto

PREFEITO DE CAMPINORTE
Rosa Maria Borges

PREFEITO DE ARUAÇU
Carlos Almeida Mascarenhas

PREFEITO DE RIANÁPOLIS
Antônio Gincon da Silva

PREFEITO DE JARAGUÁ
Tubertino Brasulio de Freitas

PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DE GOIÁS
Oto Cardoso de Paiva

PREFEITO DE GOIANÉSIA
Jales Fontoura de Siqueira

PREFEITO DE BARRO ALTO
Antônio Marcelino Campos

PREFEITO DE NIQUELÂNDIA
Sebastião Silva da Rocha

PREFEITO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS
Joaquim Francisco Regis

FEDERAÇÕES, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE GOIÁS E BRASÍLIA

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS E DISTRITO FEDERAL
Presidente: Dr. Paulo Seroni

FEDERAÇÃO DOS CLUBES E DIRETORES LOJISTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: João Álvares Ribeiro

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Wilton Honorato Rodrigues

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Dr. José Aquino Porto

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EM GOIÁS
Presidente: Dr. Napoleão Ferreira Costa

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Antônio Ferreira Bueno

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE LOUÇAS, TINTAS E FERRAGENS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Dr. Henrique Bicalho

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNE FRESCA DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Wandes Rodrigues de Moura

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Heiler Alves Rocha

COOPERATIVA CENTRAL RURAL DE GOIÁS
Presidente: José Frauzino Pereira Neto

COOPERATIVA INDUSTRIAL DE CARNES E DERIVADOS - GOIÁSCARNE
Presidente: Luiz Barreto Correia de Menezes Neto

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Bolivar Gonçalves Siqueira

SINDICATO DAS EMPRESAS DE PUBLICIDADE DE GOIÂNIA
Presidente: Zander Campos da Silva

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Eustáquio Ferreira Coelho

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Dr. José da Silva Neves

SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: José Raimundo Bolognani

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE GOIÁS
Presidente: Dr. Domesie José Teixeira

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Sebastião Elias Campos

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO ARROZ DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Moisés Abrão Neto

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNERO ALIMENTÍCIO DE GOIÁS
Presidente: Geraldo Alves de Souza

SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Antônio Lopes Trindade

SOCIEDADE GOIANA DE PECUÁRIA E AGRICULTURA
Presidente: Manoel dos Reis e Silva

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Adear Jonas de Bessa

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DE GOIÁS – MADREMASSAS
Presidente: Dr. Antônio Marques de Jesus

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Agenor Machado da Silveira Neto

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE CRIADORES DE ZEBU - AGCZ
Presidente: Sizelízio Simões de Lima Filho

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA - AGI
Presidente: Alírio Afonso de Oliveira

ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS MUNICÍPIOS - AGM
Presidente: Dr. Joaquim de Lima Quinta

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO ESTADO DE GOIÁS
Presidente: Dr. Ubiratan Gonçalves de Araújo

CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS DE GOIÂNIA
Diretor: Dr. Joaquim Rosa Filho

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BRASÍLIA
Presidente: Lindeberg Aziz Curi

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BRASÍLIA
Presidente: Newton Egydio Rossi

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BRASÍLIA
Presidente:: Nabor César Siqueira

CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS DE BRASÍLIA
Presidenta: Sidney Veiga

PRESIDENTES DE CÂMARAS MUNICIPAIS

CÂMARA MUNCIPAL DE ARAGARÇAS
Presidente: Teodoro Francisco Sales

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUANA
Presidente: José Bino Muniz de Araújo

CÂMARA MUNCICIPAL DE MOZARLÂNDIA
Presidente: Jerônimo Francisco de Lima

CÂMARA MUNICIPAL DE CRIXAS
Presidente: Jurri Antônio de Araújo

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO
Presidente: Valdir de Oliveira Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE CAVALCANTE
Presidente: Benjamin Antônio de Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE MINAÇU
Presidente: Manoel Cunha

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS BELOS DE GOIÁS
Presidente: Arione Barbosa Rocha

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ROMA
Presidente: Napoleão Freire dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
Presidente: Domingos Andrade Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ
Presidente: Antônio de Pádua Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARAL
Presidente: Alcidone José Rezende

CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS
Presidente: Sebastião Vaz da Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRELA DE GOIÁS
Presidente: Osvaldo Valério dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÇU
Presidente: Joaquim Diniz Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS
Presidente: Dorcilio Candido Florêncio

CÂMARA MUNICIPAL DE MARA ROSA
Presidente: Carlos Martins de Carvalho

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO NORTE
Presidente: José Lucas de Barros

CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBAÍ
Presidente: Antônio Pereira César

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS
Presidente: Ielo Benedito Figueiredo

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
Presidente: Josué Rodrigues da Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA
Presidente: Osvaldo Faria

CÂMARA MUNICIPAL DE COLINAS DE GOIÁS
Presidente: Walter Rodrigues Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
Presidente: José Edmar da Silva Teles

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA
Antônio Magalhães

CÂMARA MUNICIPAL DE HIDROLINA
Presidente: Sinval Alves de Moura

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUAÇU
Presidente: Pedro Ribeiro Sobrinho

CÂMARA MUNICIPAL DE RIANÁPOLIS
Presidente: Antônio Nogueira Filho

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA
Presidente: Antônio Lopes da Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA
Presidente: Dalmi Gontijo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPURANGA
Presidente: Leonidas Chaves Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS
Presidente: Walte Kinut Engel

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARÚ
Presidente: Feliciano Francisco Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE URUANA
Presidente: José Mariano da Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO VERDE
Presidente: Antônio Pereira dos Santos

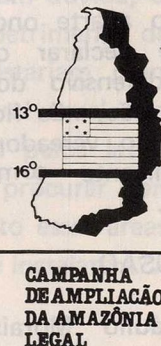
CÂMARA MUNICIPAL DE RUBIATABA
Presidente: Moisés Simão Carvalho

CÂMARA MUNICIPAL DE CÉRES
Presidente: Paulo Matão

VEREADORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS

Benedito Alves Cardoso - ALVORADA DO NORTE
Nelson Marques Sant'ana - ALVORADA DO NORTE
José Lucas de Barros - ALVORADA DO NORTE
Rivaldo Ferreira de Deus - ALVORADA DO NORTE
José Caldeira de Moura - ALVORADA DO NORTE
Argemiro de Freitas Costa - ALVORADA DO NORTE
Walter Antunes de França - ALVORADA DO NORTE

João Batista dos Anjos - GOIÂNIA
Teodório Sales - ARAGARÇAS
Reginaldo V. de Almeida - CÉRES
Raul do Espírito Santo - COLINAS DE GOIÁS
Edson Gomes - ITAPIRAPUAN
João Martins de Oliveira - ITAPIRAPUAN
Joaquim João Borsi - ITAPURAPUAN
Jaçon Candido de Oliveira - SÃO DOMINGOS
Jacy Paes Leme - FLORES DE GOIÁS
Sebastião Correa Guimarães - URUANA
Napoleão Freire Santos - NOVA ROMA
Rivaldo Ferreira de Deus - ALVORADA DO NORTE
José Vicente de Almeida - MOZARLÂNDIA
José Alves Barreto - CERES
Bruno Souza - POSSE
Edson Campeão de Miranda - FLORES DE GOIÁS
Enehias Gonçalves dos Santos - NIQUELÂNDIA
José Alves da Costa - COLINAS DE GOIÁS
João Carlos Santos - IASSIARA
Geraldo dos Santos - IASSIARA
João Evangelista Moreira dos Santos - IASSIARA
Antônio Alves dos Anjos - NOVA AMÉRICA
João Batista Dias - ESTRELA DE GOIÁS
João da Mota Monos -
Helio Alceu Lima de Abreu - IASSIARA
José Abadia Vieira - IASSIARA
José Amelio Neves - IASSIARA
Jesus Amaras - POSSE
Benjamim Antônio de Souza - CAVALCANTE
Francisco Batista da Silva - ITAPIRAPUAN
Helier Prados - CÉRES
João da Mata Moraes - ARAGARÇAS
José Alves de Brito - CÉRES
Geraldo dos Santos - IASSIARA
José Fernandes dos Santos - NIQUELÂNDIA
Joaquim João Barsi - ITAPIRAPUAN
Francisco Batista da Silva - ITAPIRAPUAN
Reginaldo M. Almeida - CÉRES
Irahi José Marques - ARAGARÇAS

Cannes Publicidade

CAMPANHA DE AMPLIAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

Governo de Goiás

Lideranças Políticas e Classes Produtoras

Projeto de extensão na Amazônia causa atritos na Câmara de Goiânia

Todas as camadas goianas e particularmente o Governo do Estado apoiam o projeto de ampliação da área amazônica, até o paralelo 16, menos o Prefeito Jurimar Pereira de Macedo, de Porto Nacional e, agora, o vice-presidente da Câmara Municipal de Goiânia, vereador Bráulio Afonso de Morais, do PDS, que se manifestou oficial e frontalmente contra a extensão. por outro lado, na oposição, o vereador Sebastião Vieira de Melo, do PMDB, defendeu a posição assumida pelo vereador da situação e passou atacar as multinacionais em defesa do que ele chama de "interesses das populações menos favorecidas que dali serão expulsas, fatalmente pela mecanização indiscriminada imposta pelas multinacionais que se alimentam dos incentivos federais, para se impor sobre os homens que vivem e trabalham à terra naquelas regiões". A posição do vereador Vieira de Melo pegou de surpresa seus pares que imediatamente abriram baterias "não aceitando um oposicionista ir contra um projeto de autoria de um correligionário e, principalmente, no momento em que a Oposição se situa entre seus adversários, numa demonstração clara da superioridade de seus propósitos aos dos governistas", segundo o vereador Benvindo Lopo, em enérgico aparte onde fez questão de declarar que "aquele gesto defensivo dos interesses da Situação, não ficava bem na pessoa do vereador combativo e inteligente como Sebastião Vieira".

CONFUSÃO

Bráulio Morais declarou, depois, à imprensa que sua intenção ao se pronunciar contra a expansão seria apenas de "alertar as autoridades para os riscos de trazer para nossa terra um número ainda maior de empresas multinacionais, sem o menor interesse por nossos problemas e nossa gente".

Com as palavras iniciais do seu discurso, os vereadores do PDS foram atraídos e se postaram em redor do orador. As palavras candentes do vice-presidente da Câmara de Goiânia afetaram a própria oposição de onde partiram tanto o apoio como o rebate às afirmações do vereador situacionista.

Quando o PMDB entrou nos debates, aí a confusão foi geral, com os pronunciamentos dos vereadores Vieira de Melo e seus colegas de bancada, José Borges, José Coelho e Benvindo Lopo que em apartes constantes terminaram se agredindo mutuamente. José Borges, em determinado ponto afirmou que "o jovem vereador está querendo se mostrar nas manchetes dos jornais de amanhã. Não é possível que uma pessoa sensata possa pensar desta forma. Vossa excelência nunca esteve naquela região do Estado. É um ignorante nesta área. Não conhece e jamais viu uma família de posseiros. Está dizendo bobagens com fins sensacionalistas, querendo aparecer. Está indo contra seu próprio chefe, o Governador do Estado". Sebastião Vieira, quando se viu acuado pelos colegas, demonstrando irritação, passou a delinear seus argumentos sobre a posição adotada, afirmando mesmo que "não estou contra nosso senador. Mas seria melhor que ele estivesse contra o que se pratica às famílias ali residentes e que são expulsas para os centros mais desenvolvidos sem qualquer proteção dos governos. Jamais ouvi alguém daquela região, afirmar sequer uma vantagem trazida pelas Multinacionais que invadiram a Amazônia sob o pretexto de ali instalar grupos de empresas".

Vereador goiano duvida do projeto Lázaro Barboza

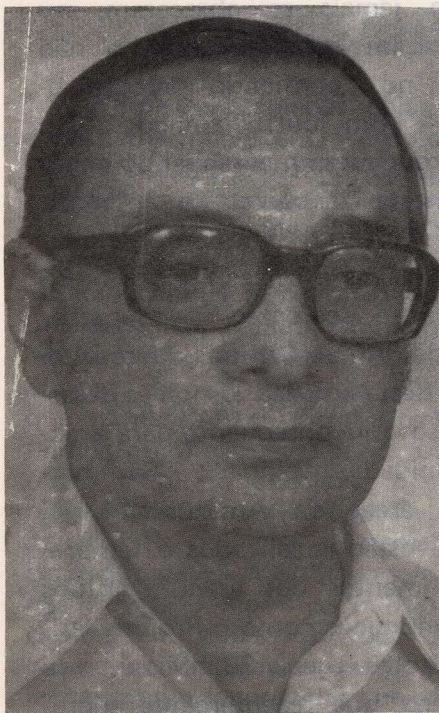
Se, de um lado o PMDB não aceitou o comportamento de seu vereador Vieira de Melo, no PDS a coisa foi ao contrário. A começar pelo vereador José Luciano, que afirmou "hoje, caro colega, não estou tão certo dos valores deste referido projeto do Senador Lázaro. Até então, acreditava, sem questionar. Agora começo a indagar comigo mesmo, até onde vão os benefícios e mesmo se eles virão. Devemos questionar a filosofia deste projeto que to-

ma aparências novas, diante da exposição do nobre vereador. É possível mesmo que propósitos outros, estejam por trás deste desejo de expansão, favorecendo "capitais estrangeiros", não sei e nem afirmo, mas passo a indagar comigo mesmo". O vereador Sebastião Pinheiro, aparteou afirmando "lázaro não existia no cenário político. Hoje resplandece, apoiado por todos os ex-governadores de nosso Estado, inclusive com fotografias. Sempre defendi propósitos de beneficiar o progresso, o desenvolvimento nacional. Mas diante desta alerta, creio que devemos mesmo perguntar se não há algum outro propósito atrás desta intenção. Há realmente a possibilidade que seus efeitos sejam maléficos para as famílias de camponeses que ali residem". O vereador Germino Alves por sua vez adotou a ponderação antes de se pronunciar, afirmando que "não conheço a profundidade do projeto, mas acredito em meus líderes. Ainda assim, devo estudar melhor os efeitos que poderá gerar". O líder da bancada. Jamir Falcão disse que"sempre acreditei na maturidade do jovem companheiro. Mas quando todas as lideranças políticas. econômicas e sociais se unem em torno de uma mensagem como é o caso presente, nosso pensamento não deve sair, de imediato e ávido, em busca de fragilidade, ou mesmo segundas intenções. A anunciada proteção às multinacionais é suposição sem embasameto" ao que foi retrucado pelo autor da mensagem Bráulio de Morais, o Projeto Formoso representa para a economia goiana um substancial aumento de recursos, de fato,. Sem outros aspectos. Mas no caso do paralelo, podemos esperar que nossos irmãos da região serão dali expulsos impiedosamente pelas poderosas máquinas", mais adiante continuou, "a forma de incentivo é uma máscara que sempre tivemos pela frente. É a forma mais concreta de se ludibriar o homem. Os grandes Estados não procuram tais subsídios. Alim eles conhecem a manobra" concluiu. Muitos outros vereadores usaram da palavra para. finalmente se concluir que o assunto é de total desconhecimento de quase toda a edilidade.

O PRONUNCIAMENTO

Os principais pontos do pronunciamento do vereador Bráulio de Morais são: "estamos, pois, diante de um fato político histórico, porquanto nem o Governo Federal obteve apoio da oposição em suas mais dignas proposições, levando-nos a crer que, por interesses de definições políticas, por mais justas que pareçam, oposição e situação jamais se abraçaram, ou abraçam concretamente. a não ser no "confiando desconfiando". Em outro tópico, "isto porque mesmo entendendo como honesta e correta a intenção do Governo em proporcionar incentivos a certas regiões brasileiras, carentes de recursos e de infra-estruturas, o resultado desta política tornou-se desastroso e inconsequente para a comunidade nacional". "São nessas áreas da Amazônia Legal que estão localizados os empreendimentos dos grandes grupos econômicos como o Projeto Jari, a Volkswagen, Suiá-Missú, e a Sharp, que recentemente adquiriu uma enorme área do Estado de Mato Grosso, e tantos outros, como também, os grandes latifúndios que nemsequer emprego oferecem para a sofrida mão-de-obra ali existente". E logo em seguida afirma sua posição diante da mensagem. "Assim sendo, queremos deixar bem claro a nossa intenção de não engrossar as fileiras em defesa da ampliação da AMAZÔNIA LEGAL, no momento, sendo que, a concretização deste fato, nas circunstâncias atuais, fortaleceria, sem dúvida, o Estado, mas em detrimento de seus filhos, que estariam diante de um êxodo rural cruel, resultante da invasão pelos latifúndios que vivem a procurar com lentes de aumento essas áreas prioritárias para se instalarem".

A Liana dos sonhos

GERALDO BRASIL

Com o crescimento da cidade de Rio Branco (Acre), que já se estende atende até à Estação Experimental, não me atrevo a fazer suposições relacionadas com a Vila Ivonete. Será que ainda existe? Localizada que era nas cercanias da capital acreana de 20 anos atrás, a poucos quilômetros do centro é possível que a verdura de suas matas tenha sido dizimada e os quilômetros quadrados de sua área contínua estejam hoje pulverizados, vendidos e revendidos, pois que há pouco mais de um lustro colonos sequisos de terra já invadiam aquele reduto, o que vinha se constituindo em pesadelo para o seu proprietário, Antão Manoel da Silva, servidor público aposentado. Mas o que nos interesssa, realmente, é a Vila Ivonete como centro de um sincretismo religioso dos mais estranhos que tive oportunidade de conhecer: o ritual que preparava homens, mulheres e crianças para a ingestão de uma bebida igualmente estranha — no aspecto, no gosto e nos efeitos. Trata-se da Ayuasca, Iagé ou Caapi; ou ainda, para falar mais difícil: Banistéria Caapi Spruce.

Nunes Pereira, citando o dr. P. Reimburg, esclarece que o nome vem do quechua e significa "liana da morte" ou do "sonho" ou "dos espíritos". E acrescenta que os indígenas do Napo a chamam do mesmo nome (Jaiuasca, Xaiuasca, liana amarga). É uma planta de que se servem os índios de certas tribos que habitam os territórios irrigados pelos afluentes do Amazonas (Este do Equador, da Colônia e do sul da Venezuela) para se darem uma embriaguês seja agitada, seja letárgica, no curso da qual eles têm sonhos, aparições onde prevêm o futuro, descobrindo os inimigos, etc.

DANIEL E IRINEU

Estive na Vila Ivonete há cerca de 20 anos, quando o reduto ainda era considerado do subúrbio extremo de Rio Branco e ainda era vivo o negro Daniel, chefe da organização. Mas não foi por esse tempo que eu ouvi falar, pela primeira vez, em qualquer coisa ligada aos efeitos estupefacientes da droga. Já na minha meninice o nome de um outro negro — verdadeiro gigante na estatura e na força — invadia, de vez em quando, as minhas elocubrações infantis e não raro aquela sombra enorme me perseguia nos pesadelos da noite. Naquela época, o "gigante" era soldado da Polícia MIlitar e, à sua passagem, as crianças ficavam admiradas diante de tanta altura, cercada de lendas da cabeça aos pés e difundidas até em outros municípios. Depois, o negro foi ser colono, ocupou boas faixas de terra, dominando com o seu porte e a força da Ayuasca quase que todos os moradores das circunvizinhanças. As mulheres e as crianças curvavam-se a ele respeitosas e lhe pediam a bênção. Casou-se esse negro com uma moça frágil e baixinha, com idade de ser sua filha, desproporções que lhe destacavam mais ainda a auréola de taumaturgo.

O "místico" vivia bem e tinha até influência política. Faleceu há cerca de uma década e aos 72 nos de idade, mas muito antes de sua morte já vira o seu monopólio quebrado por um irmão de cor: Daniel, que estabelecerá os seus domínios muito mais próximos da cidade, na Vila Ivonete. Apenas diziam que a beberagem preparada por Irineu era incomparavelmente mais eficiente do que a de Daniel, crioulo pachorrento e também influente, que até músicas sabia compor.

O RITUAL

Pois foi no "centro" de Daniel, falecido há vinte anos, onde eu tive a oportunidade de baixar, de olhos bem abertos e atendendo a um convite que me fora transmitido pelo enfermeiro Manoel Hipólito de Araújo, um amigo de infância. Manoel Araújo, que trocara certas libações pela prática mística da Ayuasca, explicava-me delicadamente ser necessário total abstinência de álcool, inclusive não jantar e revestir-se de muita honestidade de propósitos.

Logo mais, à noitinha, penetrava eu na área da Vila solitária, banhada de luar e bem cheirosa de relvas e de flores. Daniel recebeu-me em um cepo de uma construção rústica de casa de farinha, mastigando um cachimbo barato, as escleróticas esverdeadas, pachorrento, indiferente, medonho. Minha memória se voltou para Júlio Ribeiro descrevendo em "A Carne" a figura do feiticeiro Joaquim Cambinda e as cenas horripilantes que se sucediam em sua choça.

Àquela altura, começam a chegar adultos e crianças aos magotes, e vários frequentadores para minha surpresa — eram meus conhecidos. Daniel, gaguejante, asseverou que tinha sido uma bênção o meu comparecimento àquela noite, sobretudo quando lhe informei que, dentro de três dias, viajaria com destino ao Rio de Janeiro.

— Não se esqueça, meu amigo — disse-me num tom de compunção beata — que dois governadores já foram abençoados por mim e ambos tiveram êxito. Peço-lhe apenas, duas coisas de sua viagem: um turíbulo e um litro d'água do mar...

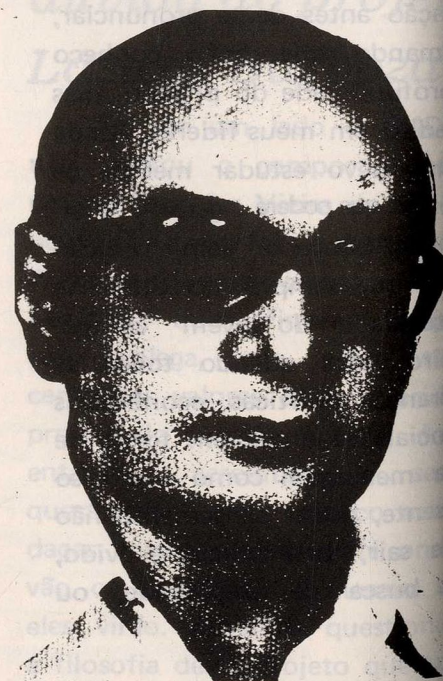
A voz de Daniel era soturna.

Após conversar com Daniel em sua própria casa, dirigi-me para a capela. Esta tinha sido construída há poucos meses. Obra erigida à custa dos seus membros, através de donat'vos, falava muito bem do progresso do sincretismo estranho. Localizada a poucos metros da residência do "chefe" tinha como orago a imagem de São Francisco de Canindé. Uma mesa comprida tomava boa parte do vão da igrejinha, circundada de rústicos bancos onde se sentavam os qe deviam tom parte no cerimonial. No centro da mesa, dois litros da bebida e apenas um copo no qual os assistentes poddiam despejar o líquido viscoso, pardacento.

Uma parte da cerimônia se realizava sem a presença do chefe. Somente uma hora depois é que ele dava entrada no recinto, exatamente quando a maioria daquelas pessoas já se encontrava sob o efeito do alucinógeno, inclusive o seu lugartenente, o pedreiro Elias, que eu tivera o ensejo de conhecer em Xapuri.

Elias era também uma figura estranha. A aparência de desleixo e sujeira caracterizava-o da cabeça aos pés. Os cabelos compridos, desgrenhados e muitos pretos desciam-lhe até aos ombros, destacando mais ainda a palidez doentia do seu rosto. Era uma moldura esquisita aquela cabeleira. Parecia, também, que a sua pele se identificava com os matizes amarelados da Ayauasca, como se estivesse sofrendo de icterícia. Envelhecido precocemente em seu aspecto de asceta palúdico, um terço enrolado nas mãos crispadas, rezava entre esgares, e as mãos lhe tremiam como num acesso de "delirium-tremens", transmitindo-lhe a convulsão ao corpo todo, dando-me a impressão de "Dança de São Guido". Os olhos brilhantes encravados nas órbitas fundas não se fixavam em nenhum ponto determinado. Aquele homem me dava mesmo a impressão de dias apocalíticos anunciados e aos quais o seu ser já pertencesse.

Diversas pessoas imitavam-lhe os gestos, inclusive o enfermeiro Manoel Hipólito de Araújo, que chorava de pálpebras cerradas. Algumas mulheres solta-

vam lúgubres gemidos e recebiam "santos" enquanto outras, ainda, sorriam como que embaladas em místico transporte oriundo dos efeitos do estupefaciente.

ALUCINAÇÕES

"Mirar" era a expressão usada, "oficializada", para exprimir os efeitos provocados pela "banistéria". E esta era cognominada, entre os fiéis, de "Santo Dai-me". Se algum convidado especial (fora o meu caso) ingerisse a bebida em companhia do chefe, em sua residência, teria que repetir com ele a expressão "Deus te guie". Era uma espécie de saudação. Em seguida, se encaminharia à capela onde os fiéis já se encontravam reunidos, enquanto o chefe permanecia em sua casa, entregue à meditação. Como referi acima, somente algum tempo depois é que ele penetrava também o templo entoando com sua voz de baixo-profundo uma melodia identificável como de origem africana. Tive a oportunidade de escrever duas dessas músicas, que nada tinham de original para qualquer pessoa que houvesse frequentado terreiros de umbanda, falavam sempre em rainha do mar, "deusa da floresta", e às quais Daniel imprimia uma expressão sentida graças ao timbre de sua voz — por sinal afinadíssima. Seu assovio (que também me chamou a atenção) correspondia ao som mavioso da flauta e ele sabia muito bem explorar aquela sonoridade.

O negro, então, transfigurado em seu papel de "guia", já não aparentava aquele ar de preguiça e indiferença. Agora era o líder resoluto, enérgico, dotado de uma agilidade que eu jamais poderia supor, sacudindo, com uma vibração mais forte todos os prosélitos. A força da Banistéria já provocava em diversos assistentes as alucinações audio visual e as incorporações se processavam, entre Ave-Marias e Salve-Rainhas, as orações mais constantes e intensas. E eis que, de um salto Daniel galgou um tablado de meio metro de altura, atapetado de flores e reservado às homenagens a São Francisco de Canindé.

Os efeitos alucinógenos da Batistéria Caapi, de acordo com inúmeros depoimentos que me foram prestados, variam em múltiplos matizes, têm muito em comum com o psicodelismo provocado pelo LSD, e os símbolos adquirem expressão muito pessoal. Alguns são submetidos a verdadeiras fitas de terror e das quais participam ora como observadores, ora como personagens da própria história, presas, em certas circunstâncias, de uma tremenda sensação de desconforto e até de aniquilamento. Assisti, naquela noite da Vila Ivonete, a um home chorar desesperadamente sob o efeito da Ayausca, implorando a Daniel que não do deixasse morrer na ausência de seus filhos. No dia seguinte esse mesmo rapaz — que me assegurou não ter perdido a consciência — relatou-me, que o seu estado era o de uma sensação de aniquilamento irremediável, e que o "chefe" aparecia aos seus olhos como gigantesco militar, impecavelmente uniformizado, e dos seus galões e medalhas irradiava-se uma luz intensa e multicolorida, de beleza indescri tível — única atenuante, a seu ver, que o impedira de morrer ali mesmo, mergulhado num abismo de trevas.

Outros se viam passeando, por ruas de cidades belíssimas e os seus habitantes, embora desconhecidos, transmitiam-lhes tanto calor humano e intimidade como se fossem conhecidos há longos anos. Tomadas de cenas pitorescas, como num filme, apareciam para terceiros, e entre as mesmas elas se movimentavam à vontade. Mas havia também coisas horripilantes nesses caleidoscópios imprevisíveis, onde feras de duas cabeças devoravam crianças, e onde mulheres devassas se entregavam aos jogos da luxúria mais desenfreada. Retratos coloridos de amigos e parentes distantes e que adquiriam repentinamente presença total — conversavam uns com os outros, e havia ainda os que vislumbravam campinas e jardisn que se perdiam de vista, repletos de cores, cheiro e sons.

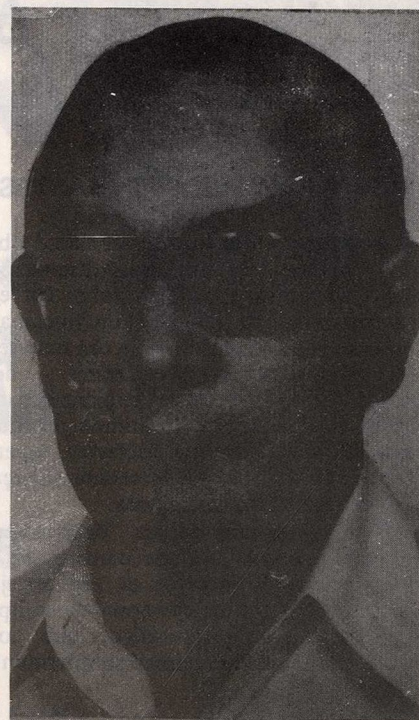
TÓXICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Confesso, a bem da verdade, que, apesar de ter ingerido um copo de Ayuasca, não senti a menor alucinação, quer visual quer auditiva. Apenas um ligeiro entorpecimento, como se houvesse bebido uma taça de vinho. Assim, minha experiência em relação aos "fenômenos", não teve nada de interessante com relação a mim mesmo. Mas o acervo de depoimentos colhidos e que me foram prestados inclusive por pessoas acima da menor suspeita, não me deixaram dúvidas sobre a ação desse alcaloide (banisterina), que talvez ainda não tenha sido estudado com a atenção merecida.

A propósito, ainda o etnólogo Nunes Pereira em seu livro "Panorama da Alimentação Indígena — Comidas, Bebidas e Tóxicos na Amazônia Brasileira" — relata que Reimburg tomou uma poção superior a Ayuasca que lhe foi preparada por um índio peruano (de nível intelectual superior ao de qualquer outro doméstico). O líquido tinha a cor parda turva, pouco agradável à vista. Segundo ele, o sabor era acre, amargo, nauseabundo, deixando na boca do experimentador um ressaibo verdadeiramente desagradável. Tendo apagado a luz, registrou sintomas de intoxicação "com perfeita lucidez de espírito" e assistiu a todos os acontecimentos "como se se tratasse de outro" e este sintoma nitidamente o intrigou. E mais adiante, esclarece que sentiu dores de ouvido a salivação exagerada, porém não teve náuseas, o que também o intrigou porque as náuseas, conforme lhe haviam explicado, "são o sinal precursor dos sonhos". A otalgia foi aumentando e a micção também. O pulso foi desaparecendo. No rosto lívido, a pupilas se dilataram. A garganta cerrou-se, sobrevindo forte dispneia. A boca ficou seca e teve a sensação de desaparecimento das extremidades inferiores. Os movimentos das suas mãos se tornaram desorganizados, como para apanhar qualquer coisa. Acentuaram-se os trismos e a palavra se lhe tornou difícil e irregular.

Também Koch Grunberg, em sua obra "Zwei Jahre Unter Indianerm", publicada já entre 1903-905, depois de uma descrição sucinta do preparo da infusão do caapi (que é feito pelos homens e as mulheres não bebem) faz um depoimento de sua experiência pessoal, relativamente às sensações que esse estupefaciente lhe deu, após ingeri-lo: "Tomei — escreve ele — duas pequenas cuias da bebida mágica, para experimentar a ação sobre mim mesmo. A coisa era ligeiramente amarga. Em verdade, ao fim de algum tempo, tive, sobretudo assim que me achava no escuro, uma cin tilação particular diante dos olhos e, quando escrevia, corriam sobre o papel chispas semelhantes a chamas vermelhas.

VISÕES PREMONITÓRIAS

Sobre os famosos efeitos telepáticos e premonitórios do Iagé, colhi, também, inúmeros depoimentos, interessantes alguns,

ridículos outros. Entre aqueles, o último me foi reportado há poucos meses, quando estive em porto Velho, pelo senhor Euclides José dos Santos, gráfico aposentado e que, há décadas, reside no Território de Rondônia, tendo vivido também por muitos anos, no Acre. Relatou-me Euclides ter conhecido o "mestre" Daniel quando este ainda exercia a profissão de barbeiro, sendo por outro lado, exímio violonista e inspirado poeta. Mas, em tal tempo, Daniel ainda não havia abraçado a estranha doutrina e talvez nem conhecesse a Ayuasca. Sobre o uso, asseverou-me ter feito apenas uma experiência (isto há muitos anos e nenhum efeito sentiu), quando gerenciava o seringal "Porto Edith", localizado no rio bunã. Ali trabalhava um homem que fazia uso do iagé, promovendo sessões a que Euclides, convidado especialmente, compareceu "uma única vez". Após a reunião, o referido trabalhador e o presidente o "centro", Mariano de tal, narrou que, sob a ação da bebida, viu um monte (terra firme) e duas cruzes que, de acordo com sua própria interpretaç.ao, significavam duas sepulturas.

Euclides continuou me contando que, no dia seguinte, Mariano pediu-lhe um adiantamento em dinheiro, pois precisava ir a Rio Branco, viagem que faria acompanhado de um amigo, Pedro Correia. Euclides adiantou-lhe a importância solicitada. Todavia, os seus amigos não chegaram ao destino programado. Em certo trecho do percurso (que era feito a pé) ambos foram atingidos na cabeça por um galho desprendido de uma castanheira, que os matou a ambos. A desgraça ocorreu bem próxima a uma elevação. Os corpos, já em adiantado estado de putrefação, foram encontrados dois dias depois, por seringueiros que moravam em colocações de "Porto Edith". O fato deixou o gráfico Euclides José dos Santos — segundo suas próprias palavras — por muito tempo impressionado. Coincidência? É possível, porque Euclides foi um dos homens mais sérios que eu conheci em minha vida e que usou a Ayuasca apenas uma vez.

AMAZÔNIA ENTRE CONTRASTES. Autor: Ernesto Pinho Filho. Lançamento Mitograph Editora, Belém.

Amazônia entre Contrastes não é obra de arroubos telúricos. Nem saga de aventuras ultranacionalistas. Tampouco catálogo de pantomimas xenófobas corvejadas pelos anunciadores passionais da desgraça provinciana ou arautos vesgos de atoardas demagógicas. Não é um manifesto político como o de Márcio Souza, em "Amazonas — do Colonianismo ao Neocolonialismo", apelo de exaltação panfletária — um grito selvagem, macunaímico, do homem aturdido no centro da mata, ecoando pelas clareiras desertas, repercutindo pelos aceiros crestados da floresta devastada à força dos tratores robotizados em sua missão criminosa.

É sangue circulando nas "Veias Abertas da América Latina", sem a particularidade contingente que Galeano autografa na excitação nervosa de seu engajamento ideológico. É muito mais: o controle racional da compulsão narrativa pelo senso dissertativo-interpretativo, que comanda o discurso além das fronteiras do regional simplesmente descritivo ou narrador.

A cada ponto revela-se-nos a lógica das alusões e testemunhos embasados em clara, objetiva visão integrada de variantes causais de todo um processo histórico — fosso onde se encravaram as raízes do atraso econômico, político e social, plantadas pelo colonialismo feroz da nossa dependência secular. O autor tem opinião pessoal disso. Não se manifesta, entretanto, na veemência lírica de um tribuno bárbaro apaixonado pelas cangloantes palavras e patéticos gestos de seu próprio discurso. Aurímo-la no curso sereno do texto limpo. Não sem antes pagar-lhe o tributo devido à peça musculosa — nervura consistente - tecida com os filamentos de ouro do seu rosário de sofrências nos garimpos de Itaituba onde aprendeu o estilo magro das orações diretas cuja sutileza maior é a nudez da verdade sem contornos lúdicos ou ritos folclóricos de contorções semânticas.

Ocioso pormenorizar a obra. Assinalamos apenas alguns aspectos menos tangíveis a uma primeira ou única visada: costura, arranjo estrutural, montagem de uma peça cujo assistemático conteúdo, aleatório até, torna difícil sua elaboração formal. Aqui ressalta a qualidade estilística, a habilidade técnica do autor, tecendo a unidade textual da pesquisa colhida entre esconsos in-fólios — tortura e desafio desses farejadores de pruridos bibliográficos. Armado de sua lança flamejante, podou a galharia, arriou o matagal por onde deveria trafegar sua carruagem de sonhos, abrindo "varadouros" infindos no rastro do itinerário indígena e, não como o tapir — mas com os olhos bem abertos, injetados daquela lucidez sanguínea dos videntes —, arrasta-nos por toda a planície, na terra firme, e nos mostra, à luminosidade equatorial, os rumos das nossas fronteiras solitárias, o que afronta o conceito de segurança nacional. Nenhuma vez nos desembarca no alagadiço ou nos desce do batel das suas lucubrações oníricas no chão fofo da linguagem vulgar. Pelo contrário, mostra-nos como se pode andar a Amazônia com os pés enxutos dos "encharcados" por onde passeia a retórica úmida daqueles que julgam conhecer a região veraneando pelas margens de alguns de seus grandes rios. A obra é resultante da compenetrada função de sua escritura na arguição não sofista dos fenômenos que armam o complexo arcabouço amazônico. É visão aguda e larga ao mesmo tempo, reflexionamento de roda a temática regional, da sua intro-sistemática vivencial em relação ao processo geral de desenvolvimento do país. O homem, aí, não é mero descuido tópico de uma contingência bio-fisiológica, uma conseqüência natural do aconchego fortuito, controlável por nenhum dispositivo humano. Não, ele é notado, participa e é imprescindível, senão pela simples e ordinária presença, pelos valores que porta e por cujo reconhecimento o autor se bate, até se exaltar, exacerbando um ponto de vista do qual discordamos e temos exasperadamente contestado o simplório que lhe revestem seus defensores cornucopianos: a política dos grandes contingentes para lotar os espaços vazios da Amazônia. Ora, esse pensamento leva, naturalmente, se não decorre dela, à idéia contrária ao controle populacional. a respeito do que só a indiferença, já é um crime. O mundo está vivendo sob intensa pressão demográfica que rebaixa a qualidade da vida e esgota os meios de sobrevivência salutar da humanidade. Quem já leu os relatórios do Clube de Roma, pela autoridade científica das suas verificações, não despreza nossa afirmativa. O fulcro do problema é o controle da natalidade, fora dos debates cotidianos devido ao jogo de interesses de uma política impertinente e miúda feita neste país. Esse é o ponto do qual discordamos de Ernesto Pinho Filho e é, paradoxalmente, o da interesecção do marxismo-leninismo e da Igreja, cúmplices no crime universal que é o estímulo à política dos grandes contingentes (de miseráveis) sobre os quais faturam os interessados nesse conconsciente mercado de incontrolável voracidade consumista.

Mas isso é apenas um ponto de vista que não compromete a concepção geral da obra: a necessidade de preencher os claros do nosso espaço fronteiriço, revelada na agudeza dos argumentos do autor, lucidamente expostos em favor de uma política geoestratégica de função integradora. Não que ele, no seu afã de humanização das fronteiras, conceba um biótipo plasmado na proveta da sua imaginação povoadora. Isso seria tanto de mau gosto quanto abdominável e não podemos comprometer o trabalho com esse insinuação malévola fora das cogitações do autor.

Ernesto Pinho, cuja vocação literária o inclina para a ficção, fez um exercício preliminar no qual manifesta a experiência da palavra com que trabalhará a grande obra que se vem plasmando em seu espírito onde se decantam os temas sofridos da sua vivência amazônica, como filho das ribanceiras do Rio Negro e como Promotor Público, peregrino das comarcas do Baixo-Amazonas. Muito dos fatos abordados, por si só, dariam vários desdobramentos autônomos, tais como os processos do Bolivian Syndicate e a debandada de Ford, de Belterra, sob pressão multinacional dos plantadores asiáticos — dois episódios cujas interpretações ainda não tinham sido tratadas com tanta acuidade nem reveladas tão clara e desmistificadoramente, o que dilui os rebates falsos engendrados pela nossa ingenuidade ufanista.

Rico em pormenores, sem entretanto fazer qualquer concessão ao supérfluo, o livro de Ernesto Pinho Filho organiza uma metodologia racional da temática amazônica, propondo uma diretriz lúcida ao tratamento da sua problemática, vivenciada no contexto integral da sua realidade. É livro para consumo nacional, não obstante algumas referências exageradas a pessoas que nenhuma repercussão dariam a um trabalho desse estofo.

☐ Texto: HOLANDA GUIMARÃES

03:50 H. (DIARIAMENTE) O HORÁRIO PARA QUEM PREFERE CHEGAR NA FRENTE.

RIO - DIRETO
Chegada às
07:05 H.

SÃO PAULO
Chegada às
08:20 H.

SUPER VASP

VASP

PP-VSP

727

Novos horários também para:
Manaus — 04:00h, diariamente.
São Luís — 03:30h, diariamente.
Fortaleza — 03:30h, diariamente.

Consulte o seu Agente
de Viagens ou a

VASP

JEITO BRASILEIRO,
PADRÃO INTERNACIONAL.

Reservas: Tel.: 222-9611

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura